



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Centro de Estudos de Geografia do Trabalho  
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde

*[www.fct.unesp.br/ceget](http://www.fct.unesp.br/ceget)*

*[www.fct.unesp.br/cetas](http://www.fct.unesp.br/cetas)*

---



**CEGeT**

Centro de Estudos de  
Geografia do Trabalho  
*Laboratório*



**CETAS**

**SIDNEY CÁSSIO TODESCATO LEAL**

**A DINÂMICA TERRITORIAL DO PROGRAMA DE  
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), NO PONTAL DO  
PARANAPANEMA-SP NO CONTEXTO DOS CONFLITOS**

Presidente Prudente  
2017

**SIDNEY CÁSSIO TODESCATO LEAL**

**A DINÂMICA TERRITORIAL DO PROGRAMA DE  
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), NO PONTAL DO  
PARANAPANEMA-SP NO CONTEXTO DOS CONFLITOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente para obtenção do título de Mestre em Geografia sob o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).  
Orientador: **Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior**

**PRESIDENTE PRUDENTE, SP.**

**2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

L473d Leal, Sidney Cássio Todescato.  
A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP, no contexto dos conflitos / Sidney Cassio Todescato Leal. - Presidente Prudente : [s.n], 2017  
107 f.

Orientador: Antonio Thomaz Júnior  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

1. Programa de Aquisição de Alimentos. 2 Luta pelo acesso à terra. 3. Agrohidronegócio canavieiro. I. Leal, Sidney Cassio Todescato. II. Thomaz Júnior, Antonio. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP, no contexto dos conflitos.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: **A Dinâmica Territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos Conflitos**

**AUTOR: SIDNEY CÁSSIO TODESCATO LEAL**

**ORIENTADOR: ANTONIO THOMAZ JUNIOR**

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO-ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR

Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/ Campus de Presidente Prudente

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO

Profa. Dra. ANA TERRA REIS

Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes

Presidente Prudente, 16 de março de 2017

A meus pais, irmãos e a tod@s @s trabalhador(a)es que continuam nas trincheiras  
lutando por uma sociedade livre do capital !!!

## AGRADECIMENTOS

É com grande prazer que agradeço aos meus pais Sandra e Sidney pelo carinho, força e apoio, às vezes não entendem o que estou fazendo, mas me apoiam por confiar naquele que é parte deles. Agradeço aos meus irmãos Carol (minha maninha) e Chico, menino sonhador. Meu muito obrigado por dar o melhor de vocês a mim.

À Vó Lurdes, com sua simplicidade e gargalhadas ela nos ensina a viver.

Aos meus tios Neuza, Dorival e primos Bruno, Daniele e Daiane que me deram abrigo para me preparar para o ingresso na Universidade.

Ao Bruno pelos debates intermináveis nos churras de família.

Aos amigos Dra. Lúcia e Dr. Márcio que não mediram esforços para contribuir na minha preparação para o ingresso na Universidade.

Ao meu amigo Abel, quem diria que um dia te agradeceria em uma dissertação.

A Jano e Sú, meus mais que primos. “Aí muleque”

Aos amigos da Moradia Estudantil.

Aos amigos da república Comitiva/Xamego: Rodolfo aquele que entende a minha pesquisa e eu a dele, meu fisioterapeuta, amigo e companheiro; ao Tufo, menino de palavra e companheiro; ao Tio Chico por me proporcionar as discussões diárias sobre a vida; ao XV, não tenho o que falar do XV, o XV é o XV rsrss; ao Robertinho, o cara mais medroso que já conheci e de bom coração; ao Hideki, só quem convive entende “oh Sidão”; ao Rafa, meu conterrâneo e que tem a voz como a minha; ao Gabriel menino bom e esperto!; ao Pedrinho; ao Felipe; a Soday um ser dócil e louco, parceira desde a moradia; a Miss irmã da Soday, já nem preciso dizer mais nada; ao Bruno, suave... e ao Valtinho, nosso cachorro, mascote e mais que veterano. Obrigado por me aturar dia a dia nas minhas loucuras.

À Hellen, minha mais que amiga, irmã e companheira. Esta que me ajuda dia a dia desconstruir o machismo e que me atura nos meus melhores e piores dias. Com certeza sou um ser bem melhor ao seu lado.

À Dayane, lindezinha, “si vivi”, obrigado por ser quem você é.

À amiga Beatriz um girassol que apareceu em minha vida em um certo dia de greve.

À Cássia, minha xará e menina que transcende alegria todos os dias.

A todos os meus colegas do CEGeT, em especial: Diógenes (Camponês), o ser mais disponível que conheço na face da Terra, obrigado por tudo!; ao Robinzon esse cara é o cara! para ele tudo tem uma solução ou um aplicativo que resolve rsrss, obrigado por me acompanhar nessa trajetória e transcender todos os dias as luzes de Malena e Yolima; a Sônia, minha mãe no CEGeT, ao Thiago, “bora bora”; a Larissa, eu

ainda vou para Ubatuba; ao Campesino, o rei dos contatinhos; a Maria, a rainha dos contatinhos, a Giovana, Giovana é Giovana; ao Gerson; a Renata, juntou sai uma discussão; ao Gazinho (Cabelo); ao Gustavo, o nerd; a Beatriz; a Elena; a Jane (Janeslei) “oh Sidnelson”; a Fran Valadão, explosão revolucionária; ao Heck (Justin), ao Guilherme, pai de três em um doutorado; ao Rodolfo Marx; ao Cacá, uma pessoa sempre a postos para ajudar, um companheiraço; a Ana Terra, pessoa sempre firme, ao Ian, Fredi, Messias, Diego Cabeludo, Gabriel (Azeitona) e a Patrícia, minha teimosa preferida. Meu muito obrigado a todos!

Ao orientador Thomaz, “não tem jeito gente vocês têm que fazer sinapse” rsrss, esse é um ser inexplicável e imbalonável. Valeu por me ensinar que pesquisador também é militante.

À Pilar, minha bagaceira, a única! Muito obrigado pela confiança. Agradeço muito por ter aparecido em minha vida, “ooooh Sidãozinho”.

À Gabi Bitto, companheira dos debates intermináveis.

À Gabi Piva, por aturar minhas teorias malucas.

À minha prima Amanda (Sidinha), minha irmã e abrigo em Prudente.

Aos professores que ao longo desses anos se esforçaram para que eu compreendesse ou não o que é Geografia.

Aos camponeses e trabalhadores moradores nas cidades que me receberam em suas casas sem nenhum menosprezo e que me fortalecem a cada dia para continuar lutando por uma sociedade emancipada.

Aos funcionários da Unesp que nunca mediram esforços para me ajudar e atender minhas solicitações, em especial Tamae, Cintia, Aline, André e Lúcia.

Ao CNPQ pela concessão de bolsa no início do mestrado

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por ter financiado a pesquisa

E a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração deste trabalho.

***A luta é cotidiana<sup>1</sup>.***

*É um vai e vem e a Política Pública quando vem, toma aí.*

*Eaí, cadê a manifestação, reivindicação sua ação?*

*Ah... é um vai e vem, mas você vem?*

*Espera aí deixa eu pensar...*

*Mas se a Política Pública acabar?*

*Não vamos chorar! Continuaremos a lutar*

*Se atente quando vem*

*É um vai e vem...*

*Você vem?*

(Leal, 2017)

---

<sup>1</sup> Esse poema é produto da interpretação e adaptação do diálogo entre uma graduanda do quarto ano em Geografia e uma das mulheres assentadas no Assentamento Margarida Alves, ocorrido no dia 25 de janeiro de 2017, durante a realização de Trabalho de Campo



## RESUMO

Se na origem o PAA é uma conquista dos movimentos sociais, desde sua criação, em 2 de julho 2003, pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, destacamos que o envolvimento dos trabalhadores, especialmente os assentados oriundos da luta pela terra, no Pontal do Paranapanema, demonstra capacidade de organização e de resposta à produção de alimentos, em contraposição aos interesses político-estratégico-econômicos do agrohidronegocio canavieiro. Ou seja, enquanto o capital se territorializa ilegalmente nas terras griladas que poderiam ser direcionadas para a criação de mais assentamentos rurais - e com isso ampliar ainda mais a oferta de alimentos de qualidade para a classe trabalhadora -, tem-se, consentaneamente à prática do monocultivo da cana-de-açúcar, o modelo de produção químico-dependente, que causa sérios riscos à saúde dos trabalhadores, das comunidades camponesas, da sociedade em geral e do meio ambiente. Sem contar que a escala dos desafios foram seriamente ampliadas com a decretação do fim do PAA ou da sua manutenção precária, como resposta da pressão exercida pelos latifundiários, grileiros e do grande capital, vinculados ao governo golpista, que não hesitam em destruir as conquistas dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição de Alimentos; luta pelo acesso à terra; agrohidronegocio canavieiro; Pontal do Paranapanema, assentamentos rurais; camponeses

## RESUMEN

Desde su origen el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) es una conquista de los movimientos sociales, ratificada como política pública en el artículo 19 de la Ley Nº 10.696 del 2 de julio de 2003. En este contexto, esta disertación destaca la participación de los trabajadores, especialmente los asentados provenientes de la lucha por la tierra en el Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil), demostrando su capacidad de organización y respuesta a la producción de alimentos, contraponiéndose a los intereses político-estratégicos-económicos del agrohidronegocio de la caña de azúcar. Asimismo presenta la contradicción existente entre el capital que se territorializa ilegalmente en tierras públicas ocupadas por latifundistas, las cuales podrían ser expropiadas y entregadas para la creación de más asentamientos rurales, y, en consecuencia, ampliar la oferta de alimentos de calidad para la clase trabajadora. En conclusión, se observa la legitimación de la práctica del monocultivo de la caña de azúcar como modelo de producción químico dependiente que causa serios riesgos a la salud de los trabajadores, las comunidades campesinas, la sociedad en general y el medio ambiente. Esto sin contar que la escala de los desafíos para la clase trabajadora fueron ampliadas con el corte y posible cierre burocrático del PAA desde 2015 o su mantenimiento precario, todo esto como respuesta a la presión ejercida por latifundistas, acaparadores de tierra y el gran capital, vinculados al gobierno golpista, que no escatiman en destruir las conquistas de los trabajadores.

**Palavras-chave:** Programa de Adquisición de Alimentos (PAA); lucha por la tierra; agrohidronegocio de la caña de azúcar, Pontal do Paranapanema, asentamientos rurales; campesinos;

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>21</b>
<b>CAPITULO 1: CONTEXTO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>27</b>
1.1 Mudança na concepção de políticas públicas para o campesinato	27
<b>CAPITULO 2. PARTICIPAÇÃO NO PAA DE FAMÍLIAS CAMPONESAS ASSENTADAS, NO PONTAL DO PARANAPANEMA (2003 - 2015)</b>	<b>46</b>
2.1. Momentos Iniciais da participação de famílias camponesas no PAA no Pontal do Paranapanema, 2003-2009.	48
2.1.1 A Participação de famílias de camponeses assentadas no PAA	50
2.2 A Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal (Cooesp) no âmbito do PAA.	67
2.3 A Associação dos Assentados do Assentamento Margarida Alves (AAMA)	74
2.4 A Associação Girassol	78
<b>CAPITULO 3. OS SUJEITOS E PROTAGONISTAS DO PAA NO PONTAL DO PARANAPANEMA</b>	<b>83</b>
3.1. Os sujeitos envolvidos com o PAA no mesmo campo da luta social e de classe?	84
3.2 A sociabilidade do trabalho e o PAA	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>99</b>

## Lista de Figuras

<b>Mapa 1:</b> Assentamentos Recorte da Pesquisa no Pontal do Paranapanema-SP	14
<b>Mapa 2:</b> Número de Famílias camponesas, por município, que participaram do PAA no Pontal do Paranapanema (SP), 2014	51
<b>Gráfico 1:</b> Recursos destinados ao PAA em milhões de reais entre 2003 e 2015	61
<b>Mapa 3:</b> Número de famílias camponesas assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema de 2010 a 2015	54
<b>Mapa 4:</b> Abrangência da Cooesp no Pontal do Paranapanema-SP	70
<b>Figura 1:</b> Caminhão da COOESP carregado de Alimentos	73
<b>Figura 2:</b> Horta com variedades de hortaliças no Assentamento Margarida Alves	80
<b>Figura 3:</b> Banco de Alimentos de Mirante do Paranapanema-SP	93

## Lista de Quadros

<b>Quadro1:</b> Participação de famílias de camponeses no PAA pela CDS nos anos de 2009 e 2010	52
--	----

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema – 2010	56
<b>Tabela 2:</b> Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema – 2011	57
<b>Tabela 3:</b> Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema – 2012	58
<b>Tabela 4:</b> Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CPR-Estoque no Pontal do Paranapanema–2012	59
<b>Tabela 5:</b> Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema – 2013	60
<b>Tabela 6:</b> Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema – 2014	63
<b>Tabela 7:</b> Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema – 2015	65

## Lista de Siglas

- AAMA**= Associação dos Assentados do Margarida Alves
- ABAG** = Associação Brasileira do Agronegócio
- BNDES** = Banco Nacional de Desenvolvimento
- Cad-Único** = Cadastro Único para Programas Sociais
- CEGeT** = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
- CETAS** = Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde
- CESP** = Companhia Energética de São Paulo
- CETAS** = Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde
- COOESP** = Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal
- COMSEA** = Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- CONAB** = Companhia Nacional de Abastecimento
- CONSEA** = Conselho Nacional de Segurança Alimentar
- CONTAG** = Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura
- CDAF** = Compra Direta da Agricultura Familiar
- CDS** = Compra com Doação Simultânea
- CUT** = Central Única dos Trabalhadores
- CPR - Estoque** = Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
- CPT**= Comissão Pastoral da Terra
- CRAS** = Centro de Referência de Assistência Social
- DAP** = Declaração de Aptidão ao Pronaf
- DIEESE** = Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DNTR** = Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
- EMBRAPA** = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** = Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FHC** = Fernando Henrique Cardoso
- GGPAA** = Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
- INCRA** = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IPEA** = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**ITESP** = Instituto de Terras do Estado de São Paulo

**MDA** = Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MDS** = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MESA** = Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

**MST** = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**OMUS** = Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV

**PAA** = Programa de Aquisição de Alimentos

**PNAE** = Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNPB** = Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

**PNPPS** = Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

**PNRA** = Plano Nacional de Reforma Agrária

**PPAIS** = Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social

**PROCERA** = Programa Especial de Crédito a Reforma Agrária

**PRONAF** = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRONERA** = Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**PT** = Partido dos Trabalhadores

**SIM** = Serviço de Inspeção Municipal

**SAF** = Secretaria da Agricultura Familiar

**SIG** = Sistema de Informação Geográficas

**SNCR** = Sistema Nacional de Crédito Rural

**UDR** = União Democrática Ruralista

**UFU** = Universidade Federal de Uberlândia

## APRESENTAÇÃO

Adentrar na temática das políticas públicas nos possibilita apontar que as mesmas sempre devem ser pesquisadas pelo viés da crítica, com atenções para além do aparente, ou seja, atentos às contradições que estruturam a sociedade de classe. Para nós a neutralidade já escolheu o seu lado, com certeza não o da classe trabalhadora.

Nosso posicionamento é fruto da condição de ser filho de trabalhadora e trabalhador que dia a dia lutam para sobreviver.

Durante nossa trajetória na Universidade até o momento tivemos a oportunidade de participar de projetos que nos fortalecem política e academicamente e nos faz acreditar na construção de uma sociedade para além do capital, sendo necessário citá-los:

1) Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo), convênio: INCRA-PRONERA/Escola Nacional Florestan Fernandes/UNESP. Esse projeto possibilitou a formação de 47 educandos, integrantes de movimentos sociais da cidade e do campo (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST), em licenciatura e bacharel em Geografia. Nesse projeto atuamos como monitor de 2010 a 2011, segundo e terceiro ano da graduação, aprendemos que a melhor forma de trabalhar, ensinar e aprender é através do diálogo, da confiança e do companheirismo;

2) Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" (CEMOSI) criado em novembro de 1997, sendo, pois, esse, instância das ações em nível de extensão do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos e Geografia do Trabalho (CEGET), que tem como objetivo catalogar e disponibilizar acervo documental na área sindical, das organizações sociais populares, movimento sociais bem como à produção de vídeos-documentários e realização de atividades junto aos segmentos universitários (estudantes, professores e funcionários), comunidade local e regional e os trabalhadores envolvidos na luta pelo acesso à terra e à água (acampados e assentados rurais). Nesse projeto atuando desde 2010, segundo ano da Graduação, venho aprendendo que a continuidade das luta da classe trabalhadora, também se fortalece com a memória;

3) “Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema/SP” (Chamada CNPQ/58-2012), atuamos durante o terceiro e quarto anos da Graduação. Esse projeto

tinha como objetivo compreender as relações sociais de produção, registrar, acompanhar e conhecer as características dos camponeses que estão desenvolvendo atividades agroecológicas no Pontal do Paranapanema, bem como as práticas de ajuda mútua nos assentamentos. Nesse projeto tivemos condição de nos aproximarmos da realidade dos camponeses assentados no Pontal do Paranapanema e nos atentarmos às suas demandas e lutas no cotidiano, incluindo a luta pela permanência na terra, pelo acesso a água e por políticas públicas.

4) Curso de Especialização "Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos", (convênio: CNPq /PRONERA-Edital 26), resultado da parceria entre CEGeT/Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)/INCRA/CNPQ. O principal objetivo desse curso de Especialização era atingir e beneficiar professores das redes estadual e municipal de ensino que atuam em escolas rurais, localizadas em áreas de assentamentos e nos perímetros urbanos que atendem alunos oriundos dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. Participamos como monitor no quinto ano da Graduação e primeiro ano do mestrado, momento no qual apreendemos que a educação do campo deve ser valorizada e construída para além da educação no campo e que devemos apreender cada vez mais com os trabalhadores /camponeses e com os professores do campo para conhecermos a realidade;

5) Centro de Estudo de Geografia do Trabalho (CEGeT) para além de um Grupo de Pesquisa tem me ensinado todos os dias que a ciência tem lados e nosso lado é o da classe trabalhadora e que só avançaremos, enquanto pesquisadores, atuando em conjunto, com companheirismo, engajamento e unindo teoria e prática em busca da práxis transformadora.

6) Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS). O Centro é produto da união de três grupos de pesquisa, vinculados ao departamento de Geografia, da FCT/UNESP/Presidente Prudente: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT); Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (LBGS) e o Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS). Participar do CETAS tem nos possibilitado apreender o trabalho de pesquisa em equipe de forma interdisciplinar como também tem nos possibilitado compreender o universo da classe trabalhadora pela leitura articulada entre trabalho, ambiente e saúde.

Sendo assim, esta dissertação é produto dessa trajetória, das nossas reflexões iniciais da iniciação científica que resultou na monografia intitulada "O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em Torno da Luta pela/na Terra no

Pontal do Paranapanema<sup>2</sup>” e do projeto de pesquisa de mestrado intitulado “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Dinâmica Territorial do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-SP”<sup>3</sup>.



Esta dissertação contém resultados do que compreendemos no tocante às formas que os “pobres” do campo e os “miseráveis” da cidade vinham se envolvendo no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou seja, um produzindo e o outro se alimentando, no mesmo lado da precarização sistêmica e da luta social e de classe no Pontal do Paranapanema-SP, porém apartados. Nesse sentido, nos propomos apreender o envolvimento dos assentados/camponeses, de um lado e, de outro, os trabalhadores marginalizados, sitiados nas periferias dos centros urbanos, em situação de insegurança alimentar com o PAA, enquanto um instrumento de luta conjunta.

Assim, compreender os desdobramentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos e seus reflexos para a classe trabalhadora, se tornou primordial diante das contradições imanentes à consecução dessa política pública, sendo, pois, com as atenções voltadas para os Assentamentos Dom Tomás Balduino<sup>4</sup> e Margarida Alves. (Mapa 1).

---

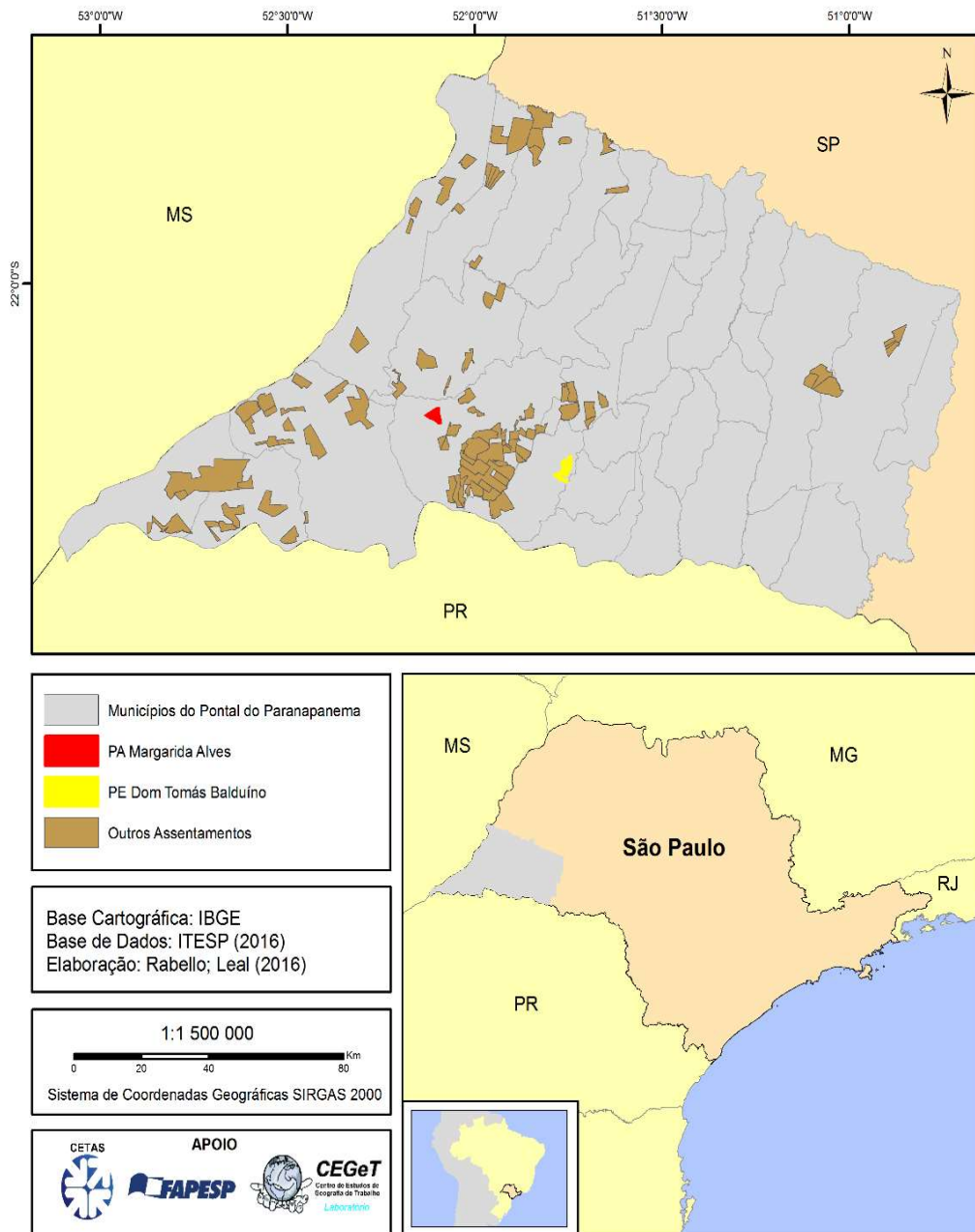
<sup>2</sup> Resultado do projeto “ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em Torno da Luta pela/na Terra no Pontal do Paranapanema” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) – Projeto 2012/13581-9.

<sup>3</sup> Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) – Projeto 2014/4250-4.

<sup>4</sup> O Assentamento foi intitulado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) como PE GUARANI, na época de sua instalação, mas a vontade dos Assentados era nomeá-lo de Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás, fundador e militante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e que os ajudou na luta pela constituição do Assentamento. No entanto, como a legislação só permite homenagens póstumas, não foi possível a concretização desse intento, no momento em que as famílias adentraram em seus lotes. Somente em julho de 2014, após a morte do Bispo D. Tomás é que a homenagem se concretizou, passando a denominar-se Assentamento Dom Tomás Balduino, nome que utilizaremos daqui para frente.



**Mapa 1: Assentamentos Recorte da Pesquisa no Pontal do Paranapanema-SP**



O Assentamento Dom Tomás Balduino localizado no município de Sandovalina – SP, instituído em 2001, possui 1.335 hectares ocupados por 68 famílias. Uma de suas características é a proximidade com a cidade, pois o limite de alguns lotes é a delimitação do perímetro urbano. Ao mesmo tempo o Assentamento circundado pela monocultura da cana-de-açúcar liderada pelo grupo Umoe Bioenergy, de origem norueguesa.

No Assentamento eram 17 famílias envolvidas com o PAA que entregavam os alimentos na cidade de Sandovalina-SP e cidades próximas, através da Associação Bom Pastor que, segundo dados da Conab (2015), é a maior do Pontal do Paranapanema, com mais de 200 associados, já que é composta por assentados de outros Assentamentos, como o Assentamento Paulo Freire localizado no município de Mirante do Paranapanema.

O Assentamento Margarida Alves, localizado no município de Mirante do Paranapanema, homologado em 2006, possui 1.203 hectares, distribuídos em 90 lotes diferenciados para cada perfil de família. No Assentamento eram 78 famílias participando do PAA. A participação no Programa acontecia através de duas associações, Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA) e a Associação Girassol, ambas fundadas em 2008, sendo que os alimentos eram entregues para famílias da cidade de Mirante do Paranapanema-SP e no distrito de Cuiabá Paulista-SP, por intermédio do Banco de Alimentos de Mirante de Mirante do Paranapanema e pelo Centro de Formação e Promoção Humana de Mirante do Paranapanema-SP.

Com intuito de ampliar nossas discussões no Pontal do Paranapanema, essa pesquisa também traz resultados da vinculação com o Projeto Temático **“Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema - São Paulo - Brasil: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental”** Processo FAPESP/ 2012/ 23959-9<sup>5</sup>, coordenado pelo Prof. Antonio Thomaz Junior.

As ações de pesquisa no âmbito do Projeto Temático, juntamente com as ações do nosso plano de trabalho, nos possibilitaram acessar informações de extrema importância em relação aos desdobramentos do PAA e da expansão do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, bem como seus reflexos para os camponeses e trabalhadores em geral.

Consideramos de suma importância esses avanços, sendo que isso se soma aos resultados oriundos de outros projetos de pesquisa que fundamentam os debates realizados no interior do CEGeT, e no Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), ambos coordenados pelo professor Antonio Thomaz Junior.

---

<sup>5</sup> Nosso projeto faz parte do plano de ação da Equipe 8: Processos de trabalho, divisão técnica do trabalho, políticas públicas, degradação e movimentos/ações de resistência, e processos alternativos, tais como: agricultura orgânica e agroecológica, PAA e PNAE

## INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nasce como um importante instrumento de Política Pública para a população camponesa. No Pontal do Paranapanema-SP, o Programa vinha valorizando a produção de alimentos protagonizada por esses sujeitos e recolocando a questão da viabilidade dos assentamentos rurais, oriundos da luta pela terra, em contraposição a territorialização do agrohidronegócio canavieiro nas terras devolutas, portanto públicas, griladas pelos latifundiários, via de regra pecuaristas.

Os assentamentos rurais têm permitido a melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias de sem terras e revertendo, através da produção camponesa e posterior distribuição por meio do mercado institucional e da compra direta pelo Estado, a insegurança alimentar de milhares de trabalhadores desempregados, alvos da precarização sistêmica da sociedade do capital, moradores das periferias urbanas no Pontal.

O PAA é uma conquista dos movimentos sociais, foi instituído em 2 de julho 2003, pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, e tem como objetivo estimular e fortalecer o campesinato através da aquisição da produção de alimentos dos mesmos e distribuição gratuita para entidades como: associações comunitárias, asilos; albergues; cozinhas comunitárias e restaurantes populares, restaurantes universitários e a populações com risco de insegurança alimentar e nutricional.

Institucionalmente, o Programa é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com estados e municípios, com verbas destinadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). As regras do Programa são definidas por um Grupo Gestor (GGPAA), ou seja, órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; SEAD; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

Podem ser beneficiários<sup>6</sup> fornecedores do PAA, camponeses assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de

---

<sup>6</sup> Nomenclatura utilizada pela Conab. Entendemos que a participação no PAA é um direito e não um benefício.

demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006<sup>7</sup>.

Os beneficiários fornecedores podem participar do Programa por meio de cooperativas e associações que possuem CNPJ. Essas, atendendo a burocracia definida pelo GGPAE encaminha à Conab uma proposta de participação no Programa informando os camponeses envolvidos, os alimentos a serem adquiridos, as respectivas quantidades, as entidades que serão contempladas e a periodicidade de entrega dos alimentos. Os preços dos alimentos são definidos pela CONAB a partir de levantamento de preços praticados no mercado local.

Aprovada a proposta de participação pela CONAB, a organização emite uma Cédula de Produtor Rural (CPR)<sup>8</sup> e passa a fornecer os alimentos conforme definido na proposta. Após a confirmação da entrega dos alimentos às entidades receptoras, a CONAB emite autorização ao Banco do Brasil para disponibilizar os recursos pactuados na conta da organização (associação ou cooperativa) que realiza o pagamento aos camponeses. O acordo tem prazo de duração predefinido, e durante esse período, juntamente com fiscais indicados pela administração dos municípios, a Conab fiscaliza todas as fases da operação.

Para participar do Programa os camponeses têm que possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>9</sup>, instrumento utilizado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) como identificador institucional do agricultor familiar para acesso as políticas públicas.

Para atingir os objetivos, o Programa opera através de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea (CDS); Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR -Estoque), Incentivo à Produção e Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. As modalidades em implementação<sup>10</sup> no Pontal do Paranapanema-SP são CDS e CPR-Estoque.

A CDS tem como objetivo a compra de alimentos produzidos pelos beneficiários fornecedores e a instantânea distribuição aos beneficiários

---

<sup>7</sup>Lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

<sup>8</sup> Conforme a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994 título que representa a promessa de fornecimento de produtos rurais, no caso do PAA somente alimentos. Tem legitimação para emissão de CPR o camponês e suas associações e inclusive cooperativas.

<sup>9</sup> Cf: Leal (2013, p. 69-70) [...] para a emissão da DAP os camponeses devem procurar os órgãos responsáveis, no caso dos assentados, ITESP e INCRA, e estar munidos do CPF e de dados acerca de seu lote (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo). [...] no entanto, muitos encontram dificuldades para extrair a DAP. Um dos fatores que emperra a emissão da DAP é a renda, pois para comprovarem os assentados têm que apresentar notas e/ou comprovantes fiscais do que foi vendido no ano anterior. Isso é um problema, pois os camponeses não têm costume de emitir notas das suas operações de vendas. Outro problema é a omissão por parte de alguns órgãos responsáveis, no Pontal do Paranapanema, como o INCRA e ITESP.

<sup>10</sup> Entendemos implementação enquanto um conceito do âmbito de Políticas Públicas, no sentido de criar condições para que tais ações sejam alcançadas ou colocadas em prática, mas essas ações estão sempre em movimento, ou seja, a implementação é constante.

consumidores<sup>11</sup>. Nesta modalidade cada beneficiário fornecedor tem o limite de venda de R\$8.000,00 ao ano. Já a CPR-Estoque tem o objetivo de adquirir alimentos e destiná-los a formação de estoques públicos de alimentos para posterior comercialização e devolução de recursos públicos. Nesta modalidade o beneficiário fornecedor também tem o limite de acesso de R\$8.000,00 ao ano. Os beneficiários fornecedores podem participar dessas modalidades simultaneamente e os limites serão independentes entre si<sup>12</sup>.

Podem ser beneficiários consumidores os sujeitos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, pela rede pública e filantrópica de ensino. Comumente os beneficiários consumidores são cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (Cad-Único), sendo, pois, esse, instrumento que identifica famílias de baixa renda e que são potenciais participantes de programas sociais do Governo Federal, como por exemplo, o Bolsa Família.

O Pontal do Paranapanema é um território marcado por conflitos agrários originados pela ocupação ilegal da terra, com base na expropriação dos indígenas, desmatamento e grilagem (FELICIANO, 2009). Atualmente, esses conflitos são protagonizados por dois grupos sociais. Isto é, de um lado os grileiros, detentores ilegais de grandes extensões de terra, aliados de grandes grupos empresariais do setor agroindustrial canavieiro, como por exemplo o Odebrecht Agroindustrial e, por outro lado, os trabalhadores sem-terras, que fazem resistência através das ocupações das terras griladas, estes que têm conseguido, ao longo dos 27 anos, conquistar Assentamentos rurais oriundos da luta pela terra.<sup>13</sup>

Nessa dinâmica territorial, entra em cena no Pontal do Paranapanema os trabalhadores do setor agroindustrial canavieiro. O trabalho na cana-de-açúcar se tornou alternativa e, ao mesmo tempo, subordinação forçada dos trabalhadores, tendo em vista que as oportunidades para os mesmos, para além do setor agroindustrial, que seria nas terras de trabalho, ou de resistência, oriundas da luta pela terra, para produção de alimentos, têm se restringido.

Isto é, a aliança entre as frações burguesas agrária/latifundiária e agroindustrial produzem efeito duplo no conflito de classe no Pontal do Paranapanema, já que de um lado legaliza o grilo, por meio das ações internas ao parlamento paulista e, de outro, o legitima, através dos contratos de arrendamento para o plantio de cana-de-açúcar,

---

<sup>11</sup> Mais uma vez chamamos a atenção, a participação no PAA é um direito e não um benefício.

<sup>12</sup> Cf. Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014

<sup>13</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.

consentaneamente aos investimentos públicos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), para a instalação das plantas agroprocessadoras (THOMAZ JUNIOR, 2009).

No entanto, não podemos deixar de aclarar que é por meio das reivindicações, ocupações de prédios públicos, acampamentos em terras devolutas/ griladas na beira de rodovias que os trabalhadores rurais sem-terra, desempregados e trabalhadores descartados das novas sendas do modo de produção capitalista têm viabilizado 115 Assentamentos que se territorializam em 16 municípios, aproximadamente 145.000 hectares, e 6.400 famílias, no Pontal do Paranapanema<sup>14</sup>.

Reconhecemos também que no Pontal do Paranapanema ainda são suscetíveis de transformação em assentamentos, aproximadamente 417 mil<sup>15</sup> hectares de terras que são requeridas pelos trabalhadores e movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, objeto de ações judiciais e que no momento são alvos da expansão do agrohidronegócio canavieiro. Esse empreendimento do capital, faz do agrohidronegócio canavieiro, como destaca Thomaz Junior (2009), protagonista do avanço do destrutivismo social e ambiental em terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica, portanto, aptas à mecanização.

Além da “disponibilidade” de terras para a expansão do agrohidronegócio no Pontal do Paranapanema, este seguimento contou, desde 2004, com recursos públicos, fundamentalmente, do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), e do próprio Tesouro, da mesma forma que de renegociações favoráveis, linhas de créditos especiais etc. (THOMAZ JUNIOR, 2009; BARRETO, 2013).

Para os assentamentos rurais os recursos destinados ao campesinato são inconstantes e direcionados comumente por meio de políticas públicas que não consideram as reivindicações, as diversidades territoriais, e na maioria dos casos impõem esquemas protagonizados por atravessadores, sem contar que não proporcionam apoio técnico efetivo, por parte das instituições de atuam em ATER (assistência e extensão rural) direcionados para o preparo, plantio, manejo, tratos e colheita, inviabilizando e/ou encarecendo a produção.

Assim, os camponeses ao mesmo tempo em que reivindicam e propõem políticas públicas para atender suas necessidades, se subordinam às políticas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que nada têm de ações efetivas, já que os desfavorecem e criam dependência em relação ao Estado e à lógica de agricultura de mercado. Esta, que exige produção em massa, padronização

---

<sup>14</sup> DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016

<sup>15</sup> Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009; FELICIANO, 2009

e aposta na “boa” aparência dos alimentos, já aceitos pela sociedade, como a melhor propaganda para a venda dos mesmos.

Nessa conjuntura, que optamos por apreender os desdobramentos do PAA no Pontal do Paranapanema, bem como a sua implementação no território e a participação da classe trabalhadora na construção dessa Política Pública, considerando, pois, a amplitude e dimensão dos conflitos de classe que se apresentam e dificultam a manutenção/permanência das famílias camponesas na terra e a continuidade do projeto de reforma agrária no Pontal do Paranapanema.

É por dentro desse processo que entendemos o movimento territorial da classe trabalhadora e a plasticidade do trabalho, que tem na luta pela terra e na viabilização dos assentamentos rurais, a inserção de famílias de sem-terras, de desempregados, de trabalhadores descartados das novas sendas do modo de produção, ao universo dos produtores de alimentos. Assim, temos como hipótese que os camponeses, ao mesmo tempo que se envolviam com o PAA, ofertando diversidade de alimentos com qualidade e regularidade, se colocavam na linha de frente de uma nova sociabilidade do trabalho, ou seja, aproximando e criando vínculos entre produtores de alimentos e consumidores, no mesmo campo da luta social e de classe. (THOMAZ JUNIOR, 2014a).

Nesse sentido, a dimensão da importância da produção de alimentos no Pontal do Paranapanema, que por meio do PAA podiam ser vendidas pelos camponeses, ao mesmo tempo em que eram distribuídos a famílias que necessitam da oferta desses alimentos e, os colocavam na linha de frente de uma “nova” dinâmica territorial de classe, da classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2013; 2014a).

Essa malha de relações impulsiona no Pontal do Paranapanema o debate desencadeado por movimentos sociais, fundamentalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sobre a importância da continuidade da produção familiar camponesa e da viabilização da Reforma Agrária enquanto contraposição à territorialização do agrohidronegócio canavieiro.

O MST também tem incentivado a produção agroecológica, embora essa prática apresente inúmeros desafios, considerando que se trata de realizar a transição agroecológica em um ambiente eminentemente “não agroecológico”, devido à intensificação dos impactos no ambiente (solos, água, ar e saúde coletiva) produto da territorialização da cana-de-açúcar no Pontal, monocultura dependente de químicos de diferentes origens. Percebe-se, dessa forma, a disputa em torno de projetos diametralmente opostos, uma vez que os movimento sociais, sindicais, intelectuais e funcionários de instituições públicas envolvidos com a causa e uma parte da classe trabalhadora quando colocam em questão a transição agroecológica, buscam oferecer

alternativa para a produção de alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, desvincular os camponeses dos grandes grupos agroquímicos-alimentar-financeiros.

Nessa conjuntura que, *pari passo*, buscamos compreender quais os desafios postos aos camponeses, aos representantes das entidades que recebiam alimentos do PAA, aos movimentos sociais e aos sujeitos que vinham de forma direta ou indireta participando de projetos que envolviam o Programa no Pontal do Paranapanema.

Daí, sintonizamos nossa pesquisa às estratégias que esses sujeitos vinham implementando para reivindicar que o PAA se tornasse uma Política Pública efetiva, estruturante e que atendesse as reais necessidades da classe trabalhadora no âmbito da dinâmica territorial de classe, da classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema. (THOMAZ JUNIOR, 2012).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para atingir os objetivos, primeiramente, procedemos amplo levantamento bibliográfico que contemplou os temas estruturantes da pesquisa. Assim, realizamos e sistematizamos leituras de temas gerais como, as fases das políticas agrícola e agrária no Brasil, mudanças na concepção de Políticas Públicas para o campesinato, relação Estado e sociedade, questão cidade-campo, territorialização do agrohidronegócio canavieiro, classe trabalhadora, dinâmica territorial do trabalho, metamorfoses no mundo do trabalho, estratégias de reprodução do campesinato e metodologias de pesquisa qualitativa.

Como nossa pesquisa é vinculada ao Projeto Temático “*Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro do Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos pelo uso da terra e água e a saúde ambiental*”, realizamos atividades em conjunto, sem, porém, perder de vista as especificidades da pesquisa. Sendo assim, no âmbito das atividades e ações do Projeto Temático participamos de oficinas, colóquios, seminários temáticos, trabalhos de campo e reuniões sistemáticas das equipes de trabalho.

Essas atividades coletivas nos possibilitaram refletir sobre as relações que também compõem nosso tema de pesquisa, e que de forma individualizada teríamos mais dificuldades para compreender. Isso reforça a necessidade de debater procedimentos metodológicos de pesquisa, principalmente no que se refere ao trabalho em coletivo. Os procedimentos que temos adotado junto ao Centro de Estudos do



Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS)<sup>16</sup> têm nos levado a adotar estratégias de pesquisa coletivas, juntando pesquisadores com diferentes formações e tradições acadêmicas, ao passo que propõe criar conexões entre temas que seriam tratados separadamente, mas que por nós têm sido analisados de acordo com as complexidades dos nexos e relações. É com base na perspectiva do Projeto Temático que também temos buscado entender trabalho, ambiente e saúde enquanto categoriais que devem ser pensadas conjuntamente.

Foram realizados trabalhos de campo no assentamento Dom Tomás Balduino, por meio de entrevistas com as famílias que participavam do PAA e, ao mesmo tempo, desempenham atividades laborais fora do assentamento. Realizamos também entrevistas com representantes da Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal (Cooesp).

Nos trabalhos de campo procuramos nos envolver na realidade social, caminhar com os camponeses nos lotes, ouvindo, conversando, e participando do dia-a-dia de trabalho nos espaços de produção de alimentos, nos espaços de experiência do cotidiano, nos locais de moradia, de reuniões e de momentos de sociabilidade. Dessa forma, conseguimos apreender as estratégias de reprodução desses sujeitos, bem como a forma de se reproduzirem, a forma de se organizarem e de se relacionarem em coletividade.

No assentamento Margarida Alves (Mapa 1), realizamos 4 entrevistas em grupo<sup>17</sup> com mulheres, que participavam do PAA, representantes da Associação Girassol, e da Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA). No Assentamento Dom Tomás Balduino realizamos 10 entrevistas sistematizadas com camponeses que participavam do PAA além de conversas informais em áreas de convivência no Assentamento.

Além dos assentamentos objeto da pesquisa (Mapa 1), também realizamos entrevistas e trabalhos de campo nos assentamentos rurais recorte do Projeto Temático/FAPESP: Santa Terezinha da Alcídia, Santa Terezinha da Água Sumida, Água Sumida e Fusquinha localizados no município de Teodoro Sampaio; assentamentos Nova Vida e Chico Castro Alves localizados no município de Martinópolis, e assentamentos Dona Carmem, Roseli Nunes e São Bento localizados no município de Mirante do Paranapanema.

Essas atividades contribuíram para ampliar nossos entendimentos no âmbito do Pontal do Paranapanema em relação aos desdobramentos do PAA, considerando as

---

<sup>16</sup> Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (Coletivo CETAS de Pesquisadores), que tem como foco esforços em compreender os reflexos da expansão do agrohidronegócio para o trabalho, para o meio ambiente e para a saúde.

<sup>17</sup> Inicialmente tínhamos planejado realizar as entrevistas de forma individual, mas atendendo a pedidos das mulheres envolvidas nas associações, as entrevistas foram em grupo.

contradições das políticas públicas, os movimentos/ações de resistência e processos alternativos, tais como: agricultura orgânica e agroecológica etc.

Afim de ampliar o leque de discussões e apreender o envolvimento dos movimentos sociais com o PAA, realizamos 3 entrevistas sistematizadas com dirigentes do MST na região, que participam dos processos de negociação e reivindicação no que concerne a implementação do Programa. Também, realizamos 3 reuniões específicas afim de discutir as ações do MST no âmbito do PAA e a apropriação dos camponeses frente a esse instrumento de Política Pública.

Realizamos ainda, entrevistas junto aos responsáveis pelos Bancos de Alimentos dos municípios de Sandovalina-SP e Mirante do Paranapanema-SP. Assim realizamos 1 entrevista com a Assistente Social do Município de Sandovalina responsável pelas famílias de beneficiários consumidores e 1 entrevista com a Assistente Social responsável pelas famílias de beneficiários consumidores do município de Mirante do Paranapanema.

Optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas, sendo a formulação da maioria das perguntas prevista com antecedência. Nesse sentido, a entrevista se tornou um diálogo no qual o entrevistado e seus relatos são privilegiados, evitando que se sentisse constrangido e sua fala se desenvolvesse livremente. Diante isso, o pesquisador comparece com uma postura ativa, atenciosa, lançando questões atreladas ao roteiro, lendo as entrelinhas do contexto de entrevista e lançando perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto. (COLEGNESE e MÉLO 1998, p.144).

Como previsto no projeto, entrevistamos sujeitos que são beneficiários consumidores do Programa nas cidades de Sandovalina e Mirante do Paranapanema, para compreender as relações no âmbito do PAA, tanto com as instituições envolvidas na recepção e distribuição dos alimentos, quanto com os camponeses beneficiários fornecedores. Assim, entrevistamos de forma sistematizada em suas residências 11 trabalhadores que recebiam alimentos do PAA na cidade de Mirante do Paranapanema e 8 trabalhadores que recebiam alimentos na cidade de Sandovalina. Nesse contexto, também realizamos entrevistas informais nos pontos de recepção dos alimentos.

Em relação a COOESP, realizamos 1 entrevista sistematizada com o Presidente da Cooperativa que nos detalhou informações sobre a institucionalização, operacionalização da Cooperativa e as formas de organização com os associados e as atividades que a mesma desenvolvia na participação do PAA.

Também tivemos a oportunidade de realizar uma entrevista com especialista na temática de Políticas Públicas. Trata-se do Prof. Dr. Guilherme Costa Delgado, professor de economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), técnico de

pesquisa e planejamento aposentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e, com experiência na construção, planejamento e avaliação de políticas públicas. Nessa entrevista pudemos compreender o processo de reivindicação e evolução do processo de implementação do PAA. A entrevista junto ao professor. Delgado nos possibilitou apreender sobre as formulações iniciais do Programa e sua construção enquanto um instrumento de política pública no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), recriado em 2003.

Além de obter informações primárias, também trabalhamos com informações secundárias disponíveis no Portal da Transparência Pública do PAA (2016), no Sumário Executivo da Conab, no Histórico de Operações da Conab (2010, 2011 e 2012), páginas e bancos de dados disponíveis no sítio da Conab, como também com banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para obter informações de quantidade das associações, cooperativas e famílias assentadas que se envolviam com o PAA no Pontal do Paranapanema, acessamos o Portal da Transparência Pública procedendo a busca em municípios que contêm assentamentos implementados. Muitas associações e cooperativas que têm suas sedes em assentamentos também têm famílias associadas que não são assentadas, ou seja, camponeses não assentados. Para desmembrar esses sujeitos camponeses assentados e não assentados, selecionamos os beneficiários fornecedores que a Conab identifica como Assentado de Reforma Agrária e Agricultor Familiar. Assim pudemos contabilizar a quantidade de assentados que participavam do PAA no Pontal do Paranapanema de 2010 a 2015, bem como o número de associações e cooperativas envolvidas nos municípios territorializados por assentamentos.

Afim de demonstrar a expressão da participação no PAA nos municípios que contêm assentamentos, elaboramos o Mapa 2, que representa o envolvimento de famílias camponesas assentadas com ao PAA em 2014 nos 32 municípios que compõem o Pontal do Paranapanema<sup>18</sup>.

Para apurar esses dados também contamos com informações digitais disponibilizadas pela Superintendência da Conab de São Paulo que contém especificidades das associações e cooperativas que participavam do PAA no Pontal do Paranapanema-SP. Tivemos o acesso a documentos como “Síntese dos Projetos” elaborados pelas associações e cooperativas que contêm: número de beneficiários fornecedores (com relação nominal); número de beneficiários consumidores por

---

<sup>18</sup> O recorte territorial do Pontal do Paranapanema ao qual estamos nos referenciando é estabelecido pela União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UniPontal).

município; quantidade proposta de alimentos a serem entregues por projetos de CDS (com relação nominal dos alimentos e quantidade em quilogramas a serem entregues) e quantidade de recursos demandados por projeto de CDS.

Para elaboração do Mapa 4, utilizamos o número de associados inseridos nos projetos de CDS pela COOESP em 2014, sendo que essas informações foram retiradas do Portal da Transparência, das sínteses dos projetos encaminhados à Conab-SP e trabalhos de campo. Todos os mapas elaborados têm padronização de cores e formas para não complexificar a interpretação do fenômeno a ser demonstrado. Os mapas foram elaborados com o Sistema de Informação Geográficas (SIG) ArcGis, versão 10.1. e Philcarto versão 5.75.

Tão importante quanto os debates científicos nos diversos espaços acadêmicos, foram nossos mergulhos nos espaços de debates políticos, os quais nos possibilitaram entendimento pela via dos sujeitos (suas demandas, limitações e perspectivas). Participamos de reuniões no Assentamento Haroldina, em Mirante do Paranapanema, na região conhecida popularmente como “Pé de Galinha”. As reuniões foram realizadas no Barracão Comunitário, o qual está em processo de negociação para se tornar entreposto para armazenagem e beneficiamento de alimentos provenientes dos assentamentos para, posteriormente, serem adquiridos pelo mercado institucional.

Nesse local tivemos a oportunidade de participar de debate com a presença de assentados, militantes de movimentos sociais, técnicos do ITESP e do INCRA, vereadores, prefeitos, superintendente do INCRA e a deputada estadual Márcia Lia do Partido dos Trabalhadores (PT), proponente da Frente Parlamentar pela Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar da Assembleia Legislativa de São Paulo. Na ocasião pudemos apresentar os resultados parciais da nossa pesquisa e ajudar na construção de demandas a serem levadas para audiência pública realizada na cidade de São Paulo<sup>19</sup> que também contou com nossa participação.

Estiveram presentes na audiência pública assentados, presidentes de associações, militantes de movimentos sociais e sindicais, o padre Severino Leite Diniz da Comissão Pastoral da Terra (CPT), prefeitos (inclusive o prefeito de Mirante do Paranapanema-SP), vereadores, deputados que compõem a Frente Parlamentar pela Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar da Assembleia Legislativa de São Paulo-SP, superintendentes do INCRA em São Paulo, e representantes da Conab. Esta audiência tinha como objetivo qualificar o debate em defesa da continuidade do PAA e reivindicar agenda com os ministros do MDS, MDA e do MF a fim de debater propostas e demandas e obter respostas em relação descontinuidade

dos recursos do PAA. Em relação a essa descontinuidade temos debatido com REIS (2014) a amplitude desse processo e as consequências para os movimentos sociais, em específico, o MST.

Também participamos de eventos acadêmicos regionais, nacionais e internacional com o propósito de apresentar e debater resultados preliminares da pesquisa e buscar novas referências no âmbito do PAA.

Nessa conjuntura, também realizamos reuniões sistematizadas juntamente com os colegas de grupo, a fim de debater metodologias e os resultados preliminares da pesquisa. E, reuniões junto ao orientador para debatermos questões teóricas e práticas da pesquisa.

Mesmo dedicando este tópico para os procedimentos metodológicos que contribuíram para a execução do Plano de Trabalho e, conseqüentemente, para a elaboração desta dissertação, em alguns momentos ao tratar de alguns termos e informações teremos esclarecimentos adicionais.

## **CAPITULO 1: CONTEXTO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Há uma gama de estudos sobre políticas públicas, no entanto, parte é de caráter avaliativo e descritivo. Esses carregam as características de avaliações feitas por órgãos institucionais, ou seja, são setorizados, apresentam os avanços, possibilidades e algumas deficiências, mas de forma generalizada. Segundo Muller (2007, p. 39), “o foco destes estudos é a análise dos impactos e resultados das políticas, em um caráter normativo, de avaliações feitas sob encomenda e direcionados por órgãos governamentais”

Por outro lado, existe uma lacuna de estudos de políticas públicas com caráter analítico, nos quais a complexidade da política pública esteja em questão. Isto é, quando a análise se preocupa com a formulação e a implementação das políticas públicas, considerando que esses processos não se apresentam exclusivamente de forma linear e racional, desvinculados do processo político (SOUZA, 2003). Assim, a complexidade de relações na disputa e construção do Estado pelos sujeitos, no âmbito da política pública em questão, é essencial para a análise das contradições e dos conflitos.

Nesse contexto, nossa intenção foi compreender os desdobramentos do PAA no Pontal do Paranapanema, evidenciando as contradições, os conflitos, e demonstrando os avanços e as possibilidades através da relação: Estado e sujeitos. Sempre atentos às proposições e estratégias da classe trabalhadora que de forma direta e indireta estão se envolvendo com a construção, implementação e execução do Programa.

### **1.1 Mudança na concepção de políticas públicas para o campesinato**

No Brasil as políticas públicas voltadas para o campesinato sofrem influências da conjuntura econômica, política e social, nas quais o país se encontrava. Segundo Grisa e Schneider (2015) houveram três momentos a partir da metade do Século XX. O primeiro voltado para a emergência do fortalecimento do viés agrícola e agrário da agricultura familiar (1950 a 1980), o segundo fortalecido por políticas sociais e assistenciais (1980 a 2000) e o terceiro pela criação de mercados orientados pela política de segurança alimentar e pelo viés do discurso da sustentabilidade ambiental a partir dos anos 2000.

No primeiro momento, entre as décadas de 1950 a 1980, o Estado privilegiava o modelo de desenvolvimento referenciado na indústria metal-mecânica e/ou na industrialização. O Estado agia como agente produtivo, por meio das infraestruturas públicas, regulador e agente financeiro, articulador de capitais privados e internacionais,

com base na estratégia de industrialização em substituição às importações com caráter nacional-desenvolvimentista.

No entanto, essa onda entra em crise no início da década de 1960, com a falta de abastecimento alimentar interno, aumento da inflação, esgotamento da importação de bens para industrialização e emergente crítica ao padrão dependente e excludente (DELGADO, 2010; GRISA e SCHNEIDER 2015). De acordo com Delgado (2010) foi nesse momento que:

[...] reforma agrária e crescimento dos salários e do mercado interno se tornaram bandeiras políticas e econômicas fundamentais de lutas que visavam à derrota das elites agrárias e a superação do pacto de poder que sustentou historicamente a industrialização, buscando fazê-la mais democrática, menos excludente e dependente, e tendo o crescimento do consumo de bens salários (e não de bens de luxo/supérfluos) como uma de suas frentes de expansão essenciais. (p. 34)

Essas demandas eram reivindicadas nos anos 1960 por Caio Prado Junior e Celso Furtado, através da Vertente Cepalina, políticos como João Goulart e movimentos sociais (Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Era um momento que demandava a derrota das elites agrárias e a superação do pacto que sustentou historicamente a industrialização. Conforme Pereira e Alentejano (2014):

Disputada por forças sociais variadas e enquadrada em projetos políticos concorrentes, a reforma agrária aparecia então no centro do amplo movimento popular em favor das “reformas de base” que deveriam resolver os grandes problemas nacionais. Em outras palavras, impulsionada por fatores externos e internos, houve naquele período uma confluência de diferentes concepções de desenvolvimento e perspectivas políticas que convergiram para a crítica à concentração privada de terras e a defesa da reforma agrária por setores diversos e amplos da sociedade brasileira como medida de justiça social e progresso econômico. (p. 76)

É nessa conjuntura que ocorreu o golpe militar de 1964 e a arma da repressão serviu para “silenciar” os movimentos sociais e as forças contrárias ao que estava posto. Dessa forma, outra vertente é considerada, pautada na modernização tecnológica da agricultura, que, por sua vez, vinculava-se à Revolução Verde<sup>20</sup>, influenciada por acadêmicos e gestores como Delfim Neto, pelas elites agrárias e pelos militares que tomaram o Estado. (DELGADO, 2010; GRISA e SCHNEIDER 2015).

---

<sup>20</sup> Movimento que disseminou o uso de agrotóxicos e tecnologia na década de 1960 com o argumento da produção massiva de alimentos para sanar a fome no mundo, no entanto, depois de 46 anos a fome ainda é um dos problemas no Brasil e da humanidade.

Esse processo reafirmou o pacto político dominante e novas estratégias foram tomadas para a continuidade do poder golpista, autoritário e excludente das camadas mais pobres. Para Grisa e Schneider (2015):

[..] a construção das políticas públicas para a agricultura resultava basicamente das representações de mundo e do setor (referencial global e setorial) oriundas de gestores públicos, acadêmicos e representantes de grupos de interesse, conformando um referencial setorial direcionado para a modernização da agricultura. (p. 129)

Assim, houve intenso acionamento para a retomada da acumulação industrial, por meio do aumento da participação das empresas multinacionais, da contenção dos salários reais, da expansão do setor produtivo estatal e dos setores de bens de consumo duráveis. Na agricultura empresarial incentivos de políticas de crédito rural para financiamento de tecnologias para o plantio, armazenamento e transporte, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária e incentivos fiscais para a exportação etc., favoreceram os médios e grandes agricultores. (DELGADO, 2010; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

O Estado estimulava a modernização da agricultura para que houvesse a passagem do complexo rural ao complexo agroindustrial e, ao mesmo tempo, servisse de subsídios para a intensificação da industrialização e da urbanização do país. Segundo Pereira e Alentejano (2014):

Diversos instrumentos foram manejados para viabilizar essa modernização, destacando-se o crédito subsidiado, através do Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965. Concedido em doses elevadas para a agricultura patronal do eixo Centro-Sul do país, privilegiou produtos destinados à exportação ou vinculados a programas energéticos, como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado logo após a crise do petróleo de 1973. Além do crédito, o Estado também financiou pesquisa agrícola, assistência técnica e ensinos técnico e superior necessários à formação de profissionais especializados. (p. 79 e 80)

Anunciava-se uma agricultura com fortes sinais de “modernização” tecnológica, vinculada aos insumos mecânicos e físico-químicos processos que foram impulsionados pelo discurso da Revolução Verde, criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). No entanto, essa onda só foi possível devido à decisão deliberada da política de crédito rural, marcada pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Conforme Delgado (2010):



Pelo menos até 1976, a oferta de crédito rural foi incrivelmente abundante e subsidiada, de modo que a participação do crédito na renda agrícola foi sempre muito elevada. Essa fartura do crédito agrícola esteve associada às mudanças institucionais realizadas pelo governo (criação do Banco Central e reforma do sistema financeiro nacional) e principalmente a uma conjuntura mundial favorável, marcada por grande disponibilidade de recursos financeiros (p. 35).

Ao mesmo tempo era uma agricultura que excluía os camponeses, isto é, marcadamente seletiva, direcionando as ações para os médios e grandes agricultores, sobretudo aqueles que produziam mercadorias destinadas à exportação (café, cana-de-açúcar, laranja e algodão) o que também acarretou a expulsão de camponeses que se endividaram tentando acompanhar as imposições das políticas públicas e do mercado. (PRADO JUNIOR, 1982).

O resultado desse processo foi o desterroamento, ou seja, a expropriação da terra como trabalho, modo de vida e a eliminação da condição de posseiros e/ou foreiros, sem terras. Alguns, até permaneceram em suas terras, mas sem perspectivas de trabalho e de reprodução social da vida. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

O êxodo e migração resultantes desse processo, alicerçaram a composição da força de trabalho demandada para a industrialização sediada, sobretudo nos grandes centros urbanos, bem como nos campos, consoante à mecanização das atividades agrícolas. Esse processo, sobejamente conhecido no Brasil, culminou no inchaço dos grandes centros urbanos, proporcionou o aumento da concentração fundiária e o empoderamento de setores e grupos privilegiados.

Entretanto, a partir da crise 1979, em função das mudanças de rumo da economia mundial e devido ao alto custo das operações de crédito - que requeria elevados investimentos públicos por meio dos bancos estatais e os impactos inflacionários -, o Estado gradativamente retraiu os montantes de subsídios à agricultura, provocando a perda do tratamento diferenciado e, posteriormente, o reconhecimento por parte do mesmo de que a agricultura poderia ser mantida pelo mercado.

Nesse momento o modelo político e econômico da ditadura militar apresentava sinais de fracasso e novos rumos para o país eram reivindicados pelos sindicatos, movimentos sociais e organizações vinculadas à ala progressista da Igreja Católica (MITIDIERO, 2010). É nesse contexto que as demandas do campesinato começam a ser alteradas e a postura dos movimentos sociais, em específico da CONTAG, expressam sinais de mudança.

No II Congresso da CONTAG em 1973, período de maior repressão da ditadura militar, o discurso da entidade era “conciliador” com o governo, evidenciando as

conquistas já adquiridas e os avanços em marcha. (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Contudo, mesmo em um contexto repressivo, segundo Pereira e Alentejano (2014) a CONTAG:

[...] foi fundamental para difundir e articular referências comuns dentro do vasto e diferenciado universo sindical rural. O legalismo que havia caracterizado o sindicalismo cristão antes do golpe sobreviveu e marcou profundamente as práticas sindicais da entidade no período posterior. (p. 81)

No III Congresso a postura da CONTAG já passa de “conciliadora” para reivindicatória, exigindo a reforma agrária e política agrícola adequada ao campesinato (GRISA e SCHNEIDER, 2015). “A defesa da reforma agrária, a demanda por políticas diferenciadas e por legislação trabalhista e críticas ao regime ditatorial tornaram-se constantes nas reivindicações dos representantes da agricultura familiar” (GRISA, SCHNEIDER, 2015, p.129). De acordo com Pereira e Alentejano (2014):

[...] a CONTAG defendia o direito à terra, também previsto na legislação, e por essa via manteve viva a crítica ao latifúndio e a defesa da reforma agrária. À medida que a modernização da agricultura avançava, os camponeses eram pressionados a abandonarem suas terras. Os conflitos agrários, inicialmente de forma dispersa e atomizada, começaram a se avolumar. (p.82)

Essa conjuntura só torna-se mais favorável ao campesinato somente com a redemocratização do país, a partir de 1985 e com a constituinte de 1988. A partir disso novos horizontes apresentavam-se e constituíam-se novos movimentos sociais, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, e representações como o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), constituinte da estrutura da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983. A partir de então, a postura dos representantes do campesinato se torna propositiva e passa a disputar as políticas públicas. Segundo Grisa e Schneider (2015):

As possibilidades abertas com o debate da constituinte, as negociações para a definição das Leis Agrícola e Agrária, e a emergência dos Conselhos alteraram a forma de interação entre a sociedade civil representativa dos agricultores familiares e o Estado. Os representantes da agricultura passaram a adotar estratégias propositivas e adentraram nas arenas públicas, propondo e disputando a construção das políticas públicas (p.130).

Nesse contexto, enquanto um marco para a Política Agrária, ocorreu em 1986 conforme Reis (2016):

[...] o 1º Encontro Nacional de Assentados e a discussão acerca da organização dos assentamentos enquanto base do MST leva à organização da Comissão Nacional dos Assentamentos, que pautou junto ao governo federal o acesso ao PROCERA (Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária). p. 121.

Esse encontro foi representativo para demonstrar uma das estratégias dos movimentos sociais na luta por Políticas Públicas. Entendemos que este pautou o PROCERA, no entanto, a manifestação é uma das ações da luta que surge no conflito, nesse caso com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) voltados para atender os grandes proprietários e que estabelecia condições de acesso ao crédito, como a hipotecagem e ou alienação de bens, incompatível com a realidade dos camponeses.

.O PROCERA foi institucionalizado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 e segundo Rezende (1999) tinha o objetivo de:

[...] aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. (p.1)

É nesse momento que também no âmbito da luta dos movimentos sociais surgiu à negação do modelo da Revolução Verde, sendo que o debate gravitava pela não de democratização desse modelo, mas sim de um modelo “alternativo” para o campesinato.

Outro ponto alto na conformação política e no debate da reforma agrária foi a proposta de elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Apesar da oposição do MST e da CUT ao PNRA, o mesmo influenciou a criação da União Democrática Ruralista (UDR)<sup>21</sup> (DELGADO, 2010). Nesse cenário conturbado, a UDR nasce enquanto uma articulação de classe para participar da arena política que os movimentos também estavam disputando. Para Pereira e Alentejano (2014):

O MST foi contra a proposta, considerando-a tímida. Quatro meses antes, em seu I Congresso, o movimento já havia se posicionado por uma reforma agrária “sob controle dos trabalhadores”, baseada na desapropriação de todos os imóveis rurais superiores a 500 hectares, pela redistribuição imediata de terras públicas (estaduais e federais) e pela desapropriação das terras de empresas multinacionais. Além disso, na mesma ocasião, o MST condenou o ET como instrumento legal criado pela ditadura para modernizar o latifúndio, considerando-o inadequado para viabilizar uma reforma agrária. Essa posição era compartilhada pela CUT. Quando a proposta de PNRA foi anunciada, o MST fez uma série de ocupações no Sul do país, buscando não apenas afirmar a sua posição de independência em relação ao governo

---

<sup>21</sup> A UDR foi fundada em agosto de 1985, em Goiânia, durante um leilão de gado para arrecadar dinheiro entre os latifundiários, para lutarem contra a reforma agrária do I PNRA e contra o avanço do movimento dos camponeses sem-terra. (Oliveira, 2007, p. 127)

e a sua oposição ao pacto político conservador que sustentava a transição democrática, mas também se firmar como principal porta-voz dos “sem terra” e da bandeira da reforma agrária. (p. 86)

Mais uma vez a elite agrária se articulava para minar as possibilidades do avanço da política agrária voltada para o campesinato. Segundo Delgado (2010) a UDR tinha:

[...] objetivo precípua de evitar a aprovação do Plano, de ganhar espaço na mídia contra a reforma agrária, de combater as ocupações de terra lideradas pelo MST, e de influenciar a Assembleia Constituinte na defesa do direito de propriedade da terra e no bloqueio da criação de canais constitucionais capazes de viabilizar uma ampla reforma agrária (p. 43).

Na política agrícola o enxugamento dos recursos do Estado para a agricultura, com base nas políticas de preço mínimo, ao final da década de 1980, a adoção de procedimentos atrelados ao mercado mundial (neoliberalismo) na década de 1990, e com a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas para a agricultura, contribuiu para minar as ações em relação ao campesinato, que já sofria com a política da chamada modernização conservadora (MULLER, 2007)

O Estado abriu as portas de vez para a economia de mercado global, em detrimento do mercado interno, não obstante, este tinha em sua base culturas do campesinato essencialmente voltadas para a produção de alimentos para consumo de mesa. Conforme Grisa e Schneider (2015):

Diante destas medidas econômicas que incrementaram a fragilidade social da categoria social, e aproveitando as possibilidades abertas com a redemocratização, os representantes da agricultura familiar recrudesceram sua postura propositiva e, por meio de mobilizações sociais expressivas (como os Gritos da Terra Brasil, cuja primeira edição foi realizada em 1994), passaram a exigir políticas específicas para a categoria, bem como a participação na construção destas (p.131).

Diante das mobilizações sociais e diante do interesse por parte do Estado em manter a ordem no campo, foi institucionalizado em 1995 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Conforme Pereira e Alentejano (2014):

As mobilizações conduzidas pela CONTAG e pelo DNTR-CUT e a progressiva convergência entre elas resultaram na filiação da CONTAG à CUT em 1995, levando à extinção do DNTR. Resultaram também na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF) [...] consagrando como categoria política os “agricultores familiares”. A difusão dessa categoria reconfigurou os termos do debate sobre políticas públicas de produção, comercialização, crédito, agroindustrialização, cooperativismo, além da própria reforma agrária – que perdeu centralidade na pauta do movimento sindical. (p.100)

Contraditoriamente o PRONAF é um marco nas políticas públicas voltadas para o campesinato e para Muller (2007, p. 14), “análises indicam que o Programa, desde sua origem, restringe-se ao aporte de crédito, sobretudo de custeio aos agricultores familiares”. Ainda temos que evidenciar que o Programa tem suas linhas de crédito atreladas aos pacotes herdeiros da "Revolução Verde" e acabou por endividar muitos camponeses, por não ter linhas de créditos claras e acompanhamento financeiro. Ou seja, o PRONAF surge enquanto uma estratégia do Governo FHC com o propósito de frear os movimentos sociais e ao mesmo tempo com uma roupagem neoliberal e assim substituindo o PROCERA.

Indagando sobre a farsa do PRONAF em substituição ao PROCERA, Almeida (2000) argumentou que:

[...] diante do impacto da recente e unilateral decisão do governo federal de extinção do PROCERA Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária e de incorporação de seu público ao PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sentimo-nos quase como quem chega atrasada ao debate (que debate?) e pior, convictos de que o PROCERA tinha problemas e tragédias, mas representava uma conquista social que ansiava por avaliação. Portanto, sua substituição sumária pelo PRONAF é, em última instância, uma farsa, acima de tudo, por não superar os problemas por dentro, ou seja, a partir do entendimento dos mesmos em sua interioridade. (p.83)

Na época era relevante para o governo federal a importância do campesinato, pois, os camponeses produzem a baixos custos, ou seja, os ganhos são da sociedade em geral, o camponês doa sua força de trabalho, oferta alimentos para consumo próprio e para a venda a valores reduzidos para, no final, obter renda para continuidade de sua reprodução. Para o Governo era necessário que o camponês se “tornasse” agricultor familiar e no âmbito do projeto neoliberal se integrasse a cadeia produtiva de processamento e de exportação. Para Oliveira (2007, p. 149) [...] só há um lugar submisso neste projeto: integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um “agronegocinho”. E assim o Governo FHC transferiu a questão agrária do espaço das negociações políticas para o espaço do negócio político-econômico, colocando o camponês no território do capital na qual são plenamente subalternos. (FERNANDES, 2001)

Nessa conjuntura, a luta continuava e em 1997 o MST realiza a Marcha Nacional: reforma agrária, emprego e justiça” em direção à Brasília e uma das conquistas desta é a criação do Programa Nacional de Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e para Brito (2011):

O PRONERA foi criado em consequência da luta, gestado por segmentos da sociedade e entrou na agenda governamental pela ação dessa própria sociedade. Assumido pelo Governo Federal como uma política pública de educação do campo para beneficiar as áreas de Reforma Agrária, vem promovendo projetos de escolarização formal em todos os níveis de ensino buscando em seus objetivos utilizar metodologias voltadas para a especificidade do campo. (p.53)

Inicialmente voltado para a educação de jovens e adultos estendendo suas atividades para a formação de nível médio, técnico e superior o PRONERA é de extrema relevância por poder contribuir com a Educação do Campo<sup>22</sup> e ao mesmo tempo dar subsídios para que os camponeses qualifiquem a disputa e a construção de Políticas Públicas. Ainda, nesse sentido, o MST juntamente com outros movimentos sociais, setores progressistas e os trabalhadores, de um modo geral, vem travando lutas por uma educação que além de pública, gratuita e de qualidade [...] “seja comprometida com a superação do modo de produção capitalista e com a emancipação da classe trabalhadora”. (MATHEUS, OLIVEIRA e LUZ, 20016. p. 27).

Por conseguinte, o cenário na década de 90 era de novas possibilidades de políticas públicas voltadas para o campesinato, porém, a custo das mobilizações sociais. É importante ressaltar que nesse momento as lutas no campo, pelo acesso e permanência na terra, estavam em momento de ascensão e os conflitos extremamente acirrados. Dois fatos marcaram este período o Massacre de Corumbiara, ocorrido em Rondônia, em 1995, que resultou na morte de 16 pessoas e 7 desaparecidas, sendo 8 camponeses assassinados sumariamente pela polícia, e o segundo, o Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, em 1996, que resultou no assassinato de 19 sem-terras.

Esses fatos causaram repercussão nacional e internacional, e a luta pela terra, em meio às ações repressivas e de extremada violência, desencadearam políticas de ocupação de terras e de criação de assentamentos rurais. O que também era uma estratégia do governo FHC, tendo em vista que o MST vinha ganhando forças de mobilização social, até mesmo nos centros urbanos (FERNANDES, 2010). Nesse contexto:

---

<sup>22</sup> Proposta de educação popular que considere as singularidades do campo e dos sujeitos do campo, privilegiando seus conteúdos e metodologias. Mais informações ver: FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998

[...] os principais veículos de comunicação passaram a disseminar uma imagem positiva do governo Cardoso em relação à reforma agrária e uma imagem negativa dos movimentos sociais, em particular do MST. Em geral, a mídia contrastava os dados oficiais que exaltavam – e também inflavam – o aumento do número de famílias assentadas, enquanto os sem terra e o MST eram associados a baderna, violência, corrupção e não vocação para a agricultura. (PEREIRA; ALENTAJANO, 2014, p. 95)

Assim, no início dos anos 2000 com o cenário da economia neoliberal apontando falhas do mercado, evidenciando a pobreza rural, e o processo de redemocratização criando novos espaços de reprodução de ideias para a criação e apropriação de políticas públicas para o campesinato, levou o Governo a adotar novas posturas, pondo em cena a criação de políticas públicas focadas em bases assistencialistas. É nesse momento que se adotou, conforme GRISA e SCHNEIDER (2015) um novo referencial de políticas públicas para agricultura familiar caracterizado pela criação de programas setoriais de base social e assistencial.

Em decorrência disso, o momento vivenciado aos finais do século XX era de disputa de dois modelos. Por um lado, os camponeses, sem terras e assentados protagonistas de movimentos sociais que emergiram ou se fortaleceram no processo democratizante que atinge o campo, pautando a reforma agrária, o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais e trazendo como trunfo a agricultura de base familiar. Por outro lado, o avanço do modelo da agricultura de mercado, nos monocultivos em grandes extensões de terras, do modelo de agricultura de exportação, da *commoditização*, fundada no projeto neoliberal, expressão do monopólio do acesso e do uso da terra e da água, ou seja, o agrohidronegócio.

Este, pois, caracterizado pelo processo de modernização contraditória, concentrador da propriedade da terra e da renda, que degrada o trabalho humano, gera destruição de forças produtivas, do meio ambiente e produz problemas para toda a sociedade, sobretudo devido à intensificação crescente e generalizada de procedimentos técnicos pautados tanto na mecanização dos processos de trabalho, quanto na utilização de insumos químicos ou agrotóxicos, por meio da pulverização aérea. Na convergência desses aspectos tem-se a ocorrência das doenças ocupacionais que atingem diretamente os trabalhadores, todavia se amplifica sobre parcela expressiva da população camponesa dos Assentamentos Rurais e da agricultura familiar, bem como a sociedade em geral, sendo, pois, todos, expostos aos riscos e à contaminação ambiental (ar, água, chuva, solo), como produto da utilização de agrotóxicos e respectivos princípios ativos de graus diferenciados de toxicidade e das consequências à saúde coletiva com base nos tipos aguda, sub-aguda e crônica. (THOMAZ JUNIOR, 2014b, p. 6).

Nessa conjuntura, além das políticas estruturais apresentadas, o governo FHC criou políticas de ações sociais e assistenciais, como forma de atingir três problemáticas que afetavam o desenvolvimento rural e as conflitualidades sociais decorrentes, em primeiro plano está a função de frear/apaziguar aquelas oriundas da contradição sinalizada entre campesinato e agrohidronegócio, as falhas do mercado e a exacerbção da pobreza impulsionada pelo processo de neoliberalização da economia.

Essas políticas ganharam evidência a partir de 1995 com a criação do Programa Comunidade Solidária<sup>23</sup>, que tinha como objetivo direcionar as ações do governo para populações que não tinham meios de prover suas necessidades básicas, ou seja, ações direcionadas ao combate à fome e à pobreza. Para Grisa e Schneider (2015, p. 135), “o Programa Comunidade Solidária propunha avançar na parceria Estado sociedade e contemplar ações relacionadas com a questão alimentar, a miséria, pobreza e iniquidade”.

Em relação às ações direcionadas para a agricultura de base familiar, com o tempo essas começaram a se confundir com as ações do PRONAF, influenciando a criação da linha “Infraestrutura e Serviços Municipais do Pronaf”, que visava os municípios que apresentavam baixa produtividade agrícola e menor taxa de urbanização. Essas ações não foram bem aceitas pelos representantes do campesinato que temiam que o Programa Comunidade Solidária transformasse o PRONAF em um programa de assistência social desvirtuando suas ações originárias. Assim, houve um afastamento dos gestores do PRONAF com o Programa Comunidade Solidária (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 135).

O Programa Comunidade Solidária foi substituído em 2003 pelo Programa Fome Zero. Nesse ínterim, também foram criados os programas Bolsa Escola - que tinha como objetivo prover a manutenção da criança na escola -, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás, destinados às famílias com renda de até meio salário mínimo. Programas caracterizados pela transferência de renda e que em 2003 foram incorporados ao Programa Bolsa Família do Governo Lula, mas com outra roupagem e com acréscimos consideráveis de verba.

Esses programas de cunho social e assistencial, mesmo que não de forma direcionada para área rural, tiveram grande participação na redução da pobreza e desigualdade. Esses que serviram como complemento das ações de política agrícola e agrária até então institucionalizadas (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

O Governo Lula impulsionou a continuidade desses Programas, tanto que o caracterizou de forma evidente. Da mesma forma que também adotou referenciais de

---

<sup>23</sup> Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995.



políticas de construção de mercados para a segurança alimentar, de sustentabilidade ambiental e ao mesmo tempo deu continuidade às ações do projeto neoliberal, investindo fortemente na especialização primária da economia. Nesse momento para Grisa e Schneider (2015, p. 137) se adotou um terceiro referencial de políticas públicas para agricultura familiar.

A vitória de Lula em 2002 evidenciou que o projeto democratizante estava em curso, pois foi uma vitória apoiada por movimentos sociais, sindicais e partidos políticos mais sintonizados à esquerda, o que proporcionou no Governo uma “abertura” a democratização.

No entanto, também foi uma candidatura identificada por uma aliança política com os setores mais conservadores da política nacional, o que levou o Governo a atender ideias da elite agrária/industrial/bancária. Para Delgado (2010, p. 58 e 59) “essa tentativa de criar oportunidades para fazer progredir o projeto democratizante, sem promover rupturas significativas com o projeto neoliberal parece ser uma das características da complexidade do Governo Lula, cujos resultados políticos só poderão ser plenamente avaliados no futuro”.

Nesse contexto, os movimentos sociais de luta pela terra e por moradia, os sindicatos, a população desorganizada pobre e importantes associações patronais, mesmo com interesses e objetivos distintos, faziam parte de um mesmo campo político. (BOITO JUNIOR e BERRINGER, 2013).

Até o início do Governo Lula havia ideias dos representantes dos movimentos sociais, de organizações da sociedade civil e de intelectuais que não tinham espaço na formulação de políticas públicas voltadas para o campesinato. Para Grisa e Schneider (2015):

Estes atores vinham propondo e disputando as políticas públicas desde o início dos anos 1990; no entanto, é apenas com a mudança política em 2002 que os mesmos conseguiram pautar a construção e a institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar com base em um novo referencial orientado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade (p. 138).

Com esses referenciais em cena, foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA)<sup>24</sup>, que tinha em suas prerrogativas a implementação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de garantir o direito à alimentação e promover a articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais e municipais e as ações da sociedade civil

---

<sup>24</sup> Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003

ligadas à produção alimentar, alimentação e nutrição. O MESA foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em janeiro de 2004.

Nessa época foi reestabelecido o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)<sup>25</sup>, criado no Governo Itamar Franco e extinto no primeiro Governo do FHC. Entendeu-se que poderia ser um instrumento de articulação, entre o Governo Federal e a sociedade civil na proposição de ideias para as ações na área de alimentação e nutrição.

Com o reestabelecimento do CONSEA teve-se a criação do Programa Fome Zero, que substituiu o Programa Comunidade Solidária, em 2003. O Programa tem como objetivo combater a fome e suas causas estruturais através de um conjunto de políticas públicas com bases em uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com outras instâncias que recobriam ações de combate à fome no âmbito federal, estadual e municipal.

O Projeto Fome Zero partiu da premissa do direito humano à alimentação e do diagnóstico de que este não estava sendo efetivado em razão da insuficiência da demanda, da incompatibilidade dos preços dos alimentos com o poder aquisitivo da maioria da população e da exclusão da população pobre do mercado. Para alterar este cenário, foi proposto um conjunto de políticas estruturais que visavam melhorias na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos, ou seja, era preciso mudanças na “ponta” da produção, conferindo prioridade à agricultura familiar, e na “ponta” do consumo, de preferência articulando-as (GRISA e SCHNEIDER, 2015. p.138).

Nessa conjuntura, como forma de atender a demanda de reivindicações dos movimentos sociais, representantes de organizações da sociedade civil e intelectuais com propostas de políticas de segurança alimentar e nutricional e, como ação estruturante do Fome Zero, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Vale dizer que o CONSEA quando da formação do grupo técnico interministerial, foi fundamental na definição do Programa e posterior articulação junto aos órgãos locais. (ZIMMERMANN, 2007). Ainda para a autora [...] aquele momento representava uma mobilização das agências de governo para a elaboração do PAA. Ao mesmo tempo em que isso permitiu um avanço das interações intra-governo para a criação da política do PAA. (p. 6)

O Programa foi instituído em 2003 pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. O PAA tem como principal

---

<sup>25</sup> O CONSEA é uma instância de *concertação* política e social e, como tal, constitui-se em espaço privilegiado de articulação entre governo e sociedade civil com o objetivo de propor diretrizes para as ações na área da segurança alimentar e nutricional. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao>> Acesso em: 15/02/2017.

objetivo estimular o campesinato por meio da aquisição de alimentos e sua distribuição em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Posteriormente a criação do PAA foi conquistada a modificação da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina que 30% dos recursos destinados à compra da alimentação escolar sejam para aquisição de alimentos oriundos da agricultura de base familiar.

A criação do PAA e a promulgação da Lei Nº 11947 trouxeram nova importância e dinamismo para o mercado institucional. Isso tem estimulado os governos a criarem seus próprios programas de compra de alimentos, a exemplo do Programa da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) do Governo do Estado de São Paulo, que incentivam os camponeses a direcionarem a produção para esse tipo de mercado. A constituição do PAA também foi importante na derrubada da lei de licitações para aquisição de alimentos oriundos do campesinato no mercado institucional. Pois, para vender produtos ao Estado os camponeses tinham que disputar licitações com grandes produtores, estes têm a capacidade de se especializar no cultivo e oferecer determinados produtos em grande quantidade a preços baixos em detrimento da oferta diversificada da produção de base familiar camponesa.

Apesar de seu caráter ainda restrito e dos conflitos na órbita de sua implementação o PAA, segundo Delgado (2010):

[...] tem sido avaliado, inclusive pelos movimentos sociais, como um dos programas promissores a serem melhorados e ampliados em uma política de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar, pois (i) mostra uma abertura da política pública para um campo tradicionalmente vulnerável da agricultura familiar, o da comercialização e da garantia de escoamento de seus produtos; e (ii) realiza na prática a integração entre a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola voltada para a agricultura familiar (p. 68).

O Programa também tem contribuído com a complementação da renda familiar. Para o ano de 2015 cada família poderia arrecadar com o PAA até R\$ 8.000,00, e ao mesmo tempo tem protegido, parcialmente, os camponeses dos atravessadores.

Em 2004 surge, enquanto uma amostra da contradição atuante entre alimento e combustíveis, com o discurso de política “sustentável” o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Esse Programa tem como diretrizes: Implantar programa “sustentável”, promovendo inclusão social; garantir preços competitivos; qualidade e suprimento; e produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes

oleaginosas<sup>26</sup>. Diante disso, em 2008, foi implantado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS), que no período inicial deu prioridade às cadeias de Castanha-do-Brasil e do babaçu, oleaginosas, base do extrativismo de famílias de extrativistas, quebradeiras de coco etc. No entanto, ao incentivar a produção de monocultivos de oleoginosas na agricultura camponesa o Programa tirou o foco da produção diversificada de alimentos inserindo os camponeses na cadeia produtiva de biodiesel para atender a demanda de grandes empresas do ramo e conseqüentemente os subordinando ao agrohidronegócio. Para Alvarenga Júnior (2012):

[...] o PNPB, apesar de ter logrado êxito na organização da cadeia produtiva do biodiesel, fracassou tanto em suas aspirações de inclusão social quanto de melhoria ambiental. Graças a diversos erros em sua formulação, o biodiesel hoje está longe de poder ser considerado uma alternativa sustentável aos derivados de petróleo, enquanto o PNPB tão pouco pode ser visto como a solução para a inclusão social dos pequenos agricultores familiares em áreas mais carentes. Por hora, o PNPB não conseguiu desmentir, ainda, as acusações de que este parece se tratar de mais um programa de auxílio à cadeia da soja. (p.58)

Em meio há alguns avanços e contradições a partir do ano de 2002 os movimentos sociais e sindicais, sintonizados a esquerda começam a atuar como coo gestores no âmbito das políticas públicas, o que demonstra que a sociedade mudou sua postura de enfrentamento, disputando por dentro do Estado. Assim, ao mesmo tempo, o Estado se mostrou “permeável” às demandas desses sujeitos.

Em 2010 no início do último ano do Governo Lula, ainda, foi instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, enquanto uma demanda histórica dos movimentos sociais do campo, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER definindo como princípios:

- I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

---

<sup>26</sup> Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-que-%C3%A9-o-programa-nacional-de-produ%C3%A7%C3%A3o-e-uso-do-biodiesel-pnpb>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.

- IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010)

Segundo Plata e Fernandes (2012, p. 3) [...] em termos práticos, a PNATER, resgata a responsabilidade do Estado pela manutenção dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), de forma pública e gratuita [...]", e ainda, "[...] volta a reconhecer a Ater como sendo um processo educativo, informativo, comunicacional e de apoio à formação e organização dos agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária".

Na atualidade a Ater, tem ganhos significativos, com ações dos movimentos de luta pela terra e na terra, destaque para o MPA e MST, e profissionais de Universidades e Instituições Públicas engajados com a causa, quando busca superar o modelo dos pacotes tecnológicos imposto com a Revolução Verde aos camponeses disseminando e construindo assistência técnica e extensão rural baseada em referenciais agroecológicos que valorizam formas de produção ecológica e respeitam a saúde ambiental garantindo a reprodução social no campesinato. Não podemos deixar de evidenciar que há propostas de que a Ater seja terceirizada, retirando a responsabilidade do Estado e dificultando a construção de diretrizes juntamente com os movimentos sociais.

Mesmo com a postura de contar com a participação de movimentos sociais de esquerda, o Governo Lula não enfrentou a elite agrária nacional, continuou com o projeto neoliberal iniciado na década de 1990 e apostou na especialização primária. Nesse sentido, para Delgado. C, (2010) aponta que:

[...] as principais cadeias agroindustriais, daquilo que hoje se denomina oficialmente de 'agronegócio', assumem protagonismo nas exportações, puxadas por meia dúzia de produtos agropecuários – soja e milho, carnes, produtos florestais, cana-de-açúcar, café, couros e tabaco (p. 119).

Essa aposta na especialização primária, também foi uma saída do Governo Federal, tendo em vista que a economia global estava favorável à elevação dos preços de *commodities* devido à demanda do mercado asiático, o que permitiu reduzir a dívida externa e aumentar as reservas internacionais. Assim, o agrohidronegócio se tornou o principal regulador estratégico de transações correntes da balança de pagamentos.

Esse peso da economia de *commodities* também fez crescer a produção de produtos transgênicos, com destaque para a soja e milho. Isso facilitou e incentivou o

*lobby* por dentro do aparelho estatal em defesa dos transgênicos, fundamentado, pois, no pacote tecnológico “excludente”, já conhecido no âmbito da agricultura brasileira desde a década de 1960 (DELGADO, 2010; DELGADO. C, 2010).

Como a especialização primária era a aposta do Governo, o agrohidronegócio se expandiu sobremaneira, com destaque para a região Norte ou Amazônia, desterritorializando camponeses, provocando recorrentes conflitos fundiários envolvendo posseiros, seringueiros, povos indígenas, sem-terras., jagunços armados e contratados pelos latifundiários e proprietários das empresas agropecuárias, bem como madeireiras e Usinas Hidrelétricas. Essa expansão também elevou a ameaça à preservação ambiental e ao mesmo tempo, instigou a elite agrária nacional, a UDR, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) a pressionarem o Estado para afrouxar as leis de proteção ambiental e de utilização de recursos naturais, em detrimento da proteção à saúde coletiva, e benefício da manutenção dos superlucros e da produtividade (THOMAZ JUNIOR, 2014b).

Nesse sentido, o agrohidronegócio teve as portas abertas, por parte do Estado, para o cultivo em terras férteis e planas, com elevada disponibilidade hídrica, condições climáticas favoráveis, o que provocou a desterrização de posseiros, povos indígenas e camponeses. (THOMAZ JUNIOR, 2010). Aliás, as portas também se abriram para a legitimação do grilo, através de acordos de arrendamentos e negociações com grandes corporações.

Em busca da elevação da produtividade, o agrohidronegócio também investiu forte na incorporação de tecnologias, contando com incentivos, linhas de créditos especiais por parte do Estado, fundamentalmente, via Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e do próprio tesouro, o que caracterizou uma revitalização do sistema de crédito nacional da agricultura abandonado em décadas anteriores.

Ao mesmo tempo esse investimento em tecnologia, propiciado pelo Governo, exacerbou a destruição de forças produtivas e, nos setores do agrohidronegócio, nos quais a demanda por mão-de-obra não qualificada ainda é presente, se exigiu o aumento da produtividade do trabalho em detrimento da qualidade de vida dentro e fora do trabalho. Segundo Delgado. C. (2010):

Conquanto o trabalho humano venha sendo crescentemente mitigado nos processos produtivos tipicamente capitalistas ou de agronegócio, as relações de trabalho que se estabelecem na produção agropecuária parecem configurar um estilo de “super-exploração”, seja pela imposição de jornadas excessivas (corte de cana, por exemplo), seja pelo manejo de materiais agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana, seja pelas relações de precária contratação de trabalhadores migrantes nos picos da demanda sazonal das safras agropecuárias (p. 121).

Como o agrohidronegócio era a “bola da vez” para o Governo na época e determinava e continua determinando a logística, os investimentos, as negociações comerciais internacionais sobre agricultura do Brasil favorecendo a elite agrária nacional, os grandes grupos transnacionais vinculados a agricultura, às indústrias de insumos mecânicos, químico-biológicos, de sementes, à intensificação da concentração da propriedade privada da terra, da renda e de capital, viabilizados pelo discurso da busca da elevação da produtividade, mercados comparativos, *superávit* primários etc.,. Isso mostra que, no Governo Lula a reforma agrária, enquanto política de assentamento de milhões de famílias de sem-terra, para a produção de alimentos com viés de abastecimento do mercado interno, foi praticamente esquecida.

Embora as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) fossem relativamente tímidas, seus resultados ficaram muito aquém: o número de famílias assentadas caiu continuamente desde 2005 (seu ápice no Governo Lula), passando de 101 mil para 87,5 mil, em 2006; 29 mil, em 2007; e 21,5 mil, em 2008 (dados do INCRA) Na mesma direção, o Governo Lula praticamente desistiu do mecanismo de desapropriação de terras para a reforma agrária, pois a participação das terras desapropriadas no total das terras arrecadadas para a reforma agrária caiu de 40% no segundo Governo FHC para 5% no primeiro Governo Lula (IPEA) (DELGADO, 2010, p. 62 e 63)

Essa conjuntura do Governo Lula demonstrou que apesar das políticas públicas voltadas para o campesinato terem “ganho” espaço e uma nova concepção, tende a apontar que a Reforma Agrária, inclusive durante o Governo Dilma, são processos apartados de políticas públicas voltadas para o campesinato (DELGADO, 2010). Ou seja, a tendência é o predomínio de posicionamento para a criação de programas e políticas sociais sem expressão estrutural, o que contraditoriamente é uma alternativa ao campesinato e um afrouxamento da Reforma Agrária enquanto política de Estado. Para Pereira e Alentejano (2014):

O desempenho da política agrária do governo Lula evidenciou na prática aquilo que os documentos oficiais já indicavam: o esvaziamento da reforma agrária como política estrutural e a sua conversão em medida de alívio da pobreza rural e da pressão social. ( p. 102-103)

O que nos preocupa é que depois do Golpe contra o Governo de Dilma e a democracia no país, políticas e programas sociais já não mais estão na pauta do governo ilegítimo e a Reforma Agrária que já se encontrava em processo de afrouxamento está por ruir.

Nessa conjuntura, a análise das políticas públicas voltadas para o campesinato tem que se preocupar: com características da estrutura agrícola e agrária que ainda

rondam as políticas públicas para a agricultura, em detrimento do campesinato, com a tendência de afrouxamento da Reforma Agrária e com o grau de participação dos sujeitos que estão envolvidos no âmbito da reivindicação, elaboração, implementação e apropriação dessas políticas.

Entretanto, ainda, não podemos entender a conjuntura só pelo viés do que já foi conquistado. Temos que pensar no que está por vir e apreender quais são as estratégias dos trabalhadores para que suas demandas sejam atendidas e para que o projeto único de desenvolvimento econômico se dissolva.



## **CAPITULO 2. PARTICIPAÇÃO NO PAA DE FAMILIAS CAMPONESAS ASSENTADAS, NO PONTAL DO PARANAPANEMA (2003 - 2015)**

A participação de famílias de camponeses assentadas no PAA desde 2003 proporcionou nova dinâmica para os municípios do Pontal do Paranapanema. Os camponeses, incentivados pelo MST, e mediante parcerias com as instituições públicas responsáveis que estavam se envolvendo e apostando no Programa, vislumbraram que poderiam ser beneficiados. Aumentar e diversificar a produção de alimentos para atender a demanda dos trabalhadores dos centros urbanos e acampados sem terras em situação de insegurança alimentar, objetivo desde há muito reivindicado pelo movimento social, se apresentava como factível<sup>27</sup>.

Esse processo também vinha incentivando maior participação do trabalho familiar no lote, sobretudo de jovens, estes que se encontram em meio aos fluxos da mobilidade do trabalho buscando emprego, mesmo que, com contratos precários e intermitentes nos territórios do agrohidronegócio<sup>28</sup>. (PIÑEROS, THOMAZ JUNIOR, 2017). Ao mesmo tempo, visibilizando o trabalho da mulher e modificando as relações entre sexos, com continuidade do protagonismo da mulher na família camponesa e na organização do trabalho familiar (reprodutivo) e produtivo

Também, havia uma complementação da renda das famílias o que incentivava o investimento, mesmo que não sendo um crédito específico para esse fim, em infraestrutura no lote e ao mesmo tempo dinamizava a economia dos pequenos mercados locais com a compra de materiais de construção, insumos para a produção agrícola e utensílios de necessidades básicas não produzidos no lote.

Já, nas cidades os trabalhadores beneficiários contavam com o recebimento semanal dos alimentos para completar a cesta básica<sup>29</sup>, o que proporcionava a diversidade na alimentação e melhor qualidade nutricional. Cada município e/ou entidade tinham dias e horários definidos para receber e distribuir os alimentos.

Essa dinâmica, contudo, vem se fragilizando pela condição do Programa ser uma política de governo suscetível aos cortes de orçamento e sendo seus recursos, destinados aos programas condicionados ao orçamento geral (REIS, 2015, p. 127). No

---

<sup>27</sup> Estamos entendendo Insegurança Alimentar enquanto acesso limitado de alimentos básicos incluindo problemas com a quantidade e qualidade dos alimentos e a incerteza sobre o abastecimento de alimentos até o final do mês.

<sup>28</sup> Thomaz Júnior (2009), compreende o agrohidronegócio enquanto uma proposta de modelo de desenvolvimento do capital no campo, desenvolvido por empresas monopolistas (nacionais ou internacionais), que atuam para além da apropriação da terra, mas também e concomitantemente da água. Assim o agrohidronegócio é o controle territorial de forma articulada, que inclusive vai além da degradação dos recursos naturais, implicando também na precarização do trabalho.

<sup>29</sup> Os produtos da Cesta Básica segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) variam de acordo com as regiões do país, no entanto, são baseados no Decreto Lei n. 399 – de 30 de abril de 1938 que dispõe sobre o salário mínimo e a cesta básica. Para dezembro do ano de 2016 o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.856,23 ou 4,38 vezes o mínimo de R\$ 880,00 (DIEESE, 2017, sn/p).

Pontal do Paranapanema estamos analisando esse processo desde a pesquisa de iniciação científica, em 2013, que resultou na monografia intitulada “O programa de aquisição de alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em torno da Luta pela/na Terra no Pontal do Paranapanema – SP<sup>30</sup>.”

Assim, neste capítulo apresentaremos uma análise das informações, posicionamentos e entendimentos que demonstram a participação das famílias de camponeses assentados no PAA no Pontal do Paranapanema no período de 2003 a 2015. Na primeira parte trazemos informações e debates sobre a institucionalização, operacionalização, formas de organização com os associados e as atividades que as associações (AAMA e Girassol) e a cooperativa COOESP vinham desenvolvendo no âmbito do PAA.

Além disso, analisamos a relação de classe, tecida pela política pública através das famílias que comparecem como beneficiárias, seja como camponeses assentadas, seja recebendo os produtos oriundos dos assentamentos. Nosso entendimento é que a política pública, no caso do PAA, viabilizava uma forma de mercado institucional e para além, possibilitando um estreitamento entre a classe trabalhadora desmistificando as divisões teóricas que acabam por entender a classe de forma fragmentada, assunto que debateremos no capítulo 3.

É preciso esclarecer que não só as famílias de assentados participavam do PAA no Pontal do Paranapanema, havia também a participação de famílias de camponeses não assentados. A nossa escolha dos municípios territorializados por assentamentos visa debater a viabilidade desses no Pontal do Paranapanema enquanto produto da luta pela terra em busca de sobrevivência e de trabalho, o que também inclui, além da luta pela terra, a luta pela permanência nela.

Assim, enquanto estratégia de sobrevivência e garantindo a reprodução social, nessa conjuntura, é expressivo o trabalho voltado para a produção de alimentos e a participação na reivindicação, construção e participação em Políticas Públicas, nesse momento, o caso do PAA. Isso pode ser verificado no mapa 2, que demonstra a participação em 2014 de famílias camponesas no PAA nos 32 municípios sendo 17 territorializados por assentamentos de reforma agrária.

Nesse contexto, apresentamos a expressividade da participação de famílias camponesas no Programa começando com a reconstrução histórica de participação de famílias camponesas no Pontal do Paranapanema<sup>31</sup> de 2003 até 2015. Do período de

---

<sup>30</sup> LEAL, 2013.

<sup>31</sup> Estamos nos baseando na dissertação de mestrado intitulada “Programa de Aquisição de Alimentos nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura”, sob a autoria de Marcos Freitas Le Moal, da Escola Superior de Agricultura Luis de Queirós ESALQ/USP/Piracicaba, em 2013, para

2010 a 2015 trabalhamos com dados triangulados oriundos do Portal da Transparência Pública do PAA e banco de dados da Superintendência Regional da Conab de São Paulo referentes ao período no qual o PAA ganha maior expressividade, de forma gradual, no Pontal do Paranapanema.

### **2.1. Momentos Iniciais da participação de famílias camponesas no PAA no Pontal do Paranapanema, 2003-2009.**

A primeira participação registrada no PAA no Pontal foi através da modalidade Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) entre 2003 e 2004. Essa modalidade não teve muito sucesso porque apresentou atrasos na liberação dos recursos, período esse que não correspondia ao calendário de cultivo dos camponeses, e muitos que participaram dessa modalidade ficaram inadimplentes. Foram feitos mais de 1.500 projetos que envolviam cerca de 70 assentamentos da região (LE MOAL, 2013, p.70, 71).

Segundo relatos obtidos dos interlocutores, o principal entrave para implementação desta modalidade no Pontal foi o atraso na liberação dos recursos. Grande parte dos assentados recebeu os recursos do Programa em Período no qual já não era mais aconselhável o plantio. Esta defasagem é apontada por nossos entrevistados, em seus depoimentos, como sendo o fator responsável pelos altos índices de inadimplência dos assentados envolvidos, naquele momento, na implementação do PAA. Estima-se que mais de 90% dos assentados do Pontal que acessaram o Programa através dessa modalidade tornaram-se inadimplentes (LE MOAL, 2013, p. 69)

A modalidade CAAF desde o início de sua implementação no Programa foi questionada por apresentar atrasos na liberação de recursos e falta de orientação para utilização adequada o que inviabilizou sua continuidade, mantendo-se apenas entre 2003 e 2004.

Um dos principais discursos presentes nos argumentos para a fragilização e extinção desta modalidade foi a inadimplência<sup>32</sup> dos camponeses, o que gerou uma decisão tomada pelo GGPA de extinção da modalidade, que ainda é questionada. A CAAF permitia aos camponeses acessarem créditos financeiros sem burocracias bancárias, sem taxas de juros e sem consulta de inadimplência, caso o fizesse para

---

obtenção do título de mestre em ciências, na área de Ecologia Aplicada. Um dos primeiros trabalhos que trata sobre os desdobramentos do PAA no Pontal do Paranapanema.

<sup>32</sup> Quando havia inadimplência era por falta de informações e atraso na liberação dos recursos o que inviabilizava o planejamento da produção e conseqüentemente o pagamento dos empréstimos.

viabilizar o plantio de alimentos que compõem a cesta básica do Fome Zero, a exemplo: arroz, feijão, milho e farinha de mandioca (GRISA, 2012. p. 230).

Nesse contexto, outra modalidade registrou participação no Pontal do Paranapanema a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF). Cerca de 40 camponeses dos municípios de Euclides da Cunha, Emilianópolis, Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Sandovalina e Taciba participaram, e em 2005 a modalidade CDAF contou com a participação de 300 camponeses. No entanto, houve um recesso e essa modalidade só teve novos interessados em 2009, quando 575 camponeses de 21 municípios participaram do Programa pela modalidade (LE MOAL, 2013 p. 70)<sup>33</sup>.

Foi também em 2005 que se registrou as primeiras participações com a modalidade Formação de Estoque (CPR-Estoque), via Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal do Paranapanema (Cocapar), sediada no Município de Euclides da Cunha Paulista-SP.

Naquele momento eram dois projetos de compra de farinha que envolvia 157 camponeses, dos quais, 24 eram do Município de Mirante do Paranapanema. No entanto, no Pontal essa modalidade também teve um recesso que durou até 2008. Em 2008 a participação retornou através de duas cooperativas e duas associações. Novamente a COCAPAR entrou em cena com 41 camponeses participando da modalidade, vendendo mussarelas<sup>34</sup> e farinha de mandioca. Destes, 13 eram assentados no Município de Mirante do Paranapanema-SP. Outros 266 camponeses participaram através da Cooperativa de Produção de Biodiesel do Oeste Paulista, de Teodoro Sampaio (COOEPE), vendendo milho em grãos. Também houve registros de participação pela Associação Agropecuária André Franco Montoro (AAFM), do Assentamento Gleba XV de novembro, localizado nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha, sendo que essa Associação teve a participação de 85 camponeses que venderam mussarelas. Houve ainda, a participação da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento São Pedro e Região, do município de Rancharia, sendo que através dela participaram 60 camponeses, que também venderam mussarelas (LE MOAL, p. 72).

Entre 2008 e 2009 ocorreram as primeiras participações através da modalidade CDS, sendo que em 2008 foram registradas 500 participações no PAA pela CDS, espacializados em 16 municípios. Dessas participações, 70 eram de Mirante do

---

<sup>33</sup> Não tivemos acesso a esses dados e não podemos afirmar desses, quantos eram camponeses assentados.

<sup>34</sup> Em conversas informais com representantes do MST há relatos de que essas mussarelas eram produzidas por pequenos laticínios da região. Ou seja, os camponeses repassavam o leite para os laticínios, através de um acordo, que fabricavam a mussarela e repassavam o produto para os camponeses venderem para CPR-Estoque.

Paranapanema. Já em 2009 foram 1.000 famílias de camponeses que participaram via CDS no Pontal, enquanto que no estado de São Paulo totalizaram 9.000 famílias.

Em síntese, até o ano 2009 tivemos uma participação significativa no PAA de camponeses dos municípios de Mirante, Euclides e Sandovalina. Porém, a curta implementação das modalidades e barreiras burocráticas acabaram fragilizando a participação dos camponeses, ainda assim, pudemos conferir a disposição para participarem das modalidades elencadas, mediadas pela atuação das cooperativas e associações, algumas destas atreladas as ações do MST na região.

Vale mencionar que não pudemos aprofundar a análise porque os dados não estão disponíveis no Portal da Transparência Pública do PAA<sup>35</sup>. E os dados obtidos diretamente com a Superintendência Regional de São Paulo (SUREG) da CONAB apresentam descontinuidades e incongruências. Uma das possíveis explicações para isso é a descontinuidade das modalidades, portanto a construção da base de dados não foi priorizada.

### **2.1.1 A Participação de famílias de camponeses assentadas no PAA entre 2010 e 2015**

No período entre 2010 e 2015, de acordo aos dados e informações coletadas, o PAA teve participação contínua, resultado da disseminação maciça e luta dos movimentos sociais para que o Programa ofertasse maiores recursos para atendimento das modalidades e oferecesse diretrizes claras para participação. Nesse período as modalidades do PAA que continuaram em vigência, apresentaram significativa continuidade na implementação do Programa.

Entre 2010 e 2015 apresentamos dados<sup>36</sup> mais atuais, que nós levantamos e interpretamos, o que nos possibilita demonstrar o fenômeno com mais detalhes, e fazer afirmações e questionamentos sobre a implementação do PAA no Pontal do Paranapanema. A organização e sistematização dos dados foram complementadas com as informações obtidas nos trabalhos de campo e entrevistas realizadas com camponeses assentados e representantes das associações e cooperativas.

A fim de demonstrar a territorialização do PAA nos assentamentos rurais, agregamos do ano de 2014 o número de participações nos municípios territorializados

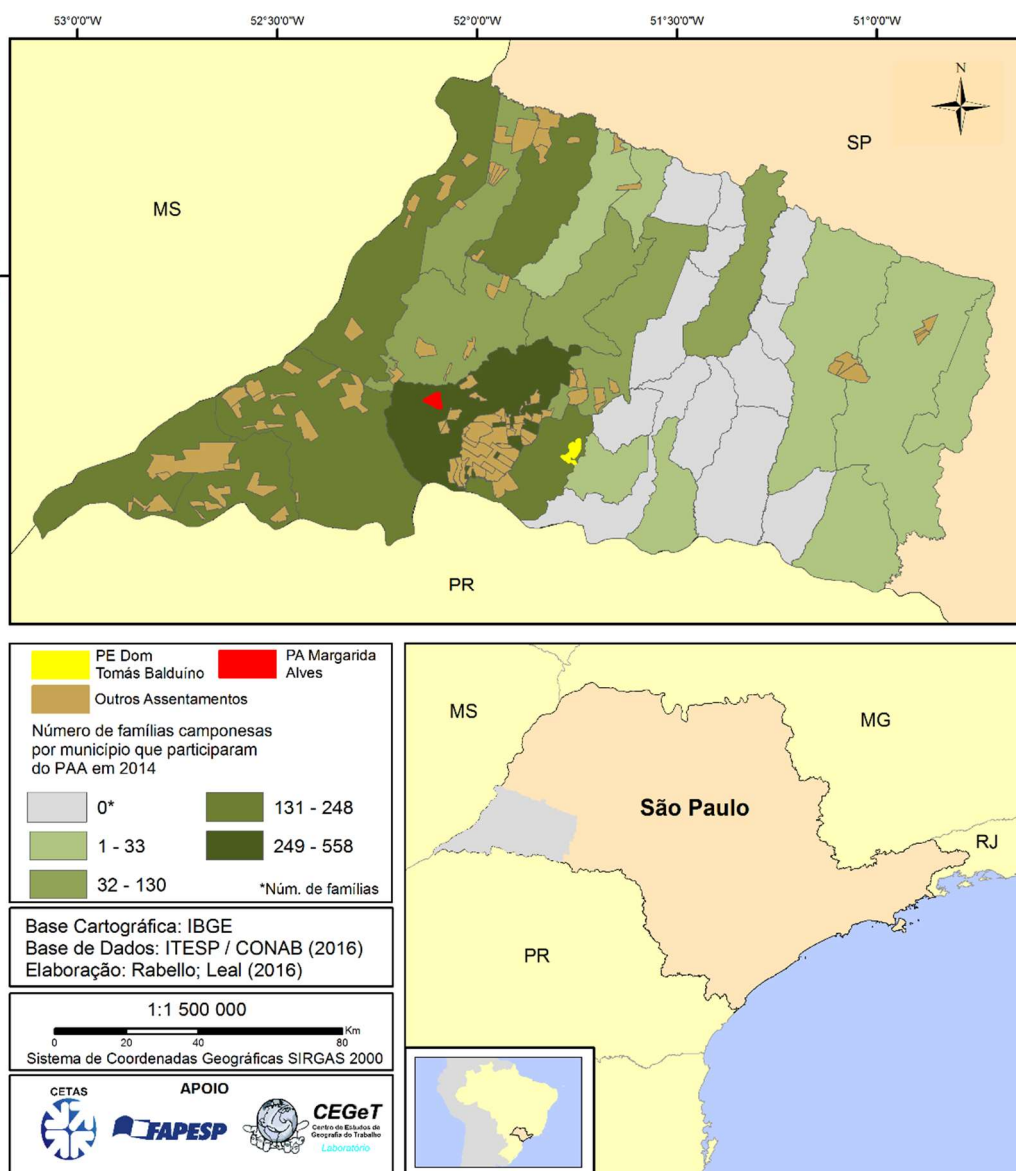
---

<sup>35</sup>Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>> Acesso em: 14/02/2017.

<sup>36</sup> Para construirmos nossa análise, utilizamos os dados sobre entrega de alimentos coletados no Portal de Transparência Pública do PAA. Nesse Portal estão disponíveis os projetos que tiveram participação de associações e cooperativas em 2014 por município, sendo que esses projetos contêm o número de beneficiários fornecedores, quantidade de alimentos entregues por associações e os beneficiários consumidores (entidades consumidoras). Por sua vez, a plataforma também possibilita identificar os beneficiários como camponês assentado (assentado da reforma agrária) ou camponês não assentado (agricultor familiar).

por assentamentos rurais e nos outros municípios, cruzando a participação de famílias camponesas assentadas e não assentadas dos 32 municípios que compõem o Pontal do Paranapanema. Com essas informações o Mapa 2 destaca que passados 10 anos da institucionalização do PAA a participação no Pontal do Paranapanema se dá, na maior parte das ocorrências, nos municípios territorializados por assentamentos rurais. (Mapa 2)

**Mapa 2:** Número de Famílias camponesas, por município, que participaram do PAA no Pontal do Paranapanema (SP), 2014.



Observa-se que o município de Mirante do Paranapanema, que conta com 37 assentamentos rurais tem maior número de participações no PAA se destacando com 560 famílias de camponeses envolvidas com o Programa no ano de 2014. Destaca-se

também o município de Sandovalina, onde está localizado o Assentamento Dom Tomas Balduino, que também faz parte do recorte da pesquisa e o Assentamento Bom Pastor onde está sediada a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal (Cooesp) que congregou todos os acessos ao PAA do município de Sandovalina sendo a principal via de participação ao Programa.

Podemos observar ainda que, em alguns municípios que não tem a territorialização de assentamentos também houve participação no PAA, porém de forma tímida. Entendemos que esses municípios não tem a participação efetiva do MST nas áreas rurais o que para os camponeses se tornou uma fragilidade, pois para participarem de programas e políticas públicas os mesmos são assessorados apenas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) que se encontra sucateada e apenas se responsabiliza por prestar assistência para os projetos do Governo do Estado de São Paulo.

Como demonstrado, os municípios territorializados por assentamentos são expressivos na participação do PAA. Tendo em vista esse fato, queremos evidenciá-lo através da análise dos dados, sobre a participação de famílias de camponeses assentadas no PAA de 2010 a 2015. E relação a isso o Mapa 3 demonstra a evolução e a regressão da participação no PAA de famílias de camponeses assentadas no Pontal do Paranapanema, no período de 2010 a 2015 também tem muita importância para se entender as contradições da política pública.

A partir do ano de 2010, no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, no Pontal do Paranapanema, a participação no PAA, via CDS, caiu pela metade, se considerarmos o número de participações em 2009 (LE MOAL 2013, p. 74). Conforme o autor em 2009 ocorreram 1000 participações pela CDS, no Pontal do Paranapanema, e 9.000 no estado de São Paulo. Sendo que para o ano de 2010 o autor identificou a ocorrência de pouco mais de 4.000 participações pela CDS no estado de São Paulo e 450 no Pontal do Paranapanema. (Quadro 1).

**Quadro1:** Participação de famílias de camponeses no PAA pela CDS nos anos de 2009 e 2010.

<b>Participação no PAA pela CDS</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Estado de São Paulo	9.000	4.000
Pontal do Paranapanema	1.000	450

Fonte: Le Moal, 2013. Org. Leal, S.C.T.

O número de participações pela CDS, para 2010, por nós apurado, apresentam diferenças, mas também demonstram diminuição na participação (Quadro 1). Outra questão posta é que a regressão constatada em relação ao número de participações no

Programa também se deu em outras modalidades, pois a partir de 2010 somente teve continuidade o CDS e CPR-Estoque. Nesse mesmo ano foram destinados a nível nacional R\$ 379, 7 milhões, desses R\$ 19,56 milhões para operacionalização do PAA no estado de São Paulo.



**Mapa 3:** Número de famílias camponesas assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema de 2010 a 2015



- 1 - 50\*
- 51 - 100
- 101 - 200
- 201 - 500
- 501 - 805

\*Número de famílias de camponesas assentadas, por município, que participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2010 - 2015.

Base Cartográfica: IBGE  
 Fonte de Dados: CONAB (2016)  
 Organização: Sidney C. T. Leal (2017)

Software de Cartografia: ArcGis 10.1  
 Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000

1:2.600.000

0 15 30 60 90 120 Km

Apoios

Essa regressão se deu pelo atraso de repasse de recursos de Brasília-DF para o Estado de São Paulo de 2009 para 2010, o que conseqüentemente diminuiu o número de participantes do PAA nesse período, no entanto, esse atraso resultou em acúmulo para o ano de 2011 com a aprovação de projetos, não aprovados por falta de recursos de 2009 para 2010, ainda no primeiro semestre de 2011.

Apesar da CDS apresentar queda na participação no PAA em 2010, no Pontal do Paranapanema, foi através dessa modalidade que os camponeses assentados se envolviam de forma expressiva com o Programa. Contudo, isso acrescenta a nossa proposta de destacar a participação dos camponeses assentados, na qual é pertinente para debatermos a relevância dos assentamentos enquanto espaço de produção de alimentos, recolocando em cena a soberania alimentar e sua importância na disputa com a territorialização do agrohídronegócio.

Outra questão, que já foi colocada, mas precisamos aprofundar, é que anteriormente ao ano de 2010 a participação no PAA era realizada comumente pelas mesmas associações e cooperativas. Com a repercussão da participação do PAA nos assentamentos, e estimulação do MST para participação no Programa, associações e cooperativas que estavam desativadas se regularizaram para participarem e outras foram criadas com esse fim.

Essa situação, por um lado, traz uma problemática, o MST não dá conta de assistir e muito menos disseminar ações de cunho político organizativo a todas as associações e cooperativas que foram surgindo. Afinal, muitas dessas foram criadas somente enquanto meio para participação no Programa, se tornando dependentes e funcionando submissas as demandas do mesmo. Mas, de certa forma, foi também por meio dessas associações e cooperativas que as famílias de camponeses assentados se organizavam e se envolviam com o Programa, dando uma resposta conjuntural para participarem do mercado institucional no Pontal do Paranapanema.

Esse contexto também fortalece a territorialização dos camponeses e seu trabalho na terra, além de estreitar vínculos de classe com os trabalhadores que recebem os alimentos, esses que começam a reconhecê-los enquanto importantes provedores de alimentos, o que fortalece a proposta de soberania alimentar e demanda respostas por parte do Estado.

No ano de 2010 no estado de São Paulo ocorreram 4.469 participações no PAA, dos quais 988 foram de famílias de camponeses assentadas<sup>37</sup>. Desse total 470 foram no Pontal do Paranapanema, o que equivale a 47,57%, compondo-se das

---

<sup>37</sup> Conab, 2010

modalidades CDS e CPR-Estoque, sendo que 23 deram-se pela Formação de Estoque e 447 acessos pela CDS.

Nesse ano foram destinados R\$21.527.782,00 para atender as duas modalidades no estado. No Pontal do Paranapanema foram arrecadados pela Formação de Estoque através de um projeto, R\$ 83.472,00 que contemplou 23 famílias assentadas do município de Euclides da Cunha Paulista. Já pela modalidade CDS foram destinados R\$1.447.955,03 para dez projetos, atendendo 447 famílias (Tabela 1).

**Tabela 1:** Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema - 2010.

<b>Município</b>	<b>Nº de Famílias</b>
Caiuá	56
Estrela do Norte	0
Euclides da Cunha	11
Iepê	0
João Ramalho	0
Marabá Paulista	1
Martinópolis	0
Mirante do Paranapanema	78
Piquerobi	0
Presidente Bernardes	14
Presidente Epitácio	34
Presidente Venceslau	32
Rancharia	0
Ribeirão dos Índios	0
Rosana	0
Sandovalina	53
Teodoro Sampaio	168
<b>Total</b>	<b>447</b>

Fonte: Transparência Pública do PAA, 2016

Nesse mesmo ano o município do Pontal que teve maior destaque em relação a participação foi Teodoro Sampaio, com 168, seguido por Mirante do Paranapanema, com 78 famílias. A participação nesse ano esteve mediada por 11 associações territorializadas em 10 assentamentos envolvidas com o PAA, sendo que 10 associações participavam através de projetos de CDS e 1 através da CPR-Estoque.

Mediante as entrevistas e relatos com integrantes do MST e camponeses foi informado que no ano de 2010 o PAA ganhou expressão e a procura para participação no Programa aumentou no Pontal do Paranapanema. Segundo<sup>38</sup> o coordenador regional do MST do setor de produção do Pontal a pauta principal do MST nas reivindicações e negociações naquele ano com o Governo era o aumento de recursos para o

<sup>38</sup> Entrevista realizada em 20 de janeiro de 2017.

atendimento do PAA nos estados da federação e conseqüentemente o atendimento de projetos que nunca tinham sido aprovados. Assim, ao mesmo tempo, o MST fez campanha nacional de incentivo à participação nos Projetos no âmbito do PAA, o que também repercutiu no Pontal do Paranapanema.

No ano de 2011, evidencia-se aumento significativo da participação do PAA. No estado ocorreram 13.302 participações no PAA no estado, das quais 5.297 eram de famílias camponesas assentadas, ou seja, 39,85%. Já, no Pontal do Paranapanema, no total participaram 1.522 famílias camponesas assentadas, através de 60 projetos de CDS, o que equivale a 28,73% do total no estado. Assim, pela CDS foi arrecadado R\$ 6.763.214,46, o equivalente a 14,41% do total de arrecadação no estado. Essa arrecadação foi requerida por 1.522 famílias assentadas e 42 famílias de camponeses não assentados<sup>39</sup>.

Em 2011 o município de destaque foi Mirante do Paranapanema, com 16 projetos de CDS que contemplaram 490 famílias de camponeses assentados (Tabela 2), e duas famílias de camponeses não assentados. O segundo município com mais participações foi Presidente Epitácio, com 6 projetos de CDS que envolveram 213 famílias assentadas e 15 famílias não assentadas. Nesse ano não houve participação no PAA pela modalidade CPR-Estoque no Pontal.

**Tabela 2:** Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema - 2011.

<b>Município</b>	<b>Nº famílias</b>
Caiuá	100
Estrela do Norte	0
Euclides da Cunha	142
Iepê	0
João Ramalho	14
Marabá Paulista	34
Martinópolis	1
Mirante do Paranapanema	490
Piquerobi	10
Presidente Bernardes	38
Presidente Epitácio	213
Presidente Venceslau	109
Rancharia	52
Ribeirão dos Índios	1
Rosana	81
Sandovalina	113
Teodoro Sampaio	124
<b>Total</b>	<b>1522</b>

Fonte: Transparência Pública do PAA, 2016

<sup>39</sup>Não conseguimos desagregar os recursos por categoria, pois a CONAB, no Portal da Transparência do PAA não apresenta os recursos por categoria, somente por projetos, ou seja, se os projetos são acessados por famílias de camponeses e não camponeses não temos como separar o montante de recursos.

Até o ano de 2012 observa-se que o PAA teve forte crescimento. Para esse ano foram destinados R\$586,5 milhões (REIS, 2015, p. 128) montante recorde de recursos destinados ao Programa. Consequentemente, isso rebateu no número de participações no PAA no Pontal do Paranapanema. Como temos destacado grande parte das participações provêm dos municípios territorializados por assentamentos da reforma agrária, especialmente Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Presidente Epitácio e Sandovalina.

Nesse ano no estado de São Paulo teve 18.523 participações, sendo 9.613 participações de famílias de camponeses assentadas. No Pontal do Paranapanema tivemos a participação de 2.152 famílias de camponeses assentados através da CDS o que equivale a 22,38% do estado. Somando o total de participações de famílias não assentadas (117 famílias) foram contempladas 2.269 famílias através de 76 projetos de CDS, que arrecadaram R\$9.766.206,77 nesta modalidade. Mirante do Paranapanema foi novamente o município com mais participações, totalizando 804 famílias assentadas (Tabela 3) através de 26 projetos de CDS, seguido do município de Teodoro Sampaio com 227 acessos de famílias assentadas através de cinco projetos de CDS.

Tabela 3: Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema - 2012

Municípios	Nº de Famílias
Caiuá	112
Estrela do Norte	4
Euclides da Cunha	174
Iepê	0
João Ramalho	5
Marabá Paulista	49
Martinópolis	1
Mirante do Paranapanema	804
Piquerobi	23
Presidente Bernardes	77
Presidente Epitácio	199
Presidente Venceslau	174
Rancharia	47
Ribeirão dos Índios	1
Rosana	142
Sandovalina	113
Teodoro Sampaio	227
<b>Total</b>	<b>2152</b>

Fonte: Transparência Pública do PAA, 2016

Já pela CPR-Estoque ocorreram 4.986 participações no estado, dos quais 852 famílias de camponeses assentadas do Pontal do Paranapanema (Tabela 4),

equivalente a 17,8% do total e 55 famílias de camponeses não assentados, que juntos arrecadaram R\$1.403.474,60 através de 18 projetos. Mirante do Paranapanema também teve destaque nesse ano, aprovando 4 projetos que contemplaram 342 famílias de camponeses assentadas. Presidente Epitácio registrou participação de 108 famílias assentadas através cinco projetos.

Tabela 4: Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CPR-Estoque no Pontal do Paranapanema - 2012

<b>Município</b>	<b>Nº Famílias</b>
Caiuá	10
Euclides da Cunha	79
João Ramalho	5
Mirante do Paranapanema	342
Sandovalina	120
Teodoro	59
Presidente Bernardes	68
Ribeirão dos Índios	1
Presidente Epitácio	108
Rancharia	42
Estrela do Norte	5
Rosana	13
<b>Total</b>	<b>852</b>

Fonte: Transparência Pública do PAA, 2016

Ainda referente ao ano de 2012 no Pontal do Paranapanema apuramos a participação no PAA através de 60 associações e 2 cooperativas territorializadas em 57 assentamentos<sup>40</sup>, sendo que 26 associações territorializadas em 23 assentamentos do Município de Mirante do Paranapanema. Assim, nesse ano teve-se a participação no PAA de 63% dos assentamentos do Município de Mirante. De 2010 para 2012 ocorreu um aumento de aproximadamente 82% no número de associações territorializadas nos assentamentos participando do PAA.

Após evolução de participação no PAA até 2012, entendemos que o período seguinte é marcado por uma forte redução em relação ao número de participações ao Programa. Isso se deve, em nível nacional à diminuição significativa de recursos destinados ao Programa. Em decorrência disso, as dotações destinadas ao PAA em 2013 tiveram uma queda de 60% em relação ao ano de 2012. (Gráfico 1).

Esse recesso nas participações perdurou até 2014 quando as participações voltaram a evoluir, mas em 2015 os números nos deixam descontentes, sobretudo devido à redução drástica das dotações destinadas ao atendimento do Programa.

<sup>40</sup> O número de Associações é maior que o número de assentamentos porque muitos assentamentos têm mais de uma associação.

A partir do ano de 2013 a diminuição das dotações destinadas ao PAA transparece a fragilização e o recuo dessa Política. No estado de São Paulo ocorreram 8.641 participações nos PAA, na qual 4.038 eram de famílias de camponeses assentados. No Pontal do Paranapanema teve a participação de 1.277 famílias de camponeses assentadas através da CDS, o que equivale a 31,62% do estado. Essas famílias assentada e mais 57 não assentadas arrecadaram R\$7.512.391,95 nesta modalidade.

Esse ano apresenta queda de quase a metade na participação em 2012, sendo que o município de Mirante ainda obteve destaque em comparação a outros municípios com 458 participações de famílias assentadas, seguido pelo município de Presidente Epitácio com 221 famílias (Tabela 5).

Tabela 5: Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema - 2013

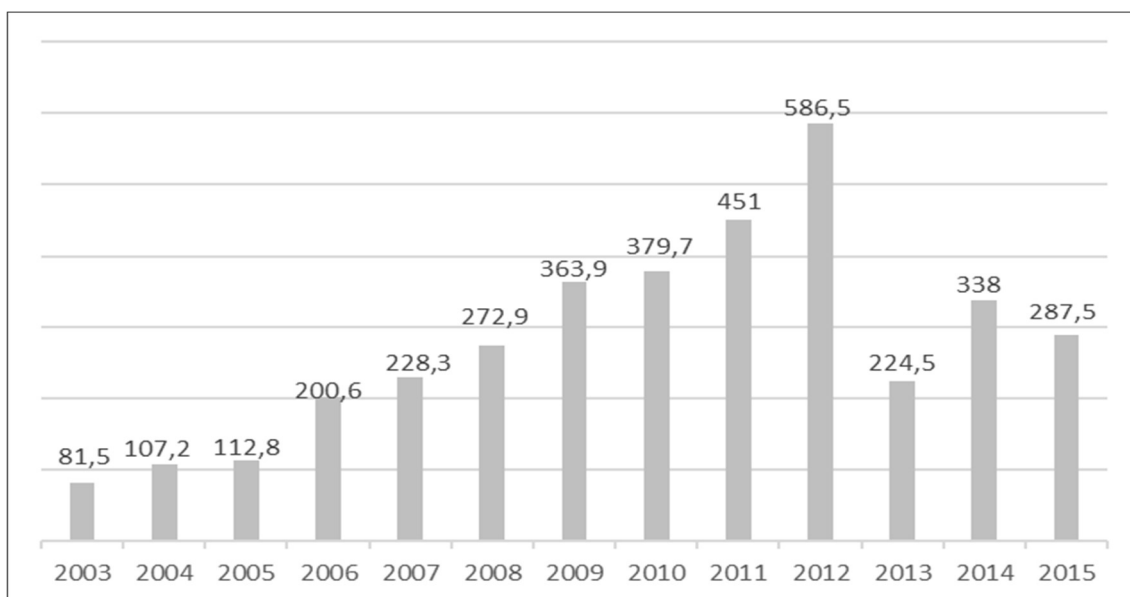
Município	Nº Famílias
Caiuá	103
Estrela do Norte	14
Euclides da Cunha	0
Iepê	0
João Ramalho	0
Marabá Paulista	1
Martinópolis	1
Mirante do Paranapanema	458
Piquerobi	19
Presidente Bernardes	72
Presidente Epitácio	221
Presidente Venceslau	162
Rancharia	12
Ribeirão dos Índios	1
Rosana	80
Sandovalina	105
Teodoro Sampaio	28
<b>Total</b>	<b>1277</b>

Fonte: Transparência Pública do PAA, 2016.

Pela CPR-Estoque tiveram 201 participações no estado, sendo que no Pontal do Paranapanema, através de dois projetos, participaram 83 famílias de camponeses assentadas, o equivalente a 41,29% e arrecadaram R\$564.798,00. Mais uma vez, Mirante do Paranapanema obteve destaque novamente com 57 participações, no entanto, apresentou queda de mais de 80% na participação em relação ao ano de 2012.

No ano de 2013 as dotações destinadas ao Programa, como supracitado, caíram 60% e o valor destinado a CONAB, para operacionalização do Programa a nível nacional retrocedeu a valores próximos ao ano de 2006 (Gráfico 1).

**Gráfico 1:** Recursos destinados ao PAA em milhões de reais entre 2003 e 2015



Fonte: CONAB, 2016 – Org. LEAL, S.C.T.

Essa queda nas dotações destinadas ao Programa rebateu em todas as modalidades. Se em 2012 a nível nacional teve a participação de 128.804 famílias de camponeses, reduziu-se em 2013 para 41.412, diminuição de 70% do número de camponeses que participaram. (REIS, 2012 p. 128). Mesmo com esse retrocesso, a autora nos chama a atenção de que não podemos deixar de destacar a relevância do Programa “[...] enquanto possibilidade de não subserviência a lógica da mercadoria que está imposta nos assentamentos” (p.128)

Diante da diminuição das dotações a participação também apresentou queda em 2013. Esse processo demonstra que a participação nos assentamentos apenas acompanhou a queda nas dotações dos recursos, pois a demanda e iniciativa para participação no Programa ainda era evidente. Nos trabalhos de campo, reuniões com o MST e representantes do ITESP e INCRA, que realizamos no primeiro semestre de 2013<sup>41</sup> o PAA era inserido em todas as pautas, por vezes, era a pauta. Esse processo também se evidenciava devido à reminiscência de 2012. Havia demandas por parte dos camponeses em aprimorar a compreensão Institucional do Programa, a busca por informações e formas de organização (gestão de cooperativas e associativismo),

<sup>41</sup> Em 2013 acompanhamos os desdobramentos do PAA no Pontal do Paranapanema afim de produzir informações para a monografia (LEAL, 2013). Nesse ano, também tivemos a oportunidade de participar de um seminário sobre “Gestão de Cooperativas” organizado pelo CEGeT, por meio do projeto “Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema” (Edital 58/2010 -MDA/CNPQ). Seminário que era uma das demandas de camponeses envolvidos no projeto, sendo a maioria participantes do PAA. Esse seminário foi realizado no dia 26 de fevereiro de 2013 nas instalações do barracão comunitário da região do Pé de Galinha, localizado entre 5 assentamentos no município de Mirante do Paranapanema e foi ministrado pela Dra. Ana Terra Reis (MST).



projetos de entrepostos com vistas ao PAA e a busca pela compreensão do Mercado Institucional.

No ano de 2014 as dotações voltaram a aumentar e o Programa teve a participação de 14.458 famílias de camponeses no estado de São Paulo, sendo que 6.053 foram de famílias de camponeses assentadas. No Pontal do Paranapanema, pela modalidade Doação Simultânea–DS<sup>42</sup>, por município, tiveram a participação de 1.794<sup>43</sup> famílias assentadas, o que equivale aproximadamente 29,63% do total de acesso no estado (Tabela 6). Estas famílias e 93 não assentadas arrecadaram R\$13.370.390,75. O município de destaque, e como vinha sendo desde 2011, foi de Mirante do Paranapanema, com um total de 511 participações de famílias assentadas.

Pela Formação de Estoque não houve participações no Pontal do Paranapanema-SP no ano de 2014. Como a participação na CPR-Estoque é mais tímida e está voltada para a compra de alimentos que podem ser estocados (no caso do Pontal feijão e milho) e que são lavouras temporárias, em alguns anos não houve a participação por não ter a promessa da produção desses alimentos, no momento da chamada de projetos. Outra questão é que essa produção por muitas vezes é voltada para a base da alimentação da família, como é o caso do feijão. Já o milho também serve como insumo base da produção de silagem, de planta inteira, para a complementação alimentar do gado leiteiro.

Ainda, no ano de 2014 as dotações destinadas para atendimento da CPR-Estoque se mantiveram estáveis e teve apenas 1 projeto no estado de São Paulo. Projeto de venda de feijão da Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores de Itapeva (COAPRI).

---

<sup>43</sup> Dados obtidos da Transparência Pública do PAA disponível no site <<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=2>> Acesso em 12/02/2016 e de Trabalhos de Campo.

**Tabela 6:** Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema – 2014

<b>Municípios</b>	<b>Nº de Famílias</b>
Caiuá	70
Estrela do Norte	0
Euclides da Cunha	164
Iepê	2
João Ramalho	4
Marabá Paulista	64
Martinópolis	11
Mirante do Paranapanema	511
Piquerobi	22
Presidente Bernardes	67
Presidente Epitácio	187
Presidente Venceslau	215
Rancharia	24
Ribeirão dos Índios	0
Rosana	130
Sandovalina	110
Teodoro Sampaio	213
<b>Total</b>	<b>1794</b>

Fonte: Transparência Pública do PAA, 2016

Mirante do Paranapanema foi o município com o maior número de participações, ou seja, 511 famílias assentadas, o que equivale a 8,44% do total no estado, e 28,29% do total no Pontal do Paranapanema. Este município, segundo dados do DATALUTA (2016), possui 35 assentamentos e 1.698 famílias assentadas, das quais 30,09% participaram do PAA. Essa participação se mostra evidente no (Mapa 3).

Mirante do Paranapanema vem seguido do Município de Presidente Venceslau, com 215 participações, ou correspondente a 11,9% do Pontal do Paranapanema. Presidente Venceslau, dispõe de 8 assentamentos, com 448 famílias<sup>44</sup>. Dessas, 47,9% participaram do PAA no ano de 2014. Outro município que se destacou foi Teodoro Sampaio que possui 21 assentamentos e 884 famílias<sup>45</sup> assentadas, sendo que 213 participaram do PAA em 2014, o que equivale a 11,79% das participações no Pontal do Paranapanema.

No ano de 2015 o PAA sofreu cortes relevantes de recursos (Gráfico 1) devido à “crise” econômica e à instabilidade política que anunciava o golpe.

O golpe se concretizou com o argumento de que a Presidente Dilma realizou pedaladas fiscais para cobrir déficits nas contas públicas, prática corriqueira em governos anteriores, o que não justifica o golpe parlamentar, tendo em vista que grande

<sup>44</sup> DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014.

<sup>45</sup> Idem.

parte dos deputados e senadores que instituíram o processo estão envolvidos em corrupção. Segundo Löwy (2016, s/p):

O golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de “irregularidades” contabilísticas. A principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como “a bancada BBB”: “Bala” (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), “Boi” (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e “Bíblia” (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos).

Entendemos que o Golpe, foi contra a democracia e as conquistas sociais dos últimos anos. Processo escancarado contra a classe trabalhadora em favor da manutenção da burguesia no poder. Ou seja, um golpe contra as conquistas da classe trabalhadora em todas as esferas da disputa pelo Estado.

Com a pressão da oposição que sabia que o carro forte do Governo do PT era os programas sociais, o Governo de Dilma, para realizar ajustes fiscais e tentar se manter no poder, acabou por realizar cortes de verbas justamente desses Programas. Os cortes de verba e outras ações decorrentes do ajuste fiscal, feito pela Presidente Dilma antes do golpe, foram divulgados nos jornais de ampla circulação. Como destacado na matéria do Estadão de 02 de fevereiro de 2016:

Oito dos nove principais programas sociais que entraram em vigor ou tiveram seu auge nos governos Lula e Dilma perderam recursos em 2015, mostra levantamento do Estado com base em dados do Orçamento da União. O cenário para 2016 aponta mais retração de programas que são símbolos do governo. Para a oposição, a situação fortalece a sua estratégia de fazer embate político com os petistas na área social. [...] A Confederação de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) confirma o impacto dos cortes e diz receber reclamações de atrasos de pagamento aos profissionais rurais. O governo nega a falta de pagamentos e cortes, mas confirma a redução do orçamento do programa este ano e também na previsão orçamentária de 2016. Enquanto em 2014 o orçamento do Aquisição de Alimentos era de R\$ 1 bilhão, este ano a previsão de gastos já havia caído para R\$ 647 milhões. Desse montante, foram gastos até setembro R\$ 300 milhões (O Estado de São Paulo, 08/02/2016)<sup>46</sup>

Como apresentado, essa fragilidade e cortes relevantes nos recursos destinados ao PAA já vinham ocorrendo desde 2013 (Gráfico 1). Por ser um Programa de Governo e susceptível a cortes orçamentários, com a instabilidade política a situação

---

<sup>46</sup> Manchete: “Governo corta verbas de sete programas sociais”. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/brasil/governo-corta-verbas-de-sete-programas-sociais-17807046>> Acesso em: 22/01/2017.

só tendia a piorar. Esses cortes rebateram de forma direta nas dotações destinadas a CONAB para atendimento aos projetos.

No estado de São Paulo para o ano de 2015 havia uma demanda em projetos do PAA de R\$ 140 milhões para a CDS e só foram liberados R\$ 50 milhões, ou seja, apenas 31,75%. Para a CPR-Estoque não foi destinado recursos para atendimento nesse ano<sup>47</sup>. Conseqüentemente essa situação resultou na demora de aprovações de projetos e não aprovação de outros por falta de recursos o que resultou em queda drástica na participação.

No ano de 2015 no estado de São Paulo tivemos 6.324 famílias de camponeses participando do PAA, sendo que destas, 1.977 eram famílias de camponeses assentadas. O número total de participações no estado corresponde ao número total de participações pela CDS, pois neste ano não houve a participação por outras modalidades no estado (CONAB, 2015).

No Pontal do Paranapanema identificamos 669 participações, o que equivale a 33,83% da participação no estado. Em números absolutos ocorreu queda aproximada de 2/3 na participação pela CDS no Pontal em relação ao ano de 2014. Assim Municípios com números relevantes de participações em outros anos não obtiveram no ano de 2015 (Tabela 7)

**Tabela 7:** Número de famílias de camponeses assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema – 2015

Caiuá	10
Estrela do Norte	0
Euclides da Cunha	30
Iepê	0
João Ramalho	0
Marabá Paulista	51
Martinópolis	0
Mirante do Paranapanema	366
Piquerobi	21
Presidente Bernardes	16
Presidente Epitácio	131
Presidente Venceslau	22
Rancharia	0
Ribeirão dos Índios	0
Rosana	11
Sandovalina	11
Teodoro Sampaio	0
<b>Total</b>	<b>669</b>

Fonte: Transparência Pública do PAA, 2016

<sup>47</sup> CONAB, 2015.

O município de Teodoro Sampaio, um dos destaques na participação em outros anos, em 2015 não registrou ocorrência. Mirante do Paranapanema, município que sempre se destacou teve queda de 28% na participação em relação ao ano anterior. Nesses 28% estão incluídos a participação das famílias do Assentamento Margarida Alves. As 2 associações que participavam do PAA no assentamento, a Associação dos Assentados do Assentamento Margarida Alves (AAMA) e a Associação Girassol enviaram seus projetos de CDS para as chamadas de 2015 de acordo com as normativas e seguindo as diretrizes do Manual de Operações da Conab (MOC), mas não obtiveram respostas.

O município de Sandovalina teve queda de 90% nas participações, sendo que nesse percentual está incluso participações das famílias do Assentamento Dom Tomás Balduino. Para o ano de 2015 a COOESP, enviou três projetos de CDS para a CONAB, desses foram aprovados apenas 1 (um), sendo que os outros também não obtiveram respostas.

Nesse sentido, os recursos aprovados para atender os projetos do PAA no Pontal do Paranapanema foram de apenas de R\$6.862.107,00, registrando queda de 50% dos recursos em relação ao ano de 2014. Em matéria publicada no jornal *O imparcial*, de 13 de dezembro de 2015, verificamos como essa queda nos recursos rebateram nos municípios.

Das 29 cidades da região de Presidente Prudente que apresentaram propostas à Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) referentes ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), 37,9%, ou seja, 11 não foram contempladas pelo programa. [...] já a assessora territorial do Codeter (Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema), Elisângela Batista Viudes Barbosa, esclarece que a diminuição das propostas contempladas na região se dá como reflexo natural do corte no orçamento geral do programa realizado pelo governo, não só no PAA como em outros programas e políticas. (O Imparcial, 13-12-2015)<sup>48</sup>

Os números expressam parte do que foi o retrocesso com o corte de recursos, pois, o Programa apresentava importante evolução na participação (Mapa 3) e gerava demanda crescente no Pontal do Paranapanema, com os cortes realizados a luta pelo Programa continuou presente, porém, sem ser atendida. Nos trabalhos de campo sempre ouvíamos reclamações sobre a não aprovação dos projetos e a falta de informações disponibilizadas por parte da CONAB, ou seja, existia a oferta de alimentos, porque as famílias já vinham se organizando, existiam as propostas, mas não existia comprometimento do Governo Federal em atender a demanda.

---

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.imparcial.com.br/site/projetos-de-agricultura-familiar-de-11-cidades- ficam-sem-verbas>>. Acesso em: 22 de jan., 2017.

A evolução e o retrocesso de participações no PAA, pela via da CDS, no Pontal do Paranapanema, no período de 2010 a 2015 (Mapa 3) apresenta desafios para as famílias de camponeses assentadas continuarem apostando no Programa. Podemos observar que de 2010 até 2012 o Programa demonstra constante evolução nas participações. Nesse período a evolução se apresenta de forma expressiva, todavia a partir de 2013 observa-se um retrocesso que se torna mais expressivo no ano de 2015, tendo em vista que em 2014 o número de participações foi maior que o número de 2013.

Nessa conjuntura podemos observar como uma política de governo se fragiliza, exatamente porque não é Política de Estado, ou seja, uma Política Pública garantida pela força da lei, e que atenda as reais necessidades da classe trabalhadora. Outra questão, como já supracitado, é que o PAA também é resultado da aliança que foi se constituindo entre Governo, movimentos sociais e sindicais. No entanto o Governo, mesmo constituído com o apoio de movimentos sociais e sindicais ligados a esquerda, realizou o pacto de classe e aquilo que era uma aposta se tornou declínio.

No próximo subitem, demonstraremos o envolvimento da cooperativa Cooesp e das associações AAMA e Girassol junto ao PAA.

## **2.2 A Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal (Cooesp) no âmbito do PAA.**

A Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal (Cooesp) iniciou as atividades em dezembro de 2012<sup>49</sup>. O presidente da COOESP disse que antes os associados participavam do PAA através da Associação Regional do Assentamento Bom Pastor e que foram incentivados pela CONAB a criar uma cooperativa.

A Associação estava desativada<sup>50</sup>, e a partir de 2010 foi reativada com 48 associados para participar do PAA através de um projeto incentivado por um veterinário a serviço do INCRA. Assim, a associação vinha participando do PAA via Doação Simultânea e Formação de Estoque até 2013. Pela Formação de Estoque participou com a venda de Feijão. A título de exemplo, em 2012 a Associação vendeu 121.333,00 Kg de feijão, arrecadando R\$ 363.999,00<sup>51</sup>, e pela CDS a Associação demandou em 2012, através de quatro projetos, R\$ 1.326.238,95.

A Associação já tinha caráter regional e seus sócios eram dos Municípios de Estrela do Norte-SP, Mirante do Paranapanema-SP, Teodoro Sampaio-SP e

---

<sup>49</sup> No sítio da Receita Federal a Cooperativa consta com data de abertura em janeiro de 2013. Ver anexo 1.

<sup>50</sup> No sítio da Receita Federal a Associação consta com data de abertura em 2001. Ver anexo 2.

<sup>51</sup> Transparência Pública do PAA, 2016

Sandovalina-SP, sendo a maioria dos sócios do Município de Mirante. Em fins de 2012 e início de 2013 foi criada a COOESP, segundo o Presidente:

*[...] o pessoal da CONAB incentivou a gente a montar essa cooperativa, por causa da associação que legalmente não pode comprar e nem vender. A associação é obrigada a pagar os cinco pontos oitenta e cinco de tributos federais, a cooperativa não é, e a cooperativa tem um leque maior para você trabalhar, a associação é limitada. (E.F)<sup>52</sup>*

Na entrevista constatamos que a iniciativa era passar as atividades, incluindo a participação no PAA, da associação para a Cooperativa. Com a Cooperativa haveria possibilidades de captação de crédito rural para fins de custeio, investimento em bens, destinados a armazenamento e beneficiamento de alguns produtos ou serviços de terceiros e créditos agrícolas destinados a cobrir despesas com a produção agrícola, incluindo a compra de insumos e sementes. Ainda, as cooperativas agrícolas são isentas de alguns tributos, quando praticam apenas atos cooperativos.

Os gestores da CONAB incentivam a criação de cooperativas por entenderem que as associações enquanto instrumento organizativo seriam uma etapa intermediária, e a cooperativa deve ser o resultado dessa organização. As cooperativas também têm a possibilidade de concentrar as associações, o que para a CONAB facilita a gestão.

Uma questão que devemos nos atentar é que do ponto de vista da gestão do Estado às cooperativas são representadas politicamente pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) que visa à organização de cooperativas em caráter empresarial sendo uma via mercantil e contratual do desenvolvimento do capitalismo no campo. Diferentemente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), gestiona em 1992, dentro de um processo cumulativo de debates e experiências do MST. A CONCRAB reúne cooperativas e associações de assentados e tem como um dos objetivos inserir a organização cooperativa como definição ideológica favorável ao projeto da classe trabalhadora. (RIBAS, 2012).

Com a criação da COOESP os bens da Associação poderiam ser repassados, mas esse repasse devido à burocracia ainda se encontra em processo.

*[...] a associação tem um caminhão, nós conseguimos comprar um caminhão via Receita Federal [...] os documentos tava tudo em dia, só falta a transferência. E aí... o escritório, o DETRAN... um fica jogando a culpa para o outro [...] (C.F)*

---

<sup>52</sup> Presidente da Cooesp. Entrevista realizada em 02-12-2012.

Segundo o presidente, iam extinguir a Associação, mas a mesma deve ser mantida até que toda transferência seja legalizada. Hoje a Associação já não tem mais atuação junto ao PAA, a participação é realizada através da Cooperativa e a mesma ainda existe por conta da burocracia.

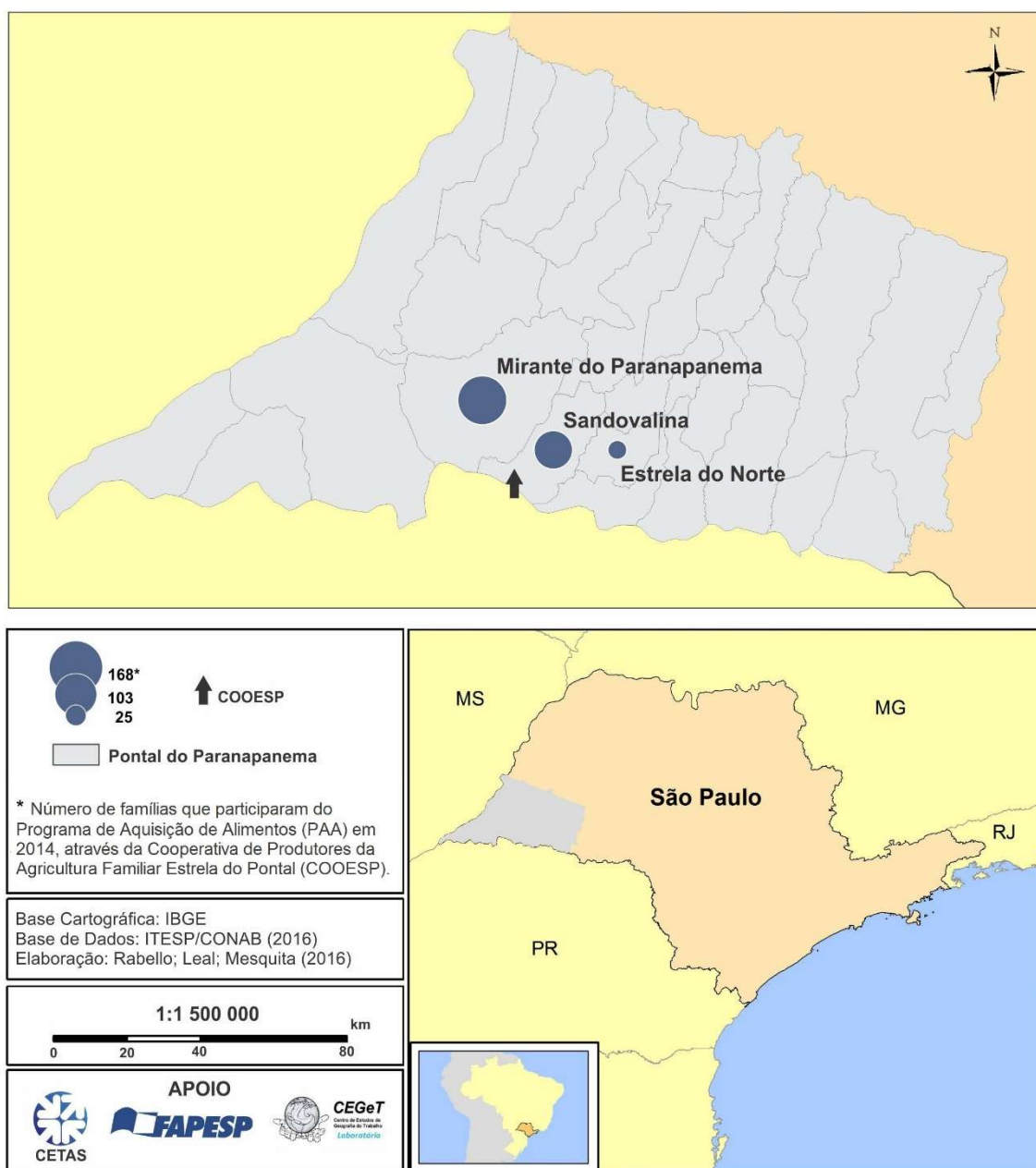
De acordo com o presidente a Cooperativa conta com 249 sócios sendo 99% assentados. Esse número pode variar anualmente, por exemplo, no ano de 2014 a Cooperativa participou do PAA através de três projetos de DS, com a participação de 293 famílias. Como a Cooperativa tem caráter regional os sócios são dos Municípios de Sandovalina, Mirante do Paranapanema e Estrela do Norte. O maior número de sócios é do município de Mirante do Paranapanema<sup>53</sup>. Em 2014 eram espacializados 168 sócios no município de Mirante do Paranapanema, 103 em Sandovalina e 25 em Estrela do Norte. (Mapa 4).

---

<sup>53</sup> De forma esporádica em determinados anos a Cooperativa teve sócios de outros municípios



**Mapa 4:** Abrangência da Cooesp no Pontal do Paranapanema-SP



Do município de Sandovalina são associados assentados do assentamento Bom Pastor e Dom Tomás Balduino. Deste último são 17 famílias associadas, sendo uma delas com produção totalmente agroecológica. Nesse Assentamento constatamos 2 associações<sup>54</sup>, mas essas não participaram do PAA.

A Cooperativa tem grande influência na região, pois nas entrevistas que realizamos ela é sempre citada. O presidente também é referência, pois já prestou assistência as associações a serviço do INCRA na sede da Cooperativa de

<sup>54</sup> Uma das associações foi criada para esse fim, mas como o presidente é associado na COOESP acabaram por continuar participando do Programa via a Cooperativa, o que também o livra de todos os compromissos burocráticos que o presidente de uma associação assume.

Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal (COCAMP)<sup>55</sup>. E no momento, sem nenhuma vinculação com o INCRA, presta assistência a uma Associação do município de Mirante do Paranapanema.

*É porque, igual eu falei, eu trabalhava lá na COCAMP e prestava serviço para o INCRA, então, nós fazíamos prestação de contas lá de umas vinte associações [...] (A.C)*

Essa prestação de serviços na COCAMP tinha forte influência e orientação do MST no que concerne a formação de quadros para assessorar no desenvolvimento de projetos de organização, agroindustrialização e comercialização da produção vinda dos assentamentos com destino para pequenas indústrias, mercados locais e também na formulação de projetos para participação em mercados institucionais.

Com a estagnação da COCAMP, parte desses quadros continuou atuando, mas de forma fragmentada nos assentamentos territorializados no Pontal do Paranapanema. Assim, alguns continuaram seguindo os princípios político-organizativo do MST com base na mobilização e organização coletiva para com a luta e participação em políticas públicas tanto no processo de reivindicação, construção e implementação, na capacitação e formação agropecuária para com os assentados, como também, no incentivo a organização produtiva camponesa sintonizados, mesmo que a passos curtos, nos princípios da agroecologia e na proposta de soberania alimentar.

Outros, como o Presidente da COOESP, seguiram referenciais que buscam acatar e se enquadrar nas demandas das políticas públicas, se especializando na burocracia e exigências dos órgãos e instituições públicas, enquanto estratégia para manutenção das organizações, assumindo papel de liderança administrativa e buscando projeções políticos partidários<sup>56</sup>.

Com essa postura do Presidente, a COOESP vem se enquadrando e acatando o que a Superintendência Regional de São Paulo (SUREG) da CONAB demanda e assim desde sua criação, vem participando do PAA e atingindo números relevantes em relação ao número de associados, como supracitado, participação nos projetos, recursos demandados e quantidade de alimentos entregues aos beneficiários consumidores.

Em relação ao número de associados constatamos, através do Portal da Transparência Pública do PAA, que a Cooperativa no Pontal do Paranapanema-SP tem o maior número. Outras entidades não atingem o número de 100 associados, para

---

<sup>55</sup> Vale ressaltar que os primeiros projetos do PAA acessados no Pontal do Paranapanema eram assistidos pela COCAMP, com intermédio do MST e técnicos a serviço do INCRA.

<sup>56</sup> No ano de 2016 o Presidente da COOESP foi candidato a vereador pelo PT no Município de Sandovalina. Ver mais em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-sandovalina-sp/>> Acesso em: 01 jan de 2017.

termos um parâmetro de comparação à entidade que tem maior número de associados depois da COOESP é a Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de novembro (OMUS), com sede no Assentamento Gleba XV de novembro, localizado no Município de Rosana-SP, que em 2014 contava com 78 associados, enquanto a COOESP possuía 293, quase o triplo de associados.

Em termos de projetos, a COOESP já chegou a participar de 3 num único ano. As entidades do Pontal do Paranapanema comumente participam de 1 projeto por ano. Em 2014 a Cooesp participou de 3 projetos de CDS, e a OMUS 1 projeto. Esses projetos acessados pela COOESP demandaram montante de R\$ 1.949.999,15, com vigência até 2016.

No ano de 2014 as entidades, dos municípios por nós considerados, demandaram R\$ 13.370.390,75, sendo assim, a Cooesp demandou desse montante 14,58%. Até o momento, conforme o Portal da Transparência, 2016 demonstra que dos projetos em implementação pela COOESP em 2014 já foram entregues as entidades consumidoras 1.328.622,08 Kg de alimentos.

A Cooperativa entrega alimentos para entidades do Município de Mirante do Paranapanema, Sandovalina e Estrela do Norte. Nesses municípios são beneficiados no total por 12.565 pessoas. Se dividirmos o total de quilos de alimentos já entregues somente pela COOESP, temos 105,73Kg por pessoa beneficiada. Dos alimentos entregues destacam-se: milho verde em espiga, com 368.151,00Kg; melancia, com 160.977,00 kg; raiz de mandioca, com 143.784,00 kg; e abóbora seca, com 85.173,08kg. No entanto, são entregues mais de 70 tipos de alimentos, é uma diversidade de legumes, tubérculos, verduras, frutas e cereais. Para dar conta da logística, coleta e distribuição desses alimentos a Cooperativa conta com o caminhão da Associação (Figura 1)

**Figura 1:** Caminhão da COOESP carregado de Alimentos



Fonte: Leite. D. P. (2016)

Até final de 2015 essa coleta e distribuição nos Municípios de Sandovalina e Estrela do Norte eram realizadas todas as quartas-feiras, já no Município de Mirante do Paranapanema era realizada as terças e quintas-feiras. Nos Municípios de Sandovalina e Estrela do Norte, no momento, não há mais coleta e nem distribuição, pois a Cooperativa apresentou 3 projetos em 2015, mas com os cortes de verbas só foi aprovado 1 projeto, este que atende camponeses do município de Mirante do Paranapanema. A distribuição dos alimentos comprados com esse projeto está destinada para a cidade de Mirante do Paranapanema.

No que concerne à burocracia, toda a tarefa de organizar a prestação de contas, distribuição dos recursos arrecadados, repasse de recibos aos associados, às entidades e às prefeituras é feito pelo presidente. A COOESP também contrata os serviços de terceiros, no caso um escritório de contabilidade do Município de Tarabai-SP, no entanto os serviços prestados pelo escritório somente estão relacionados com emissões de notas fiscais, taxas de impostos e tramites legais do funcionamento da Cooperativa. Pois como dissemos, o Presidente da Cooperativa se especializou na burocracia exigida, tanto que além de dar conta da parte administrativa, também presta serviços para outras cooperativas e associações em processo de iniciação ou até mesmo com anos passados de funcionamento.

A respeito da organização e decisões políticas, a Cooperativa, na figura do Presidente, deixa a desejar, pois as linhas referenciais, que o mesmo segue acabam por concentrar as decisões que geram conflitos com os associados, fragilizam atividades de cunho formativo/informativo, de conscientização política e disseminam relações fundadas a partir da subordinação hierárquica mesmo em uma entidade cooperativa.

Contudo, não podemos deixar de evidenciar a importância da COOESP enquanto um meio que as famílias de camponeses, em sua maioria assentados, utilizam para participarem do PAA. Sem as atividades realizadas pela Cooperativa a participação no Programa, no Pontal do Paranapanema, apresentaria números bem menores. Conseqüentemente, teríamos a redução drástica da oferta de alimentos a serem distribuídos aos trabalhadores em risco de insegurança alimentar, situação que já é agravante com cortes de verbas e a não aprovação de novos projetos propostos pela Cooperativa.

### **2.3 A Associação dos Assentados do Assentamento Margarida Alves (AAMA)**

A Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA), composta majoritariamente por mulheres, com domicílio no Centro Comunitário do assentamento, foi formada em 2008, no início da implantação do assentamento, com o intuito imediato de acessar os créditos de habitação, e posteriormente comprar insumos e criar estratégias de comercialização da produção. A Associação participa do PAA desde 2009, via a modalidade CDS. No momento conta com 26 associados que participam do Programa.

A Associação, desde início, foi implementada com a participação e atuação das mulheres que lideravam as atividades de organização do acampamento e, posteriormente, do assentamento. Isso é relevante, porque até hoje, depois de dez anos, são elas que compõem a maioria a diretoria da Associação e coordenação do Assentamento. Segundo Garcia (2004, p. 81):

A desigualdade no acesso ao poder e tomada de decisões nos assentamentos e acampamentos rurais entre trabalhadores e trabalhadoras coloca o empoderamento como uma necessidade básica para as mulheres. Isso abrange a formação de alternativas provenientes delas próprias, seja por estar organizadas algumas em grupos, seja pela consciência da situação.

Duas dessas mulheres que incentivaram a participação no PAA em 2009 faziam parte da direção regional do MST na época.

*[...] eu a [...] fazia parte da direção do movimento, a gente tava muito por dentro dos debate né, de que forma que tava nascendo o PAA, a gente participou de algumas negociações em São Paulo e aí nós falamos “vamos levar o PAA pro Margarida Alves” e aí levamos fizemos assembleias, levamos, colocamos pra companheira, ninguém acreditava, inclusive as companheiras da outra associação não acreditou né, aí nós iniciamos então o PAA aqui com quatro pessoas, que foi... a gente... eu sempre repito isso em todos os lugares porque é fato mesmo, é a realidade, quem encarou e quem trouxe o PAA pra cá foi as mulheres [...]. (AAMA)<sup>57</sup>*

Essas mulheres ainda continuam atuando junto ao movimento, no entanto não participam da direção regional, mas contribuem diariamente na luta reivindicando direitos para o assentamento e para a sociedade em geral. Também, continuam reforçando a luta das mulheres e evidenciando o protagonismo dessas na participação de políticas públicas.

O aspecto coletivo na organização da AAMA é muito presente, quando entramos em contato com a Presidente para realizarmos entrevistas ela sempre dizia que ia “reunir as meninas”, sendo assim às entrevistas sempre foram realizadas em grupo. Nesse sentido, a nomeação dos cargos é meramente para atender a burocracia exigida para legalização da Associação, porque se dependesse das mulheres não haveria essa nomeação.

Segundo elas, desde início muitas famílias não acreditavam no PAA e não davam muito importância, sendo que para os companheiros, quando se referem aos homens do assentamento, não era interessante.

*[...] os companheiros saíam para trabalhar, elas ficavam no acampamento, então elas assumiram o comando, porque trabalhavam fora no início da implantação do assentamento [...]. O PAA contribuiu muito específico para as mulheres, porque na época era muito o que a gente escutava né “ah, é horta, isso é coisa de muié, não vou entrar não, deixa as muié aí fazendo as hortinha”. (AAMA).*

Nessa conjuntura o PAA serviu enquanto uma oportunidade para visibilizar a organização das mulheres. Assim, o sucesso do PAA no Assentamento foi protagonizado pelas mulheres, mas não por uma condição determinante, o Programa permitiu que essa organização se evidenciasse. Assim, como as mulheres se envolveram e se apropriaram do Programa, os homens o valorizaram, tanto que com o tempo também começaram a produzir alimentos direcionando-os para o Programa.

Isso também se deve ao fato de que trabalhos que comumente são relegados às mulheres não são remunerados, ou seja, o trabalho doméstico, do quintal é

---

<sup>57</sup> Entrevista com as mulheres da diretoria da Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA) realizada no assentamento Margarida Alves no dia 01 de outubro de 2015.

improdutivo do ponto de vista da remuneração econômica, (GARCIA, 2004, p. 72), mas com o PAA uma parte desse trabalho começou a ser remunerado, o que chamou a atenção dos homens.

Assim, para elas, o PAA além de visibilizar o trabalho coletivo base da produção familiar, também vinha contribuindo na independência econômica, muitas dessas mulheres não tinham renda, dependiam do marido para adquirir qualquer bem e com o tempo começaram a dividir com eles. É preciso ressaltar que nas falas sempre é presente que o bem a ser adquirido é para investimento na produção ou infraestrutura do lote, evidenciando a preocupação com a reprodução da família. Poucas vezes presenciamos falas em que as mulheres dizem usar o dinheiro para adquirir bens para uso individual, o que também é um direito das mesmas.

*[...] é uma independência econômica, tanto é que a gente discute que ele é pouco, só 8 mil reais [...] tipo, pra montar uma boa irrigação, uma estufa, pra se qualificar e crescer na produção... Mas mesmo assim capengando, com recuso próprio, às vezes emprega, espera receber pra poder comprar um adubo né, pra poder comprar muda, então o PAA ele tá fazendo isso. (AAMA).*

Também relatam que o PAA ainda é pouco em termos de recursos, por isso que já estão se reunindo, e já são 17 mulheres organizadas para reivindicar outros recursos<sup>58</sup> com vistas à agroindustrialização, afim de gerar outros produtos e agregar valor nos que eram vendidos ao PAA.

*[...] então esses 8 mil pra nois tá pouco, por isso então a necessidade de a gente ter organizado esse grupo, a gente montar uma agroindustriazinha ali e acessar 10 mil reais pela FEAP né, que é pro lote... então hoje nois estamos com 17 companheiras que tá, pra nois é independência econômica. (AAMA).*

Essa busca por recursos demonstra o sentido de não ficarem dependentes somente do PAA. A Associação também tem planos para participar de outros programas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS). No entanto, esses programas são mais burocráticos que o PAA, e exigem maior quantidade de alimentos e a especialização e padronização dos mesmos.

*[...] a gente precisa se qualificar pra sair do PAA, pra não ficar só no PAA, porque o PAA já tava pouco... E aí, por exemplo, meu companheiro trabalha na usina ainda, ele é motorista, se a gente*

---

<sup>58</sup> Recursos disponibilizados pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) e Programa Estadual de Microbacias hidrográficas (PEMH)

*conseguir uma estrutura né, uma irrigação...[...].] se a gente tiver uma estrutura boa, de produção no lote, a ideia dele é sair da usina, então se a gente pegar aí 20 mil do PPAIS, mais 8 ou 10 do PAA, não precisamos trabalhar fora [...].] (AAMA).*

A Associação também tem um projeto de horta comunitária, com o intuito de direcionar parte da produção para esses Programas que ainda não participam e parte para mercados locais. Essa horta comunitária também revela o aspecto de trabalhar a produção coletiva, pois a Associação tem em sua gênese a organização e decisões políticas tiradas de forma coletiva, mas a produção ainda é feita de forma individual, ou seja, cada membro somente produz em seu lote.

É nesse cenário que as mulheres da AAMA estão se organizando, criando alternativas para acessar outros projetos e programas, e preocupadas com a reprodução familiar. É sempre presente nos depoimentos, a importância de participarem dos programas e projetos com o intuito de melhorar a qualidade de vida da família, envolver a família e viver somente da renda do lote, não precisando buscar renda fora. Outra forma de inserção da família é a reivindicação da DAP Jovem<sup>59</sup>, para que os filhos também possam participar do PAA e permaneçam nos assentamentos.

Outra postura que a associação vem assumindo é trabalhar com a formação técnica dos associados, buscando parcerias com órgãos governamentais solicitando cursos de capacitação para elaboração de projetos. Também existe uma parceria com integrantes do PT de São Bernardo do Campo, que estão assessorando a Associação para participar de projetos com linhas de financiamento para a agroindustrialização, sendo que um deles propõe a compra de máquinas embaladoras, despoldadeiras de frutas e infraestrutura de logística, que inclui um caminhão de pequeno porte, com refrigeração.

Para o transporte dos alimentos vendidos ao PAA a AAMA conta com o caminhão da prefeitura que passa uma vez por semana recolhendo os alimentos nos pontos de coleta do assentamento.

No que concerne à participação no PAA, no ano de 2014 a AAMA demandou R\$ 192.000,00 em projeto de CDS, e já entregou 100.715,00 Kg de alimentos para o Fundo Municipal de Assistência Social de Mirante do Paranapanema-SP. Os alimentos em destaque são raiz de mandioca 18.000,00Kg, abóbora seca 10.189,00Kg e vagem 10.000,00Kg. No entanto, há uma diversidade de alimentos sendo entregues, desde legumes, frutas, tubérculos e verduras.

---

<sup>59</sup> Além da DAP principal, existem as DAPs acessórias, no caso para identificar o (a) jovem filho (a) de agricultor (a) familiar. No entanto, a DAP principal já enfrenta problemas na extração devido a burocracia exigida e omissão dos órgãos responsáveis (INCRA e ITESP) e as DAPs acessórias só existem na teoria. Com a DAP jovem e alterações nas normativas do Programa a família poderia ter mais de uma cota, ou seja, poderia ter o acréscimo de R\$ 16.000 por ano na renda familiar.



Esta diversidade de alimentos poderia ser maior, se no Município de Mirante do Paranapanema-SP tivesse o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). As mulheres da AAMA também produzem doces em compotas (polpa de frutas do quintal e nativas e doce de leite), víveres (frango caipira, carneiro e tilápia), mas para a entrega desses alimentos ao PAA tem que passar por essa inspeção do SIM. No entanto, entendemos que o SIM é apenas o começo para que alguns alimentos sejam regularizados e inspecionados, o que não viabiliza que todos os alimentos víveres, embutidos e de origem animal sejam vendidos ao PAA, pois para alguns são exigidas burocracias maiores.

Ainda se a Associação tivesse capacidade para agroindustrializar o produto de origem animal poderia obter o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) o que garantiria a comercialização desses produtos, no entanto, o problema está na base, primeiro a luta é para conseguir a agroindustrialização e posteriormente a certificação.

As mulheres da AAMA sentem a necessidade de continuar lutando para que a Associação participe de outros projetos de mercado institucional e capacitação dos associados com viés comunitário para a cooperativização, e que fortaleça características da organicidade praticada desde a época de acampamento. Característica forte é que essa luta, não está separada da luta que o MST pratica no Pontal do Paranapanema o que fortalece a Associação.

## **2.4 A Associação Girassol**

A Associação Girassol foi fundada em 2008, com intuito de organizar os assentados para buscar meios de compras coletivas de insumos, de comercialização de produtos, acessar créditos, programas de habitação e se organizar enquanto uma entidade política. Contudo, na época a principal demanda era participar dos programas de habitação, tendo em vista que o assentamento estava em processo de construção e as casas nos lotes também.

A diretoria da Girassol também é composta majoritariamente por mulheres e por opção delas as entrevistas também foram realizadas em grupo. A Associação também tem homens que compõem a diretoria, no entanto é evidente a força das mulheres.

*[...] a questão das mulheres é que desde acampamento é... a maioria das coordenadoras eram coordenadoras né, era a maioria mulheres, porque os marido tinha que sair né, trabalhar e tal, então... as mulherada que corria né. [...] trabalhar entre aspas né, logo um biquinho que encontrava, que conseguia e ia, e deixava as mulheres e*

*ai nois que tomava frente das coisas. É.. e continua até hoje né.*  
(Associação Girassol)<sup>60</sup>

O que percebemos é que a força e a união das mulheres na Associação não é um processo que aconteceu posteriormente ao PAA. No processo de organização das famílias durante o período que ficaram acampadas, as mulheres protagonizaram iniciativas que fortaleceram os demais coletivos. Essa organização é forte até hoje, pois são as mulheres que coordenam o Assentamento e são conhecidas como as “Margaridas”.

A atual presidente da Associação já está no cargo há cinco anos e nos contou um pouco da história dessa entidade, juntamente com as outras companheiras.

*[...] a associação foi fundada desde 2008, [...] a gente não sabia monta uma né. Ai teve uma pessoa que ajudou a gente montar, que foi a [...], ela veio um dia aqui fez uma reunião, tinha poucas pessoas, foi até na minha casa aqui, ai algumas pessoa concordou, falou que topava fazer associação, ai foi onde nois montamos a associação por causa de vários projetos, que através da associação a gente consegue e se for individual a gente não vai pegar né, ai a gente acabou abrindo a associação. (Associação Girassol)*

Quando a Associação começou os associados contribuía com R\$ 1,00 por mês para a manutenção, até que a mesma participasse do PAA. Com a participação no PAA a Associação conseguiu aumentar essa contribuição, arrecadando 10% da cota de cada associado envolvido com o PAA.

Girassol conta com 28 associados participando do PAA e nesse momento o Programa é o principal envolvimento da Associação. Esse número de Associados varia de um ano para outro, pois tem anos que famílias não participam do PAA por não terem recursos para investir em infraestrutura, na compra de insumos e no preparo da terra.

Para as mulheres da Associação, o PAA é importante por permitir que ao mesmo tempo em que produzem alimentos para a venda, também têm condições de cuidar da família no dia a dia, dos afazeres domésticos.

*[...] não precisa estar saindo muito longe da casa, você não precisa fazer muito longe da casa, você ta ali, você carpe uma mandioca, você planta um pepino, você faz uma coisinha ali, dá pra você vim em casa, a criança ta ali, sabe? Vê horário de escola, então é um trabalho que para a gente é bom, porque você trabalha ali envolta de casa mesmo e produz. [...] (Associação Girassol)*

---

<sup>60</sup> Entrevista com as mulheres da diretoria da Associação Girassol realizada no assentamento Margarida Alves no dia 01 de outubro de 2015

Como na Associação AAMA, as mulheres da Girassol também estão preocupadas com a reprodução familiar, e esse aspecto sempre é presente nos depoimentos.

*[...] É é uma renda a mais para a família né, entendeu? [...] A gente encarou como uma produção de quintal, vamos dizer, que é próxima ali e a gente não tem que estar se afastando das tarefas diárias da casa... tipo, dá para conciliar. (Associação Girassol)*

É com esse envolvimento que a Girassol vem participando do PAA desde 2010, e no ano 2014 demandou através de um projeto de DS R\$ 224.000,00. Como o projeto tem vencimento em setembro de 2016, já foram entregues 51.258,00 kg de alimentos, e a proposta é entregar 118.230,00kg. Dos alimentos entregues, os que se destacam são raiz de mandioca com 15.000 Kg, seguido da alface americana com 8.000kg e abóbora seca com 6.380,00kg.

Uma característica da Girassol é a variedade de hortaliças (Figura 2), por ser alimentos de grande volume, porém leves, não se destacam, no entanto, destaque seja feito à alface americana 8.000Kg, ao almeirão com 5.900,00kg e da alface crespa com 5.000,00kg. Além disso há mais seis tipos de hortaliças: cebolinha, chicória, couve, repolho, rúcula e salsa que são entregues semanalmente.

**Figura 2:** Horta com variedades de hortaliças no Assentamento Margarida Alves



Fonte: Acervo do Autor (2016)

Esses alimentos são entregues para o Fundo Municipal de Assistência Social de Mirante do Paranapanema-SP e são distribuídos prioritariamente para famílias em situação de insegurança alimentar do distrito de Cuiabá Paulista-SP. Cuiabá faz divisa com o Assentamento Margarida Alves e nos primeiros anos de participação no PAA os alimentos eram entregues diretamente da Associação para a comunidade.

A Girassol também já chegou a entregar alimentos para famílias em situação de insegurança alimentar no Município de Teodoro Sampaio-SP, através da Associação Comunitária Por Um Teodoro Melhor e Igreja "O Brasil para Cristo". A partir de 2014 essa entrega foi suspensa por orientação da CONAB, tendo em vista que as associações só podem entregar alimentos para entidades do mesmo município, havendo exceção quando o município não suporta a oferta de alimentos distribuídos.

Para o transporte dos alimentos até o Distrito de Cuiabá Paulista, a Associação contava com o apoio da Prefeitura de Mirante que faz a coleta no Assentamento uma vez por semana. O transporte dos alimentos dos lotes até o ponto de coleta era feito pela presidente da Associação.

No que concerne ao atendimento da burocracia exigida para entrega dos alimentos, a Associação paga os serviços para escritórios de contabilidade, para emissão de notas e demais trâmites legais para funcionamento da Associação. O relatório de prestação de contas enviado à CONAB e o pagamento aos associados ficavam a cargo do tesoureiro e da presidente da Associação.

Apesar do PAA ser o principal projeto que a Girassol se envolve, segundo as mulheres a mesma tem planos para participar de outros projetos.

*[...] então, uma vez até eu e a outra companheira da outra associação fizemos uma reunião com o [...] que é lá do CATI aqui de Mirante, para tentar ver se as associações daqui conseguiam entregar a merenda escolar, mas eles colocam muitos empecilhos, muitas dificuldades, mas não é, porque eles já tem pequenos produtores particulares que entrega, entendeu? Então eles num querem trabalhar merenda escolar com assentado, mais a gente sabe que a gente tem nosso direito e a gente ta tentando se preparar para enfrentar essa briga, entendeu? Compra essa briga de querer entregar a merenda escolar. Tem algumas famílias que ta querendo se estruturar para entrar no PPAIS né, é, se organizar em grupos né. (Associação Girassol)*

A parceria política para participar de outros projetos acontece com as companheiras da associação AAMA e as mesmas evidenciam a necessidade de continuarem apostando no coletivo para criar condições com esse fim.

*[...] ai é como eu falei pra você, ai as família vai ter que se organizar, porque se não tem o PAA a gente tem de trabalhar de outra forma né,*

*ai é onde tem que entrar o coletivo, porque uma família só não vai dá, talvez não tenha estrutura, mais se juntar duas, três ou quatro, seja lá o tanto que for, ai a estrutura muda, ai você tem condições de entrar em outro projeto, ai onde que vamo ver se o coletivo vai funcionar e se o pessoal nosso ta preparado né. (Associação Girassol)*

A questão do coletivo é sempre presente, a Associação já tem a característica de trabalhar em coletivo nas decisões políticas, no entanto a produção dos alimentos que são entregues ao PAA é feita de forma individual por cada família, assim as mesmas sentem a necessidade de produzir coletivamente para participarem de outros projetos que exigem maior regularidade na entrega dos alimentos, e especialização, em determinado alimento e até mesmo o beneficiamento de alguns *in natura*. Para o beneficiamento de alguns alimentos a Associação vem poupando recursos para futuramente empregá-los na compra de embaladoras a vácuo, despolpadeiras de frutas e beneficiadoras de legumes, frutas e verduras.

Como esses projetos exigem a padronização dos alimentos com base no que é vendido pelos grandes mercados, a Associação vai ter que enfrentar problemas de outras magnitudes, pois a orientação da Associação é que os alimentos produzidos se deem sem a utilização de venenos e adubos químicos.

*[...] é saudável a gente não ataca a roça com veneno, com produtos químicos [...] é produto bom, é produto de qualidade, não é porcaria. [...] é tudo embaladinho, tudo lavado, tudo certinho, entendeu? (Associação Girassol)*

Há o entendimento, na Associação, que alimentos saudáveis são produzidos sem a utilização de agrotóxicos e adubos sintéticos, ao contrário de outros que cultivados com esses insumos, em curto prazo demonstram maior produtividade na lavoura e tamanho padronizados, o que não quer dizer que são saudáveis. No entanto, são esses os alimentos demandados pelos programas, enquanto que, os alimentos produzidos de forma agroecológica são taxados como fora dos padrões, feios, irregulares e não são aceitos pelos Programas como produtos de qualidade e saudáveis, sendo essas, suas principais características.

É nessa conjuntura que a Girassol vem se organizando, com a força das mulheres e procurando trabalhar com o coletivo, no sentido de atender as demandas dos projetos, mas ao mesmo tempo disputando a implementação e construção desses. E na palavra delas *[...] nois não que acabar né, nois quer continuar e melhorar cada dia [...]*.

### **CAPITULO 3. OS SUJEITOS E PROTAGONISTAS DO PAA NO PONTAL DO PARANAPANEMA**

Nosso desafio é compreender esses sujeitos no âmbito do PAA, não somente enquanto “beneficiários fornecedores” e “beneficiários consumidores”, mas também, como protagonistas uma dinâmica territorial de classe, da classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2012; 2013; 2014a). Ou seja, compreender esse processo atentos à dinâmica territorial dos camponeses que trabalham fora e dentro dos lotes, *ora* camponês *ora* trabalhador assalariado nas empresas canavieiras, como também de trabalhadores dos centros urbanos que se inserem em diferentes atividades laborais, migram de categorias laborais, sindicatos e são potenciais sujeitos e protagonistas da luta pela terra.

No Pontal do Paranapanema os camponeses continuam perdendo territórios para a disputa com os grileiros/latifundiários e o capital do agrohidronegócio canavieiro. Os camponeses contam com poucos recursos, direcionados comumente por meio de Políticas Públicas, que não consideram a diversidade territorial e, na maioria dos casos, impõem os esquemas defendidos pelos atravessadores e os ditames do mercado, sem contar que não proporcionam recursos humanos e apoio técnico efetivo para o manejo adequado, inviabilizando e encarecendo a produção.

O principal resultado dessa disputa desigual é a inserção precária do campesinato no mercado, seja de alimentos, seja de trabalho. Por um lado temos o exemplo da política pública como o PAA voltado a comprar dos produtores/camponeses consoante a preços remuneradores, entretanto o camponês é vulnerável à conjuntura e burocracia da política. Do outro lado há a possibilidade de se assalariar junto às agroindústrias canavieiras, se somando aos trabalhadores migrantes e permanentes, que residem nas periferias urbanas.

Esses trabalhadores das periferias urbanas, no Pontal do Paranapanema, estão cada vez mais dependentes de políticas assistencialistas que garantam alimentação e moradia para se contrapor à situação de desemprego ou empregos cada vez mais precários e degradantes, informais e com contratos intermitentes nas agroindústrias canavieiras. Barreto (2013, p.126), afirma que:

[...] a angústia de trabalhadores contratados por agroindústrias canavieiras da região, sobretudo aqueles que atuam no setor agrícola (corte manual da cana-de-açúcar, operadores de colhedoras, tratoristas, motoristas – transporte da cana ou vinhaça). As dúvidas, os questionamentos, a vida permeando entre o emprego e o desemprego. Estar ou não inseridos na lista dos demitidos no final da safra? Permanecer ou não empregados? Ou, ainda, haverá a (re) contratação pela agroindústria? Receberão seus direitos trabalhistas? Irão encontrar alguma atividade que lhes proporcione renda, na

entressafrá? São dúvidas, questionamentos, que povoam o mundo dos trabalhadores que estão inseridos nessa forma precária de trabalho, o temporário.

Nesse cenário, os trabalhadores envolvidos no processo de trabalho nas agroindústrias são considerados de baixa renda e sob risco nutricional, e por conta disso são inseridos no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal. O CadÚnico é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mínima mensal de até meio salário mínimo por pessoa, sendo que no ano de 2016, o S.M/Nacional é de R\$880,00 ou renda mensal total de até três salários mínimos.

Estes trabalhadores também são “beneficiários” consumidores do PAA, na condição de famílias em situação de insegurança alimentar. Ou seja, a baixa renda não lhes proporciona provisão necessária dos alimentos básicos que compõem a cesta básica alimentar mensal.

Os camponeses, mesmo com entraves, agravantes de cunho burocrático, político e outras dificuldades, vinham se envolvendo com o PAA e se comprometendo com a produção de alimentos que eram distribuídos aos trabalhadores pobres, desempregados, expostos à insegurança alimentar e nutricional. Assim, no Pontal do Paranapanema os camponeses organizados através dos movimentos sociais, associações e cooperativas vinham se colocando na linha de frente de uma nova sociabilidade do trabalho, desenhada pelo Estado, no âmbito do PAA, que ensejava na mesma trama de relações ou campo da luta social e de classe, camponeses e trabalhadores pobres. (THOMAZ JUNIOR, 2014a; 2015).

### **3.1. Os sujeitos envolvidos com o PAA no mesmo campo da luta social e de classe?**

Tendo em vista que os camponeses ainda estão apostando no PAA enquanto instrumento de política pública para resistir no campo, no Pontal do Paranapanema, o Programa vinha possibilitando a venda de parte da produção extraída dos lotes, e com isso incentivando a diversificação da produção nos assentamentos. Os camponeses tinham a garantia de venda e muitos estavam se libertando dos atravessadores, o que lhes conferia mais rendimentos quanto ao trabalho despendido e retorno para a família. Além, é claro, de contribuir com a “segurança alimentar” de populações em situação de insegurança alimentar. [...] *Hoje com essa questão do PAA e com as orientações do*

*Setor de produção do MST a gente vê uma grande diversificação na área de produção [...] (C.M.S)<sup>61</sup>.*

Nesse contexto, o PAA era um agente importante, porque também incentivava a retomada das atividades de produção de alimentos na terra. Destacava-se o renovado interesse dos homens pelo trabalho para a produção desses alimentos, tendo em vista que muitos destes saem do lote para se integrar dos contingentes que se direcionam para atividades em diversas atividades assalariadas, a começar pelo corte de cana-de-açúcar.

Concomitante disso, o protagonismo do trabalho da mulher<sup>62</sup> no lote foi mais evidente. Elas têm estado envolvidas, mormente, na produção de hortaliças e na produção de quintal, normalmente frutas, e criatório de pequenos animais. Essa produção sob o cuidado das mulheres era valorizada mais do que nada para a própria alimentação da família e trocas entre camponeses ou vendas em feiras, com o PAA tomou outro significado.

*De início foram as mulheres que correram atrás e aí os maridos ficaram meio assim...ficaram com receio de entregar. [...] quando viram que o primeiro ano deu certo, aí vários companheiros né...[...] aí esses quando viram que as que encararam deu certo, vieram também<sup>63</sup>.*

*[...] eles viram que o PAA não era conversinha de mulher igual a gente escutou no início... hoje é tão importante quanto o leite, hoje é as duas atividades que sustenta. [...] E ainda tem os casos, tem casos por aí...que trabalha muito junto né, mais tem casos aí, lotes aí que o PAA é da mulher “não, o PAA é meu! o leite é dele e o PAA é meu<sup>64</sup>”*

Nesse sentido o envolvimento dos camponeses com o PAA, no Pontal do Paranapanema, contribuiu para a visibilização do trabalho da mulher no lote e na modificação de algumas relações entre sexos com continuidade do protagonismo da mulher e porquê não, empoderamento de algumas. Além, potencializou a retomada do lote como atividade econômica importante, portanto, uma estratégia de trabalho familiar. No entanto, os desdobramentos econômicos e sociais do trabalho não coibiram a mobilidade dos camponeses em busca de fontes de renda fora do lote.

---

<sup>61</sup>Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2013 com o Coordenador Regional do Setor de Produção do MST, no Pontal do Paranapanema.

<sup>62</sup>Estamos afirmando que a mulher sempre esteve envolvida no processo de produção e que o PAA expressa esse processo. O que não quer dizer, como apontam algumas pesquisas, que o PAA *inseriu* a mulher no processo de produção, como se o Programa fosse a condição para isso.

<sup>63</sup>Entrevista com mulheres da Associação Girassol do Assentamento Margarida Alves realizada em 01 de outubro de 2015

<sup>64</sup>Entrevista com as mulheres da diretoria da Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA) realizada no assentamento Margarida Alves no dia 01 de outubro de 2015



Essa realidade também permitiu a territorialidade camponesa nas cidades, pois os alimentos eram entregues a trabalhadores dos centros urbanos a mercê do emprego/desemprego e de contratos temporários nas agroindústrias canavieiras.

A produção e consumo de alimentos oriundos dos assentamentos próximos são expressão da luta pela terra no Pontal do Paranapanema em contraposição à grilagem de terras, ao latifúndio e à especialização do agrohidronegócio canavieiro. Desse modo, destaca-se a importância do trabalho dos sem-terra e dos assentamentos enquanto terra de produção de alimentos, terra de sobrevivência e terra de trabalho.

O entrave campo-cidade se apresenta para os trabalhadores moradores dos centros urbanos através do PAA como contribuição para a sua reprodução, como força de trabalho e como classe. Isto é, a complementação alimentar com produtos oriundos dos assentamentos vinha melhorando a qualidade nutricional, pois eram inseridos na dieta alimentar semanal diversidade de verduras, frutas, leguminosas, tubérculos e até mesmo alimentos lácteos e carne.

A título de exemplo, segundo a representante do Centro de Formação e Promoção Humana de Mirante do Paranapanema o PAA:

*[...] melhorou a qualidade de vida. Melhorou tanto no centro de formação, como para as nossas famílias cadastradas. Hoje se você perguntar para elas..., nós ficamos duas semanas sem entrega (sic), não vinha de jeito nenhum, começaram a reclamar porque, é..., tem família que já, por exemplo, vai ao médico e ele passa uma alimentação mais balanceada, entendeu? Eles precisam disso. Para eles compra (sic) não tem condições, porque que ganha um salário mínimo, toda semana para ele comprar verdura, ele não tem. Então eles sentiram isso, eles já se habituaram na alimentação que tem verdura, legume [...] já está imbuído no dia-a-dia deles [...]. (F.A)*

Assim, os desafios estão postos para o Programa enquanto instrumento de Política Pública no Pontal do Paranapanema. Pois, sem o PAA os camponeses não vendem a produção de alimentos ou voltam a se subordinarem aos atravessadores, e sem a compra dos mesmos pelo mercado institucional e a consequente distribuição, os trabalhadores que residem nas cidades em risco nutricional e expostos a relações precárias de trabalho, com rendimentos familiares que os enquadra no CadÚnico, não têm acesso a esses alimentos. Segundo Silva (2013):

O programa tem consolidado-se como uma alternativa produtiva para os assentamentos rurais e para o enfrentamento da insegurança alimentar no espaço urbano. O PAA contribui com a aproximação do Estado no campo, o que por sua vez, coloca novos desafios ao poder público, evidenciando a necessidade de uma série de ações articuladas a questões relativas à segurança alimentar, ao apoio à agricultura familiar, à assistência técnica e à ampliação do acesso a terra. (p.187)

Esse cenário que se apresenta no Pontal do Paranapanema e que redimensiona o papel do Estado e também impõe desafios para movimentos sociais do campo e da cidade, partidos políticos e para os trabalhadores em especial.

Nesse sentido, temos que avançar no entendimento do PAA no Pontal do Paranapanema, no que concerne ao envolvimento dos camponeses produtores dos alimentos e dos trabalhadores, consumidores dos mesmos alimentos, não somente enquanto trabalhador do campo e trabalhador da cidade, separados por dicotomias urbano/rural, rural/urbano, considerados por alguns autores como trabalhadores do campo/trabalhadores da cidade, trabalhador da cidade/trabalhador do campo, camponês/operário, operário/camponês etc., engessando-os a esquemas pré-definidos. Ou seja, precisamos abandonar as interpretações genéricas e opacas, que nada contribuem para a apreensão contraditória da realidade do trabalho e da transformação da sociedade em movimento. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

A questão é, que o momento nos leva a pensar e trabalhar com referenciais teóricos que indicam a transformação da sociedade em um movimento engendrado pela classe trabalhadora. E esse movimento tem que ser analisado para além do que está aparente, e sim pelo que está por vir, ou seja, um movimento, “de instauração de processos de produção-organização de um espaço configurativo-organizador da democratização da sociedade, como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma dos modelos globais de arranjo de espaço (MOREIRA, 2013. p. 13,14).

Assim, temos que enxergar esses sujeitos no âmbito do PAA, ou seja, enquanto participantes de um mesmo processo no campo da luta social e de classe. Ou seja, enquanto classe trabalhadora, ademais, em suas diferentes formas laborais, estratégias de reprodução social, que os significam e ressignificam.

Ainda, é preciso ter em mente as “[...] múltiplas identidades da classe trabalhadora”, como retrata Geary (2000, p 3). Em outras palavras, quem são esses trabalhadores, de onde vieram, quais as formas de luta que se envolveram e se envolvem, quais são os costumes em comuns, as formas de vida e de sociabilidade. Como também, “a experiência de classe que [...] é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 2004 p. 10).

Nesse contexto, não podemos utilizar do conceito de classe trabalhadora, como nos alerta Thomaz Junior (2008, p.276) “[...] quando admitimos apenas a centralidade do trabalho assentada na face proletária/operária do trabalho [...] sem considerar, os movimentos que os camponeses protagonizam [...]”, estes que no momento, no Pontal

do Paranapanema, são os principais protagonistas da luta de classe, diante das disputas em torno do território apropriado pelos grileiros e pelo capital agroindustrial canavieiro.

Assim, compreendemos que o aporte teórico é necessário, mas a realidade é muito mais complexa e, como não queremos que a teoria se imponha à realidade, a aproximação com os movimentos sociais, sindicais, militantes e formadores de opinião nos é relevante para compreender quais as formas de luta, os posicionamentos, as estratégias e as reivindicações que aparecem na “ordem do dia” e no âmbito das relações dos trabalhadores envolvidos com o PAA.

Assim, novos desafios se põem para a classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema, como também para nós enquanto pesquisadores, tendo em vista a complexidade das relações nas quais estão inseridos os trabalhadores. Nesse sentido, é por dentro do conflito territorial e das ações de luta e resistência onde semeiam-se as sociabilidades que temos que entender a dinâmica dos trabalhadores envolvidos no PAA

### **3.2 A sociabilidade do trabalho e o PAA**

O PAA, enquanto uma conquista dos trabalhadores, se apresentava como um importante instrumento de política pública para o Pontal do Paranapanema. Com diretrizes de atender a demanda dos camponeses para vender a produção e ao mesmo tempo atender a segurança alimentar de populações em risco de insegurança alimentar, o Programa vinha trazendo para a complexidade de relações da classe trabalhadora novos desafios, limites, contradições e possibilidades.

Para participarem do PAA os camponeses se organizavam em associações ou cooperativas, no entanto essas associações para além da experiência do trabalho da terra devem ter pessoal que possua conhecimentos nas áreas administrativas, jurídicas, assim como no apoio técnico e logístico. O processo de trabalho se complexifica ao tirar o atravessador deste, agora a associação controla o processo até a entrega do produto, seja esse fresco ou empacotado. Tudo isso requer uma divisão do trabalho que atinja tanto a lavoura quanto as atividades técnico-burocráticas de escrever os projetos, levar as contas para o pagamento a cada um dos associados, fazer nota fiscal, entre outras atividades.

Nesse sentido, todas essas atividades estão ficando a cargo de poucos membros das associações com pouca capacitação para lidar com a burocracia e muito menos infraestrutura logística. Assim, existe sobrecarga de funções nas diretorias das associações, as quais acabam se responsabilizando de múltiplas atividades e de criar estratégias para continuarem apostando no Programa.

A questão das atividades burocráticas é muito delicada, porque qualquer deslize na prestação de contas, no recolhimento de assinaturas, na notificação dos alimentos e na emissão de notas fiscais pode ocasionar a não liberação do pagamento aos camponeses pela entrega dos alimentos e até mesmo, processos jurídicos que impedem a participação no Programa e a outras alíneas. Tentando evitar esses problemas e para minimizar a sobrecarga, as diretorias estão pagando serviços de terceiros para lidar com a parte burocrática. O custo desses serviços é onerado da cota de contribuição dos associados para manutenção das associações

Outra questão é a logística, pois o PAA não garantia às associações e cooperativas infraestrutura para transporte dos alimentos com a mesma qualidade em que sai dos locais de produção até os locais de distribuição a população. Esse ato, segundo a lei que rege o PAA, deve ser ato cooperativo o que exige da CONAB, responsável pela operacionalização do PAA, essa infraestrutura. Assim, essa parte que se insere na operacionalização do Programa era realizada de forma precária pelas associações, utilizando-se de automóveis dos próprios associados, que não são adequados para esse tipo de transporte, e onerando mais uma vez os custos de manutenção da associação com gastos com combustível e manutenção dos veículos.

Dessa forma, as associações também corriam o risco de ter seus alimentos rejeitados pelas entidades, grupos de trabalhadores, comunidades de bairros que recebiam esses alimentos, e que eram os mesmos responsáveis por notificar a qualidade dos alimentos aos fiscais da CONAB. Essa situação nos expressa um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que Estado exigia que os alimentos estivessem em boa forma e aparência, não oferecia condição compatível quanto à logística de transporte dos alimentos por parte das associações.

Esses desafios, mesmo que de forma pontual, já evidenciam as dificuldades para as associações se manterem no Programa. Nesse sentido é que comparece o questionamento: qual era, de fato, o papel das associações/cooperativas no âmbito do PAA?

Para nós essa situação expressava o que estamos entendendo como a subordinação das associações ao Estado, tendo em vista que o PAA era a via alternativa que os camponeses vinham apostando. Assim, as associações dependiam do Programa para continuarem existindo e o Estado as mantinham de forma precária e contraditória, porque delas também necessitava, todavia, não possibilitava que as mesmas se tornassem autônomas, ou seja, “mantinha” para *manter*.

Segundo Guerra (2010, p. 155) a dependência é o fator que dificulta o exercício de práticas emancipatórias, mantendo o PAA nas mesmas perspectivas adotadas pelas políticas conservadoras, historicamente observadas no Brasil. Essas contradições

desfavoreciam a dinamicidade das associações envolvidas com o PAA no Pontal do Paranapanema em atividades de cunho político/formador e participativo. Assim, o ato de associar-se acabava por ser somente para acesso ao PAA. Segundo Neves (2008, p.216):

[...] contraditoriamente, as políticas e os programas estatais não operam na valorização do associativismo porque recorrentemente não se abrem às demandas elaboradas por projetos políticos dos produtores. Pelo contrário, são instrumentos de imposição de regras e soluções, cujos critérios e prerrogativas estão longe do atendimento das necessidades e das correspondências às condições sociais de vida e de produção dos assentados.

Não podemos deixar de evidenciar que as associações AAMA e GIRASSOL resistem a esse processo, pois a busca pela independência do PAA é constante, mas romper com essa lógica imposta por meio das associações, cooperativas, movimentos sociais, e os trabalhadores que estão envolvidos no âmbito do PAA é um desafio, pois, a intenção do Estado é impor, e não atender as demandas reivindicadas pelos trabalhadores.

Em contraposição, o MST vinha prestando assessoria para uma pequena parte<sup>65</sup> das associações vinculadas ao PAA<sup>66</sup> e, juntamente com entidades, grupos de trabalhadores envolvidos com o Programa participava nos conselhos das secretarias da agricultura nas prefeituras e no Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Pontal do Paranapanema (CODETER) na busca de soluções aos estraves impostos pelo Programa.

Esse objetivo se retroalimenta de iniciativas voltadas para a busca por recursos junto a linhas de fomento para atender as demandas de infra-estrutura, logística como, por exemplo, entrepostos<sup>67</sup> equipados com: despoldadeiras de frutas, embaladoras a vácuo e refrigeradores; caminhões e camionetes com a finalidade de transportar os alimentos a serem entregues nas entidades e comunidades de bairros. Essa busca por infra-estrutura de entrepostos vem no sentido também de agregar valor aos alimentos por parte de quem compra e de quem consome e ainda, com intuito de atingir outras demandas do PAA, do mercado institucional e pequenos mercados locais.

Assim, poderíamos pensar em sociabilidade de classe em algumas ações que se iniciaram no âmbito do PAA? Só a continuidade da pesquisa pode nos revelar, pois

---

<sup>66</sup>Cerca de 15, sendo que estão implicadas mais de 100, conforme nos disse o Coordenador do Setor de Produção do MST no Pontal

<sup>67</sup>No Município de Mirante do Paranapanema-SP estamos acompanhando a conquista de um entreposto a ser instalado na região conhecida como Pé de Galinha, que congrega 10 assentamentos.

quando perguntamos a um camponês, militante do MST que participava do PAA, sobre o papel das associações no âmbito do Programa, obtivemos a seguinte resposta:

*Na verdade, eu ainda tenho muita dúvida, mas mesmo nessas coisas a gente ainda é muito escravo do sistema, mas falando que a gente está assentado e tem que produzir eu acho que cumpre um papel muito importante e que nós agora enquanto trabalhadores não estamos sabendo aproveitar desse papel, dessa estrutura para organizar os trabalhadores. I.C.B<sup>68</sup>*

Parece-nos que a ideia está posta e que alguns têm a consciência disso, ou seja, que a organização dos trabalhadores na continuidade do PAA é necessária. No entanto, sabemos que este processo deve ser analisado para além do imediatismo, ainda mais considerando a conjuntura na qual está inserida a classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema.

Assim temos que avançar em outros assuntos pertinentes aos desdobramentos do PAA no Pontal do Paranapanema. Entendemos que o Programa atuava somente na comercialização dos alimentos produzidos pelos camponeses, não considerando o processo de produção, ou seja, seguindo diretrizes da política de Segurança Alimentar.

Estamos entendendo Segurança Alimentar como o direito de *ser* alimentado (VALÉRIO, 2011) com quantidade, e regularidade, como também, política de manutenção de estoques públicos através da compra de alimentos produzidos em território nacional ou internacional, para atender a demanda de alimentos de populações em situação de insegurança alimentar. E, pressupõe, “via de regra, alternativas mercadológicas e manutenção de estoques reguladores para fazer o *jogo* do mercado”, como lembra Thomaz Junior, (2009. p. 168). Nesse contexto, a segurança alimentar não se preocupa com o processo de produção e com a qualidade dos alimentos, tendo em vista que os alimentos são meras mercadorias.

No entanto, o envolvimento dos camponeses com o PAA no Pontal do Paranapanema, com incentivos, formação e mobilização do MST e o reconhecimento por parte do campesinato da amplitude e significado da produção de alimentos para atender a demanda de trabalhadores famintos, que para se alimentarem dependem do trabalho precário no agrohidronegócio canavieiro, este que territorializa no Pontal em detrimento da territorialização dos assentamentos, incentivava muitas famílias de camponeses assentados a produzirem alimentos, com seu próprio insumo, por meio de técnicas de produção orgânica, manejo agroecológico, produção integrada, como

---

<sup>68</sup>Assentado no Assentamento São Bento em Mirante do Paranapanema-SP, militante do MST. Entrevista concedida em 17/04/2013.

algumas experiências de produção agroecológica no Pontal do Paranapanema<sup>69</sup>, e ao mesmo tempo oferecesse alimento saudável, rico em vitaminas, livre de agrotóxicos e de transgênicos.

Ou seja, há esforços, por parte dos camponeses que direcionam a produção de alimentos em contraposição ao modelo de produção do agrohidronegócio. Assim, estão cultivando com sementes crioulas, diversificando espécies, produzindo alimentos confiáveis, com qualidade e considerando os hábitos alimentares, como também valorizando o tempo de trabalho do modo de produção camponesa. O que demarca o posicionamento: de produzir com base nas diretrizes da Soberania Alimentar, proposta disseminada pela Via Campesina<sup>70</sup>, de continuarem permanecendo nos assentamentos, produto da luta pela terra e de defender a Reforma Agrária tão reivindicada pela classe trabalhadora.

Participando do PAA os camponeses demonstravam que nos assentamentos há produção de alimentos para além da subsistência e que a luta pela terra cumpre importante papel. Para os trabalhadores em situação de insegurança alimentar erra importante no sentido da oferta de alimentos, no entanto, estes ainda continuam a depender do Estado para que esses alimentos cheguem a mesa e complementem a cesta básica. O que para nós é uma estratégia de controle social por parte do Estado, tendo em vista que trabalhadores empregados precariamente e/ou desempregados podem demover suas lutas e se somarem nas trincheiras da luta pela terra.

Nos parece que essa é a verdadeira intenção do Estado no âmbito do PAA, quando, por exemplo, começou a proibir a entrega diretamente das associações de camponeses às entidades tendo que passar pelos bancos de alimentos das prefeituras. (Figura 3).

---

<sup>69</sup>Cf. RABELLO (2014).

<sup>70</sup>Proposta de Soberania Alimentar disseminada pela Via Campesina desde 1996, momento em que se discutia passados trinta e seis anos após a chamada Revolução Verde, novas alternativas para a produção de alimentos num ambiente marcado pela fome e pobreza extremas.

**Figura 3:** Banco de Alimentos de Mirante do Paranapanema-SP



Fonte: Acervo do Autor. (2016)

Para nós essa situação representa uma das ações do poder público que “quebra” o vínculo político da classe trabalhadora e gera situações de *lobby*, no sentido da propaganda, de que a prefeitura na gestão atual entrega alimentos para os pobres e que não faltará enquanto fulano estiver na gestão, e a proposta de formação desencadeada pelos movimentos sociais, em especial do MST, no sentido de dialogar que esses produtos são advindos da luta pela Reforma Agrária perde o sentido.

Nesse contexto nos confrontamos com falas que expressam essa realidade que custa caro às organizações de trabalhadores que vinham se apropriando do PAA e lutando para a manutenção do mesmo diante dos cortes orçamentários expressivos e mudanças na gestão, que desde 2013 que sinalizam o fim do Programa.

*Então, era um alimento para a criança, para adulto, pra idoso, pra acamado, todo mundo pegaria. Isso é coisa que o governo manda e o prefeito fazia isso por nós, porque um prefeito igual a esse aí para fazer o que faz pela gente, só o pai do céu para fazer. Porque esse prefeito é muito bom demais, eu não posso falar nada dele (M.A)<sup>71</sup>.*

*Nós não temos força, essa força aqui, só quem pode ter ela é o prefeito para colher dentro da cidade. Nós não, ou você corre se passar caminhão vendendo aqui comprar, de fora para cá, carrinho pequeno, algum caminhão, que nem o [...] passa aí com o caminhão de fruta lá*

<sup>71</sup>Entrevista realizada em 02/12/2015 com trabalhadora doméstica beneficiária do PAA em Sandovalina-SP.



*da CEASA e sai vendendo nas portas por um absurdo, coisa que nós pegava de graça aqui (M.A.)<sup>72</sup>*

*Não, só falou que ia dar uma parada por um tempo. A prefeitura não corre atrás, se ele fosse um prefeito que corresse atrás e lutasse (L.A.)<sup>73</sup>*

Mas, acreditamos como em Lukács (1975 apud Antunes, 1980, p. 13) mesmo na falsa consciência há uma tendência objetiva para a verdade. E é por dentro dessa conjuntura que estamos compreendendo que pela via da organização da classe trabalhadora e a luta para a continuidade do PAA, uma “nova” sociabilidade do trabalho se expressa, como também novos potenciais de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Em momentos diferentes nas mesmas entrevistas também presenciamos falas que nos revelam uma sociabilidade a ser criada.

*É uma honra. Tanto está progredindo eles, satisfazendo eles, como nós. Tanto ajuda eles, de uma forma diferente, como ajuda nós. Porque nós comemos o que eles plantam e o governo compra deles, incentiva eles a plantar, progredir cada vez mais. (L.A)*

*Isso mesmo, que já pegaram sítio e que são assentados a muito tempo, tem bastante coisa plantado, tem mandioca, tem batata, tem tudo o que tiver no sítio, que eles não aguentam comer, eles mandam para lá pra dar pro povo, entendeu? Então, é para isso aí. (M.A)*

Desafios se põem para a classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema, e os trabalhadores envolvidos na reivindicação da continuidade do PAA, devem ser situados no mesmo campo da luta social e de classe, o que também nos impõe desafios, tendo em vista a complexidade e a contraditoriedade em que estão inseridos esses trabalhadores no Pontal do Paranapanema. Talvez ainda não conseguimos fugir de pensar a classe trabalhadora para além do que está posto estruturalmente em termos econômicos no Pontal do Paranapanema, ou seja, perante as investidas do capital com o aval do Estado. Assim, só a continuidade da pesquisa nos permitirá compreensões mais concretas sobre o envolvimento dos camponeses e trabalhadores dos centros urbanos (desempregados/empregados precariamente) na linha de frente de uma “nova” sociabilidade do trabalho.

---

<sup>72</sup>Entrevista realizada em 02/12/2015 com trabalhadora doméstica beneficiária do PAA.

<sup>73</sup>Idem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como entendemos que a pesquisa é dinâmica e exige aprofundamentos, nesse momento podemos afirmar que o envolvimento dos camponeses com o PAA no Pontal do Paranapanema vinha possibilitando que parte dos alimentos produzidos nos assentamentos fosse vendida garantindo complementação da renda, disseminando a diversificação da produção e atribuindo valor nos alimentos, comumente já produzidos historicamente pelo campesinato, mas que não tinham destinação garantida.

Ao mesmo tempo permitia que a classe trabalhadora pobre, empregada precariamente no setor canavieiro e ou descartada do mercado de trabalho, trabalhadores autônomos, grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional como, acampados sem-terras complementassem os alimentos da cesta básica da dieta alimentar melhorando a qualidade e regularidade dos alimentos, o que proporcionava melhores condições de alimentação e de vida. E nesse contexto, em teoria, despertando esses trabalhadores para se somarem na luta pela terra.

Esse cenário que se apresenta no Pontal do Paranapanema, coloca novas cobranças de posicionamento do Estado no tocante a segurança e soberania alimentar, assistência técnica e ampliação do acesso à terra, como também, redimensiona e impõe desafios concernentes à continuidade das ações dos movimentos sociais do campo e da cidade, partidos políticos, autoridades políticas e religiosas e aos trabalhadores em especial envolvidos na luta por políticas públicas, na luta por garantia de emprego e na luta pela terra.

Outra questão é que esse envolvimento dos camponeses no âmbito do PAA vinha proporcionando a visibilização do trabalho da mulher nos assentamentos e do protagonismo no que concerne à valorização do trabalho familiar, o que inclui os filhos e os companheiros que estão saindo em busca de trabalho fora do lote, e na reprodução social do campesinato. O que também vinha modificando relações entre sexos e recolocando novos elementos para o debate de gênero nos assentamentos e no Pontal do Paranapanema.

Nesse contexto, compreendemos que, mesmo no âmbito das determinações, imposições, subordinações, limites e entraves postos pelo PAA, a implementação do Programa no território dos assentamentos no Pontal do Paranapanema vinha se efetivando devido o envolvimento das famílias de camponeses assentados, mas não somente enquanto sujeitos que na leitura do Estado acessam as políticas públicas, como se simplesmente estivessem disponíveis e ofertadas pelo mesmo, mas sim, sujeitos que apoiados pelos movimentos sociais, em especial o MST, sindicatos e

gestores de instituições públicas engajados com a causa participavam, reivindicavam e levantavam as demandas em meio a apropriação e implementação do Programa, para continuarem apostando na funcionalidade das políticas públicas para atender suas reais necessidades.

Nesse sentido, as demandas que compareciam nos debates, reuniões e encontros eram que para que o PAA, enquanto uma política pública, se efetivasse no Pontal do Paranapanema, deveria compor em sua estrutura política e de operacionalização:

- A construção, juntamente com os trabalhadores, de frentes que atuassem no sentido de resgatar as iniciativas de organizações de grupos locais, potencializando experiências já existentes de associações, cooperativas e entidades de bairros;
- Que investisse em recursos humanos (quadros, equipes e funcionários), do serviço social, setores administrativos e jurídicos que conhecem a realidade do Pontal, voltados para atender as demandas dos camponeses, dos trabalhadores consumidores e das associações/cooperativas no sentido de contribuir com a autonomia das mesmas,
- Que contribuísse com atividades de ATER em composição com o MST que afirme e intensifique as iniciativas de produção de alimentos livre de transgênicos, livre de agrotóxicos com bases agroecológicas,
- Que juntamente com os movimentos sociais e sindicais envolvidos com o Programa criasse mecanismos de formação para com os trabalhadores que recebem alimentos produzidos pelos camponeses no sentido conscientizar sobre a política do PAA, origem e as formas de produção dos alimentos e;
- Realizasse ações estruturantes que garantam apoio logístico na operacionalização do Programa, o que inclui, entrepostos (equipados com despoldadeiras, processadoras de frutas, legumes e raízes, embaladoras e câmaras frias) localizados em regiões estratégicas e carros adequados para o transporte dos alimentos dos assentamentos até os pontos de entrega nas cidades.

Assim, aprendemos que o envolvimento da classe trabalhadora no âmbito do PAA, no Pontal do Paranapanema, demonstra a capacidade de organização dos trabalhadores, reverbera e legitima a luta pela terra e pela Reforma Agrária, em contraposição ao agrohidronegócio canavieiro, que se territorializa em terras que poderiam ser voltadas para a criação de assentamentos, enquanto terra de trabalho, produção de alimentos e de vida. É preciso continuar apostando!

Na conjuntura que se encontra o país, considerando que o PAA, enquanto uma Política de Governo submetida às negociações e travagens em meio à arena de posicionamentos políticos inconsistentes na nossa frágil e manipulada democracia, já vinha apresentando fragilidades e nesse momento, posteriormente ao Golpe de Estado, que derrubou a Presidente Dilma Rousseff, mesmo não “anunciando” oficialmente, mas já evidenciando o seu fim, o desafio está posto!

E ainda considerando que as políticas públicas no Brasil voltadas para a classe trabalhadora quando sinalizam mudanças, que podem vir a ser estruturais, são desmanteladas e corrompidas pela direita arcaica estruturada pela bancada da bala, bancada ruralista, bancada protestante e políticos sacripantas que se fortalecem com o golpe, o desafio está mais do que posto!

Ainda, não podemos esquecer que esse desmantelamento está legitimado pelo Estado sob a égide do capital que no caso brasileiro se externaliza com capitalistas industriais/banqueiros, que sugam grande parte dos recursos públicos, e grandes conglomerados transnacionais de produção/circulação de *commodities* que se estruturam na lógica de produzir mercadorias para o mercado externo em detrimento do mercado interno.

Assim, o cenário que se apresenta para as políticas públicas voltadas para a classe trabalhadora, convoca organizações sindicais, movimentos sociais e grupos organizados sintonizados à esquerda, que ainda almeja construir uma sociedade livre do capital, para continuarem lutando e definindo novas estratégias de reivindicação e construção de políticas públicas que realizem mudanças estruturais e de fato se tornem Políticas de Estado que atendam às reais necessidades da classe trabalhadora em detrimento do projeto imposto.

Queríamos oferecer nessa dissertação compreensões críticas sobre o PAA no Pontal do Paranapanema e entendemos que a pesquisa não acabou e que a mesma demonstra novos horizontes. Nesse sentido, pretendemos destinar atenção a determinados dispositivos que nos possibilitem apreender a organização da classe trabalhadora no ambiente dos conflitos e disputas por terra, água e direitos mediatizados por Políticas Públicas, no Pontal do Paranapanema.

Nesse momento, foi até aqui que eu cheguei, não vou parar!

Viva a classe trabalhadora!

*É importante para a gente ficar sabendo das coisas do dia-a-dia e aprender como é que se movimenta, como é que mexe com esses governos meio doidos por aí. Você tem que estar sempre informado, então você procura participar. Que eu acho que é importante você participar dessas atividades[...]*

*Olha, se o povo tiver consciência, principalmente, houver uma união de todos os assentamentos e se a gente se mobilizar[...] Aí daria uma boa chacoalhada, uma boa balançada nessa árvore que poderia até cair uma fruta de produtividade. Alguma fruta boa. Se resolveria? RESOLVE, mas tem que todo mundo chacoalhar o pé da árvore para ver se cai<sup>74</sup>.*

---

<sup>74</sup> Trechos da Entrevista realizada com o seu Roberto ex andarilho, integrante do MST e assentado no Assentamento Dom Tomas Balduino, município de Sandovalina-SP.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES. R, L, C. "**Classe Operária, sindicatos e partidos no Brasil**": um estudo sobre a consciência de classe: 1930 – 35. 1980. 257 p. Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

ALMEIDA. R. A. PROCERA versus PRONAF: vejo o futuro repetir o passado... **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, 2000. p. 83-87.

ALVARENGA JUNIOR. M. **O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: Uma Análise Crítica**. 2012. 65 p. Monografia (Bacharelado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro -RJ.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996

BARRETO, M, J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2012. 244p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BOITO JUNIOR., A; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2013, vol.21, n.47, pp.31-38

BRASIL. Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 jan. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12188.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRITO, R. M. de. J. **Formação Superior de Educadores do Campo: Análise Das Propostas Pedagógicas dos Cursos do Pronera da UFPB**. 2011. 136p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Base de Dados da Conab [2010]**: Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1478&t=2>> Acesso em: 06 maio. 2016

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Base de Dados da Conab [2011]**: Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1479&t=2>>. Acesso em: 06 maio. 2016

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Base de Dados da Conab [2012]**: Disponível em < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1133&t=2#this>> Acesso em: 06 maio.2016

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Base de Dados da Conab** [2013]:  
Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1493&t=2>>. Acesso em: 06 maio.2016

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Base de Dados da Conab** [2014]:  
Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1592&t=2>>. Acesso em: 06 maio.2016

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Base de Dados da Conab** [2015]:  
Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1592&t=2>>. Acesso em: 06 maio.2016

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Transparência Pública do PAA** [2016]  
Disponível em <<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=2>>. Acesso em 06 maio.2016.

DATALUTA - **Banco de Dados da Luta pela Terra**. NERA, Presidente Prudente, 2012

DATALUTA - **Banco de Dados da Luta pela Terra**. NERA, Presidente Prudente, 2013

DATALUTA - **Banco de Dados da Luta pela Terra**. NERA, Presidente Prudente, 2016

DIEESE – **Valor da cesta básica aumenta em todas as capitais em 2016**.

Disponível em: <  
<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2016/201612cestabasica.pdf>>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento.  
**Desenvolvimento em Debate**, Brasília, v. 1, nº 2. p.111-125, 2010.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78.

FELICIANO, C. A. **Território em Disputa**: terras (re) tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. p. 575, Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FELICIANO.C. A; SOUZA. S. M. R. de; RABELLO. D; LEAL. S. C. T; THOMAZ JUNIOR. A. (Orgs.). **Vivências e Experiências**: olhares de educadores do campo sobre o campo. 1ed.Presidente Prudente: Centelha, 2015, v. 1, p. 199.

FERNANDES, B. M. MST. **Formação e Territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Por uma educação básica do Campo**. Texto-Base da Conferência Nacional. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998

FERNANDES, B. M. **A ocupação de terra no Brasil**: uma página virada da história? Disponível em: <[https://resistir.info/brasil/conflitos\\_2001.html](https://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html)> Acesso em: 19/02/2017

GARCIA. M.F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. p.192. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

GEARY, D. A "virada linguística", pós-modernismo e história do trabalho. **Perspectiva**. Florianópolis, v.18, n.33, 2000. p.35-63.

GUERRA, J. S. **O Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Fome Zero: compensação ou emancipação?** 2010. 185p, Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Pelotas.

HESPANHOL, R. A. M. Mudança na Concepção das Políticas Públicas para o Campo Brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). X Colóquio Internacional de Geocritica, Barcelona. **Anais**, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/programa.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região de Dracena. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre. **Anais**, 2009.

LE MOAL, M. F. **Programa de Aquisição de Alimentos nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária**, Análise sob as Lentes da Multifuncionalidade da Agricultura. 2013. p. 135, Dissertação –Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. São Paulo

LEAL, S. C. T. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em torno da Luta pela/na terra no Pontal do Paranapanema – SP**. 2013. 99 p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

LIMA, N. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu impacto no processo de desenvolvimento socio-produtivo de famílias assentadas**: estudo de caso no assentamento 17 de abril – Restinga –SP. 2011. 67 p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LOWY, M. **O golpe de Estado de 2016 no Brasil**. São Paulo 16 de mai. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de jun. 2017.

MATHEUS, F. A; OLIVEIRA, G. de. SOUZA; LUZ, M. de. F. Desafios e práticas da Educação do Campo: a experiência do curso de especialização residência agrária em “desenvolvimento territorial, trabalho, educação do campo e saberes agroecológicos”. In: FELICIANO.C. A; SOUZA. S. M. R. de; RABELLO. D; LEAL. S. C. T; THOMAZ JUNIOR. A. (Orgs.). **Vivências e Experiências: olhares de educadores do campo sobre o campo**. 1ed.Presidente Prudente: Centelha, 2015, v. 1, p. 26-41

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP): uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** 2007. 311f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp, Presidente Prudente

PLATA, L. E. A; FERNANDES, R. L. A Nova Assistência Técnica e Extensão Rural Brasileira. **Perspectiva em Educação Gestão & Tecnologia**. v. 1, n. 1, 2012. sn/p. Disponível em: <[https://fatecitapetininga.edu.br/perspectiva/pdf/artigo01\\_2.pdf](https://fatecitapetininga.edu.br/perspectiva/pdf/artigo01_2.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2017.



NEGRO, A.L; GOMES, F. Além das Senzalas e Fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP. v. 18, n. 1, 2006. p. 217-240.

NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, V.L.S.B, WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008. p.172 a 217

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**, 2010. 209 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. 185 p

PEREIRA, J. M. M, ALENTEJANO. P. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos**, v. 18, 2014, p 73 -111

RABELLO, D. **Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica**. 2014. 105p. Monografia-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

REIS, A. T. **Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2015. 167p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia**. In: IPEA – Texto para Discussão nº 648.1999. Disponível em: < [http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0648.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0648.pdf) > Acesso: 29 dez. 2016

RIBAS, A.D. Gestão Político-Territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002

SILVA, M. E.S. **A Representação Social e a Territorialização da Reforma Agrária no Espaço Urbano a partir do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2013. 243p. Dissertação -Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. **RBCS** (Revista Brasileira de Ciências Sociais), São Paulo, V. 18 nº 51, 2003. p 15-21.

THOMAZ JUNIOR. A classe trabalhadora no Brasil e os Limites da Teoria – Qual o lugar do campesinato e do Proletariado? In: Fernandes, B. M. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

\_\_\_\_\_. Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio - Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, v. 9, n. 1, out. 2008. Disponível em:<<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/02-9-1-ThomazJUNIOR.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 997p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

\_\_\_\_\_. Disputas Territoriais e Grilagem no Pontal do Paranapanema (SP) (Histórico de Lutas, Marco de Violência e Futuro Incerto!). **Relatório Direitos Humanos no Brasil**. 12ª Edição. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe). **Pegada**, Presidente Prudente, V.13, N°2, 2012. p. 4-19.

\_\_\_\_\_. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013. pp.325-340.

THOMAZ JUNIOR, A. Movimiento territorial del trabajo en el campo y de la clase trabajadora. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, C. P. (Orgs.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica - Propuestas y Desafíos**. Quito: Clacso/IAEN, 2014a. pp. 181-198.

\_\_\_\_\_. Trabalho e saúde no ambiente destrutivo do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) - Brasil. Presidente Prudente, **Pegada**, V.15, N°2, 2014b.

THOMPSON. E. P. **A formação da classe operária inglesa**, a árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, v .1.

VALÉRIO, V.J.O. **Alimentar ou ser Alimentado?** A Expansão da Agroindústria Canavieira e a Soberania Alimentar em Flórida Paulista/SP. 2011. 123p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

VELOSO, F. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA**. 2011. 249 p. Dissertação – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

WILKINSON, J. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo: Hucitec, 1989

ZIMMERMANN, S. A. **Políticas públicas e arranjos institucionais**: o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA). In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza. VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 2007.

